

Anexo ao
Proc. 297/96
Deferido: 29/11/00

Afonso Weliton de Sousa Nascimento

Educação na Amazônia : Um Estudo Sobre o
Desenvolvimento das Políticas Educacionais
de 1930 a 1945

Unesp - Marília
2000



Afonso Welliton de Sousa Nascimento

Educação na Amazônia: Um Estudo Sobre o
Desenvolvimento das Políticas Educacionais de 1930 a 1945

Dissertação apresentada à Comissão Julgadora
Do Programa de Pós-Graduação da Unesp-
Marília como exigência do título de Mestrado
em Educação sob orientação da Profa. Dra.
Sônia Alem Marrach.



1410001126



Unesp-Marília
2000

2. 1. 126



COMISSÃO EXAMINADORA



À mulher e Companheira de todas as horas

Edinéa Bandeira

À minha mãe

Lourdes Nascimento

Ao meu Pai

Geraldo Nascimento

Aos amigos, irmãos companheiros

Orlando Nobre e Ney Cristina

Ao Irmão

Luís Willer

AGRADECIMENTOS

Aos familiares

Odilha Teixeira, aos Irmãos William e Geraldo, as tias Linda e Laura,

Aos parentes

Raimunda Ribeiro e filhos

Aos que comigo conviveram este momento,

Marize e Márcio, Paulo Sérgio, Salomão, Adelaide, Socorro Coelho, Antônia e Zanete

À Prof Sonia Marrach pelas orientações e contribuições teóricas

Aos amigos e companheiros de Pastoral Universitária de Marília,

José Benedito, Ana Maria e Irani e outros

Ao amigo Alberto Damasceno e à Prof^a Ecilda Veiga que colocaram seus arquivos e bibliografias disponíveis ao desenvolvimento do trabalho.

Aos companheiros de Altamira,

Nonato, Juliete, Leci, Miléo, Rita, Marizia, Iliana, Zuca e Marizete.

E às demais pessoas que contribuíram para que esse instante acontecesse:

Dilvana, Antônio Abdoral e Nazaré Lopes

***“Somente, então, o direito à educação de todos e cada um se põe
diante do homem, como uma reivindicação fundamental.”***

Anísio Teixeira



RESUMO

O trabalho estuda o desenvolvimento das políticas educacionais a partir das injunções econômicas, políticas e socioculturais da região Amazônica, abordando seus aspectos históricos, centrando-se no período compreendido de 1930 a 1945. Do mesmo modo, descreve, analisa e identifica os momentos políticos pelos quais passou o país e de que forma tais momentos determinaram a política educacional brasileira e o novo papel assumido pela região no planejamento nacional. Além disso, discute os embates educacionais surgidos durante esse período e as perspectivas surgidas em função do processo de modernização capitalista conservadora em voga no Brasil, e de que forma tais práticas configuraram-se no Estado do Pará. O trabalho tem vista, ainda, contribuir para o desenvolvimento da história da educação na Amazônia, favorecendo uma análise mais aproximada da educação na região, tomando como base a Amazônia paraense e sua política educacional desenvolvida neste período. Visa ainda a construir uma explicação da política educacional relacionando-a com as injunções estruturais, buscando uma reflexão que expresse as especificidades da trípole relação: políticas educacionais nacionais, desenvolvimento regional e políticas educacionais no Estado do Pará.

ABSCTRACT

This paper aims to bring about an explanation on the educational policies formulated in the Amazonian Region, namely in the State of Pará, during the period called “Era Vargas”, i.e., from 1930 to 1945, in order to contribute to the history of education in the Brazilian Amazon. By describing, analyzing and identifying such political moments, this study intends to demonstrate the Brazilian educational policies, from the viewpoint of Amazon’s economic, political, social and cultural injunctions.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I: Política Educacional Brasileira dos anos 30 ao Desenvolvimento do Estado Novo: limites e possibilidades	19
1.1. Introdução.....	19
1.2. Aspectos econômicos, políticos e sócio-culturais dos anos de 1930 a 1945.....	21
1.3. Educação: limites e possibilidades em uma sociedade em mudanças.....	29
1.4. Estado Novo: o fechamento da ordem democrática e uma perspectiva elitista de educação.....	44
1.5. Conclusão.....	56
CAPÍTULO II: Políticas Educacionais na Amazônia: de 1930 a 1935	61
2.1. Introdução.....	61
2.2. Década de 20: do desencanto da economia à linguagem de inovação educacional.....	62
2.3. Educação dos anos 30: um olhar de renovação numa perspectiva de tradição.....	75
2.3.1. A Revolução de 30: O primeiro governo de Magalhães Barata e a educação como componente restaurador do ideário perdido.....	82
2.3.1.1. O governo de Magalhães Barata e a educação.....	92
2.4. Conclusão.....	114
CAPÍTULO III: Educação na Constituição Paraense de 1935 e o desenvolvimento das políticas educacionais do Estado Novo.....	117
3.1. Introdução.....	117
3.2. A Constituição Paraense de 1935 e a educação.....	118
3.2.1. O contexto sócio-político	118
3.2.2. A Constituição Paraense de 1935 e o seu enfoque educacional.....	125
3.3. O Estado Novo e a educação: dos discursos oficiais à Constituição Paraense de 1945.....	128
3.3.1. O contexto sócio-político, econômico e cultural	128
3.3.2. O Estado Novo e a política educacional no Estado do Pará.....	141
3.3.2.1. O Governo de Gama Malcher e a Educação.....	141
3.3.2.2. O Segundo Governo do Major Magalhães Barata e a Educação.....	148
3.4. Conclusão.....	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
FONTES DE PESQUISA.....	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	165

INTRODUÇÃO

1. Origem do problema

No final dos anos 80 e início dos anos 90, as políticas governamentais implementadas pelo Estado Nacional na Amazônia, em particular no Estado do Pará, juntamente com toda a efervescência política e sociocultural de um país que saía de um regime totalitário para um processo de abertura democrática, suscitaram no ambiente acadêmico das universidades paraenses uma série de discussões a respeito do papel e da identidade da Amazônia com referência ao plano nacional.

Este ambiente propício de reflexões teóricas e políticas originou as idéias que suscitaram este trabalho. Mais especificamente, duas são as razões que nos levaram a efetuar esta pesquisa na área da Educação. A primeira delas foi a influência de uma série de publicações e debates que se faziam no campo da Sociologia, em que se buscava entender o papel da Amazônia nos novos rearranjos da conjuntura que se definia nas esferas de poder, tanto no âmbito das estruturas nacionais quanto no domínio das influências dos interesses internacionais. Tais publicações traziam em si uma reflexão que tinha como pressuposto básico a necessidade de definição da identidade regional, e tornaram-se influentes por extrapolarem a esfera da Sociologia e abrirem linhas de estudo nos diversos ramos do conhecimento como na História, na Geografia e, conseqüentemente, na Educação.

O segundo aspecto influente na escolha desta temática tem como foco interpretativo os conflitos educacionais gerados no período que vai de 1930 a 1945, uma vez que encontram-se estruturados nos marcos da evolução econômica, política e social desencadeada no processo de modernização nacional a partir de meados da década de vinte.

O suporte de análise das mudanças educacionais são, então, as transformações ocorridas no modelo econômico nacional, que trazem em seu arcabouço uma nova concepção de ser humano e sociedade, ou seja, uma perspectiva liberal que se estruturava na nova fase de acumulação capitalista, exigindo da educação uma outra dimensão centrada no urbanismo crescente e no papel do Estado como propulsor desta mudança. Isso gerava conflitos entre os interesses de uma concepção representada pela educação católica e a perspectiva assumida pelo pensamento liberal dos educadores da Escola Nova.

É esse norteamento que assume a problemática da temática a ser desenvolvida neste trabalho, pois seu referencial de análise incorpora os conflitos e as mudanças educacionais ocorridas nos anos 30, como resultado das transformações em curso na sociedade brasileira, fundamentando seus elementos explicativos numa nova dimensão humana, centrada no urbanismo crescente e no processo de industrialização intensivo.

Não obstante, deve-se observar que se por um lado as abordagens efetuadas em nível nacional conseguem explicar a macrodinâmica da educação brasileira, estabelecendo referência nas categorias de classe social, desenvolvimento econômico, papel do Estado, etc., por outro não conseguem expressar, necessariamente, uma análise dos microaspectos da educação na Amazônia em relação ao desenvolvimento nacional, pois tais fatores são reflexos muito mais das regiões sul e sudeste do que propriamente das outras regiões do país e seus atrasos econômicos, exigindo assim, uma análise mais detalhada desta problemática.

Além disso, cabe acrescentar que apesar das dificuldades vivenciadas pela Região e sua economia, as perspectivas de mudanças que se previa para educação no Estado do Pará desde a década de 20 já circuncrevia no Ideário da Escola Nova, mesmo em um ambiente rural e de forte influência oligárquica. Neste sentido, tornou-se necessário compreender qual o significado que assumiu a perspectiva liberal novista nas políticas desenvolvidas pelos agentes responsáveis pela evolução de tais políticas no estado, tendo em vista, que mesmo após a tomada de poder pelas forças de 30 a realidade local não sofrera grandes modificações.

Dessa forma, esta pesquisa busca definir o significado das políticas implementadas desde os anos 30 até o Estado Novo na Amazônia paraense, tendo em vista que, as transformações ocorridas na educação nacional durante este período faziam parte do processo de modernização capitalista em curso no país, seja a partir da perspectiva católica seja a partir dos liberais escolanovistas e as demais correntes de pensamento presentes neste momento da vida nacional que em última instância influenciaria na evolução das políticas educacionais no estado, bem como na região.

Desse modo, a problemática constitui-se na tentativa de se compreender como as políticas educacionais de cunho nacional incorporaram-se às dinâmicas específicas das injunções econômicas, políticas e socioculturais do Estado do Pará, tendo como referência

o momento de trinta, suas repercussões nacionais e sua influência nas mentalidades das políticas educacionais desenvolvidas em nível local.

2. Proposição do problema

Colocada, portanto a problemática, o caminho a ser seguido deve direcionar-se para vias de compreensão de como o ideário da Escola Nova, próprio de uma dinâmica urbana industrial, incorporou-se ao desenvolvimento de políticas educacionais em uma região cujo suporte de sobrevivência estruturava-se em uma realidade essencialmente rural. E, mais do que isto, deve-se investigar quais objetivos tiveram as políticas educacionais no Estado do Pará e que mentalidade estava presente nos discursos e documentos oficiais.

Essas reflexões nos direcionam à compreensão do ambiente social que envolvia as transformações que davam suporte à mudança de mentalidade na sociedade brasileira. Muito embora esse universo estivesse circunscrito às modificações geradas no eixo centro-sul, o impulso tomado na nova fase de acumulação capitalista nestas regiões influenciavam nas políticas desenvolvidas nas outras regiões do país.

Desse modo, a passagem dos anos 20 aos anos 30 trouxe consigo ares de mudanças na sociedade brasileira. Havia o vivo sentimento da necessidade de recuperação dos valores perdidos com os anos anteriores da República. O caráter degenerativo que assumiu o Estado durante esse período, tornando-se um instrumento privado dos interesses oligárquicos regionais, com uma democracia censitária e fraudulenta, constituiu-se em elemento contínuo de crítica e resistência por parte de vários segmentos da sociedade, de forma acentuada entre os setores médios da população, como os intelectuais, os militares, os comerciantes, os industriais, etc.

Esse contexto de crítica e resistência encontrava ressonância em uma série de manifestações de cunho regional que passariam a influenciar na dinâmica da realidade nacional, principalmente a partir de 1922 com o levante da Armada de Copacabana e a Semana de Arte Moderna, que não só apontou os percalços do ambiente político-social, como abriu caminho para a modernidade cultural brasileira.

O momento refletia a efervescência nos diversos aspectos da vida no país, seja na economia, na política, na cultura, ou na educação. O discurso de inovação voltado ao

progresso, à ciência, à indústria, à formação moral e ética e de um novo espírito de nação, exerceu fascínio em todos os matizes de pensamento, desde os mais progressistas, como marxistas e liberais, aos intelectuais de mentalidade tradicional como os integralistas, os católicos, etc., que de certa forma assumiram o discurso da necessidade de uma nova sociedade centrada em princípios modernos, urbanos e industriais.

Destarte, este ato de transformação que vinha desde meados da década de 20, de certo modo, atingiu seu ápice com o movimento tenentista de outubro de 1930, que foi resultado de todo um clima de mudanças provindo dos anos anteriores. Na verdade, no dizer de Cândido¹ tornou-se um eixo catalisador, que de certa forma, girava em torno de si a cultura brasileira, gerando um certo movimento de unificação cultural, que transplantava do ambiente regional fatos que assumiriam referência em nível nacional. Ainda nas palavras do autor,

A este aspecto integrador é preciso juntar outro, igualmente importante: o surgimento de condições para realizar, difundir e “normalizar” uma série de aspirações, inovações, pressentimentos gerados no decênio de 1920, que tinha sido uma sementeira de grandes mudanças.²

Nesse sentido, os anos 30, apesar dos limites impostos pela realidade nacional, trouxeram a ampliação da participação social em vários aspectos da vida nacional. Isto seria observável tanto na educação, na vida artístico-cultural, quanto nas atividades de cunho político.

Desse modo, além da ação objetiva dos militares na tomada do poder, o destaque à atitude dos intelectuais dos diversos matizes ideológicos com relação à questão social, no qual o efeito da efervescência da década anterior levava à tomada de consciência da necessidade do envolvimento político na vida pública do país, fato que seria sentido na participação efetiva nos movimentos políticos, ou aderindo ao governo ou através da crítica efetuada nas produções literárias.

Entretanto, mesmo que houvesse todo esse clima de modificações que envolvia o movimento de 30, isto não significa dizer que o caminho era a via revolucionária de superação do modo de produção capitalista vigente, mas de compreender que as mudanças

¹ Cândido, A. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989. p. 81

² Id., p. 182

em curso no Brasil estavam vinculadas às contingências da nova etapa de acumulação de capital em que entrara o país durante esse período.

Na verdade, o limite residia no caráter dependente e tardio do processo de modernização nacional, que influenciava não só nos aspectos da evolução econômica, científico-tecnológica, como na mentalidade das elites e dos agentes responsáveis pelas mudanças de cunho sociopolítico e cultural, em que as perspectivas de inovação residiam em pressupostos conservadores e totalitários de sociedade, centrados principalmente, na estrutura do Estado.

Esta explicação torna-se importante porque contribui não só para o entendimento das mudanças em curso neste período, como também esclarece a relação estabelecida por Getúlio Vargas com as várias correntes de pensamento, pois apesar dos discursos de um novo espírito social, o caráter de seu governo assumia a via contínua de desmobilização social, onde a cooptação intelectual e a censura tornaram-se instrumentos eficazes na estratégia de permanência no poder. A perspectiva, portanto, estava na adoção de uma estrutura econômico-administrativa modernizante, porém, em uma ordem político-social de cunho autoritária e conservadora.

Assim, torna-se compreensível não só o envolvimento de intelectuais de concepções sociais diferentes no governo, como, no âmbito educacional, explica-se porque os fundamentos das legislações estabelecidas estavam pressupostos em princípios urbanos-industriais do ideário da Escola Nova.

Na verdade, os princípios liberais difundidos pelos educadores novistas não constituía-se em um fenômeno novo na realidade nacional. Desde os tempos coloniais, passando pelo império e a República, já fazia parte do universo ideológico da elite política brasileira, porém condicionado por uma sociedade patriarcal e fortemente estratificada.

Este aspecto específico de uma sociedade periférica tornava o discurso liberal incorporado aos interesses dos setores sociais dominantes, onde a perspectivas de inovação que foram próprias da evolução das nações desenvolvidas, tornar-se-iam no Brasil um mero instrumento ordenador dos desejos civilizatórios das elites dirigentes. Legitimando, portanto, nos diversos setores sociais as instituições político-sociais dominantes.

Essa cultura política não seria rompida nos anos de 1930 a 1945, principalmente no campo educacional. Pois, apesar do caráter inovador presente no manifesto dos Pioneiros



da Educação Nova de 1932, permaneciam os princípios inerentes a uma sociedade elitista e estratificada, na qual o conteúdo das políticas educacionais continuaria elitista e meritório, em que a ampliação das oportunidades educacionais dar-se-ia nos níveis médio e superior em detrimento do ensino elementar.

Da mesma forma, isto seria verificado no âmbito político, econômico e administrativo, embora num processo de contínua modernização capitalista de estrutura urbano-industrial, a perspectiva era de resistência ao liberalismo democrático, constituindo-se assim, numa realidade social autoritária e centralizada na esfera do Estado.

Assim, quando se traz essa reflexão para o entendimento das políticas educacionais desenvolvidas na Amazônia, observa-se que este ambiente social é o suporte que serve de explicação para o entendimento da implementação das reformas educacionais sobre os pressupostos do ideário da Escola Nova, mesmo em uma estrutura oligárquica e rural como a da região. Isto se justifica pela influência que essa mentalidade exercia no processo de formação das elites dirigentes, principalmente depois do período pós-revolucionário.

Porém, se por um lado fica demonstrada a perspectiva da Escola Nova na Amazônia compreendendo-se sua influência sob os auspícios das políticas educacionais nacionais, permanecem ainda, questões prementes a serem respondidas, dentre elas a seguinte: qual a influência das injunções políticas, econômicas e sociais locais no desenvolvimento das políticas educacionais da região? Ou melhor, qual o objetivo último assumido pela educação nos discursos e documentos oficiais? Perguntas como essas servem como norte para o desvelamento da problemática proposta e, ao mesmo tempo, para identificar as especificidades assumidas pela educação na região, pois apesar de toda a influência nacional, o desenvolvimento das políticas educacionais incorporou a dinâmica própria da realidade econômica, política e cultural da Amazônia.

Na verdade, a realidade amazônica do final da década de 20 e início dos anos 30 caracteriza-se por um momento de franca crise: a economia encontrava-se envolta com uma atividade decadente e concentradora, centrada no sistema de aviação, com um capital comercial financeiro favorecido pelo ganho fácil, sem nenhuma política de investimento; havia uma elite acostumada com as benesses do Estado e uma população rarefeita, perdida nos seringais decadentes ou em outras atividades; a indústria era incipiente e quase não exercia nenhuma influência; e ainda se observava a ausência efetiva do Estado Nacional



como organizador e dinamizador da vida socioeconômica, política e cultural da região. Esta contextualização torna-se importante porque demonstra de que maneira viria ela exercer influência nos objetivos que a educação teve na região a partir dos anos 30.

Este aspecto de uma sociedade com característica rural e de profunda concentração de renda passa a ser determinante por favorecer a compreensão da relação de poder que se estabeleceu na região, assumindo uma identidade que seria própria de uma estrutura oligárquica, na qual as políticas públicas se dão muito mais sob a influência dos conflitos entre as elites do que propriamente a partir dos interesses dos setores da população. Nesse sentido, o objetivo da educação esteve incorporado à relação de poder na região, a partir do qual o desenvolvimento das políticas educacionais efetivadas pelos governos pós-movimento de 30 circunscreviam suas ações ao intuito de superar a dominação oligárquica dos anos anteriores, porém, inscrevendo-a em um conteúdo de caráter integralista com uma funcionalidade ideológica, resistente ao domínio anterior, no entanto submissa à nova ordem estabelecida.

Assim à educação caberia cumprir, essa função dominativa mesmo que pressuposta no ideário da Escola Nova – desprovida de seu cunho progressista -, ou seja, própria da ordem autoritária e centralizadora que se estabelecera no estado a partir de então. Nos discursos e documentos oficiais, tal mentalidade mostra-se claramente: as idéias de expansão das oportunidades educacionais, de formação da cidadania, da moral e da higiene social tinham em vista a superação do atraso político da população através da reconstrução social, porém, dentro dos ditames estabelecidos. Assim, mesmo que essa realidade educacional incorpore as perspectivas gerais de cunho nacional, ela assume o conteúdo próprio da dinâmica das injunções políticas e sociais locais.

Destarte, este trabalho tem, assim, a pretensão de estudar o desenvolvimento das políticas educacionais efetivadas na Amazônia pareense durante esse período, abordando os aspectos que acima expusemos, dando ênfase à mentalidade revelada, à concepção social, os jogos de interesse, os conflitos e as relações de poder, influenciadas, principalmente, pela dinâmica das injunções econômicas, políticas e socioculturais locais.

3. Delimitação do problema

Este trabalho propõe-se, portanto, descrever a estrutura econômica, política e social da região Amazônica, a partir de seus aspectos históricos, buscando centrar-se na compreensão das políticas educacionais desenvolvidas no Estado do Pará durante o período que se convencionou chamar de “Era Vargas”, ou melhor, pretende abranger tais políticas desde os anos 30 até 1945. Tal período configura-se como um instante significativo não só porque marca uma nova etapa do desenvolvimento econômico e político nacional, como estabelece, de acordo com Pinto,³ a incorporação da Amazônia ao planejamento do Estado Nacional.

Para tanto, o estudo busca desvelar as relações estabelecidas que favorecem o entendimento da mentalidade ideológica assumida pelo desenvolvimento das políticas educacionais no Estado do Pará, procurando compreender tanto o sentido simbólico e/ou seu caráter ideológico — que tanto influencia o contexto social no qual está inserido — como também investigar de que forma essas políticas sofrem influência direta da mentalidade social e das concepções dos seus realizadores. Nesse sentido, o caminho seguido foi entender a concepção social dos interventores realizadores das políticas educacionais com o ambiente social no qual estão inseridos, sabendo-se estarem estes influenciados tanto pelas mudanças gerais da sociedade nacional como pelo ambiente político da realidade local.

Do mesmo modo, o presente trabalho propõe-se compreender a dinâmica própria da realidade educacional, que, embora não esteja independente das injunções sociais, deixa revelar através de sua prática pedagógica, leis, decretos, mensagens e dados estatísticos, o sentido último da educação. A este propósito, este estudo descreve, analisa e identifica nesse período os momentos políticos pelos quais passou o país e de que forma tais momentos determinaram a política educacional brasileira e seus reflexos na região amazônica, e ainda o novo papel que esta passou a ter para o país.

³ PINTO, L. **O estado nacional: padrao da amazonia**. Belém: IDESP, 1986. v. 56



Assim o trabalho tem em vista os seguintes objetivos:

a) Contribuir para o desenvolvimento da história da educação na Amazônia, favorecendo uma análise mais aproximada das políticas educacionais desenvolvidas no Estado do Pará durante o período de 1930 a 1945.

b) Elaborar uma explicação que expresse as especificidades da relação entre os elementos pertencentes a esta estrutura tripode: políticas educacionais nacionais, desenvolvimento regional e políticas educacionais no Estado do Pará.

. Plano de exposição

Os resultados do trabalho e das análises desenvolvidas serão apresentados em três capítulos.

O capítulo I consistirá numa análise da trajetória histórica da educação no Brasil interligando-a ao processo de desenvolvimento econômico, político e social do país.

O capítulo II consistirá no estudo do desenvolvimento das políticas educacionais no Estado do Pará no período de 1930 a 1935, analisando as influências da educação nacional e suas confluências com as injunções locais, bem como as concepções que fundamentam a mentalidade dos agentes responsáveis pela implementação das políticas educacionais no estado.

O capítulo III irá estudar os reflexos da educação nacional e seus princípios norteadores nas políticas educacionais do Estado do Pará, tomando como referência o período que vai da Constituição paraense de 1935 ao desenvolvimento do Estado Novo. Refletirá sobre a influência das injunções locais na evolução educacional no estado, e ainda o contexto socio-político que a envolve, com a presença efetiva do Estado Nacional no desenvolvimento da região Amazônica.

E, por fim, as considerações finais procurarão apresentar os limites e possibilidades da educação na Amazônia paraense durante o período que compreende os anos de 1930 a 1945.

5- Aspectos metodológicos

O pressuposto básico que norteou a construção do trabalho foi a compreensão de que a educação se constrói como uma prática social histórica e, portanto, é inerente à forma como o ser humano constrói sua sobrevivência e a concepção de mundo do qual está inserido. Ou seja, o mundo social, é a própria materialidade histórica desse fenômeno dinâmico que é a cotidianidade humana e suas transformações.

Neste sentido, a busca da compreensão histórica da educação e suas políticas educacionais na Amazônia paraense, passou por um universo de análise tendo em vista duas linhas de estudo. A primeira delas, tendo como ponto de partida as políticas educacionais do Estado Brasileiro, interligadas ao processo de desenvolvimento econômico, político e social do país, tendo como fonte de referência as análises histórico-teóricas saídas das literaturas produzidas pelos pensadores da área.

Uma Segunda linha procurou compreender como essas políticas se desenvolveram no Estado do Pará, tendo como referência os documentos e mensagens disponíveis dos agentes implementadores das políticas, sejam elas econômicas, políticas e sociais, bem como educacionais. Do mesmo modo, que se utilizou dos escritos produzidos na Região sobre as problemáticas referidas no período de 1930 a 1945.

Assim, este estudo fixou-se em uma pesquisa bibliográfica e de análise documental posto que partimos do princípio de que os textos e documentos onde estão explicitados os discursos públicos possuem extrema importância, pois sua análise nos permitiu descortinar tanto os códigos educacionais presentes que se propagaram, quanto forças não estritamente organizacionais, nem pedagógicas, mas de tipo social, político, superestrutural, etc, que dinamizaram a realidade da época. Desse modo, o trabalho constitui-se de um estudo sobre a mentalidade e as concepções presentes nos documentos oficiais e na bibliografia disponível sobre o período.



CAPÍTULO I

POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA DOS ANOS 30 AO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO NOVO: LIMITES E POSSIBILIDADES.

1. 1 Introdução

Poderíamos pensar os anos que nos propomos a estudar sobre a história da educação no Brasil como um período paradoxal, pois se de um lado havia um discurso de mudanças que apontavam em direção ao processo de liberalização social motivada pelas transformações econômicas e sociais em curso, de outro, era um momento de intensa conturbação política, que de certo modo favorecia a instalação de uma ordem social autoritária e centralizadora.

Havia a necessidade premente de novas estruturas organizacionais e políticas, porém em uma ordem de cunho social elitista e conservador, cujos parâmetros, ainda que novos, resultariam no fato de que o papel das mudanças acabaria recaindo sobre o Estado e na figura emblemática de Getúlio Vargas. A mentalidade era de um governo forte que deveria empenhar-se em centralizar o poder, combatendo as oligarquias regionais, renovando a sociedade, promovendo a industrialização e, por conseguinte, modernizando o país. Esta concepção estava incorporada ao pensamento vigente na época — principalmente dos setores médios industriais, dos empresários, dos militares, da igreja, dos intelectuais e das oligarquias afastadas do poder — segundo o qual, o poder central refletia a fragmentação do poder que existia nas várias regiões do país. A partir disso, estabelecia-se a necessidade centralizadora que teria que exercer o novo governo, ou seja, este deveria ser capaz de superar os limites dos interesses regionais, sobrepondo então, as perspectivas nacionais.

Era verdade que se entrava numa nova fase de acumulação de capital, que embora fosse influenciada pela dinâmica global, possuía características próprias da estrutura interna da evolução capitalista do país, ou seja, de um processo de modernização definido sob os auspícios de uma economia periférica dependente, que muito mais incorporava elementos científicos e tecnológicos da realidade mundial do que estabelecia elementos próprios de sua evolução econômica autônoma.

De certo modo, como diria Xavier,¹ essa característica da modernização capitalista do país acabaria por definir os rumos da expansão produtiva, reforçando, assim, os limites das transformações sociais e culturais da sociedade brasileira e criando dificuldades profundas para superação das formas tradicionais impostas pelo modelo anterior.

Como afirma a referida autora,

A modernização econômica dependente implicou uma modernização cultural e institucional que, assim como a econômica, tendeu a se dar dentro dos limites necessários à incorporação da economia nacional ao conjunto da economia capitalista mundial a que se subordinava.²

Esta conjuntura talvez sirva para explicar os sentimentos de otimismo e de desencanto na educação, de quem viveu este instante de mudanças na sociedade brasileira. Acreditava-se em uma nova ordem induzida pelas modificações que atravessavam o mundo inteiro, além disso havia um certo entusiasmo gerado pelas perspectivas dos movimentos culturais e socioeconômicos traduzidos pelo aparecimento da indústria e pela aceleração das atividades urbanas.

Este otimismo expressa-se na própria leitura feita por Fernando de Azevedo do momento que atravessava a sociedade nacional. Agora, diria ele,

(...) se exprimia vigorosamente o impulso tomado pela indústria nacional, depois do conflito europeu, criavam um ambiente mais favorável à fermentação de idéias novas que irradiavam dos principais centros de cultura, tanto da Europa como dos Estados Unidos.³

No entanto, pareciam esvaír-se os sonhos e os ideais de uma sociedade aberta e democrática, motivada pelas intempéries do momento complexo que se exprimia nas idéias e nos movimentos de insurreição política, que apontavam muito mais para uma via autoritária de sociedade do que para a realização de tais ideais na sociedade brasileira.⁴

¹ XAVIER, M. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino**. Campinas: Papirus, 1990.

² Id., p.58

³ AZEVEDO, F. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 3ª. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958. p. 152

⁴ Segundo Robert Levine, o ambiente de trinta apontava uma perspectiva centralizadora e autoritária de modernização social, isto se expressava na própria mentalidade ideológica dos atores sociais, tanto pela característica das influências regionais, como pela falta de partidos de cunho nacional, conduzindo a aspectos premente de uma ordem autoritária. Eram o que expressavam setores das elites, os militares, igreja etc, bem como os movimentos de resistência ao pensamento liberal, como a ALN e a AIB. Assim expressava o autor: *"Até certo grau, um movimento parecia-se ao outro... ambos procuravam atrair as classes média e trabalhadora; ambos atacavam o status quo, o domínio econômico estrangeiro, e o fracasso revolucionário"*

Esse era o sentimento expresso por Anísio Teixeira quando do seu pedido de demissão do cargo de Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal em 1935. Dizia ele:

Se, porém, os educadores, os que descrêem da violência e acreditam que só as idéias e o seu livre cultivo e debate, é que operam, pacificamente, as transformações necessárias, se até esses são suspeitos e feridos e mal sinados nos seus esforços — que outras alternativas se abrem à pacificação e conciliação dos espíritos?⁵

Portanto, é este momento controverso, de reestruturação econômica centrada no discurso da modernização brasileira — ainda que uma modernização conservadora — que viria nortear o processo contínuo da história da educação no Brasil: de um lado, os ideais de uma educação pautada na linguagem de uma sociedade aberta e na criação do estado de direito; de outro, os limites educacionais de uma ordem social marcada pelo conflito de interesses, próprio de uma modernização tardia e de uma economia dependente, determinando a evolução econômica, cultural e política do país.

Assim sendo, é isto que nos propomos estudar neste capítulo: a nova ordem econômica, os conflitos ideológicos, os limites e as possibilidades da educação neste momento.

1.2 Aspectos econômicos, políticos e socioculturais dos anos de 1930 a 1945

A fim de que se possa entender o movimento de 1930 e suas características, é necessário visualizar os momentos que o antedecem, pois não se pode negar que a partir da segunda metade dos anos 10 e início da década de 20 começava uma nova etapa de desenvolvimento social, econômico, político e cultural na sociedade brasileira. O modelo agrário-exportador, vigente desde os tempos da colonização até a Primeira República, entrara em crise demonstrando claros sinais de não correspondência com as necessidades efetivas da sociedade e do Estado Nacional. Esse modelo sustentava-se não só pela produção do café, mas também pelos diversos setores primários da economia — borracha, cana-de-açúcar, algodão, ouro, etc. — que, juntos, articulavam a manutenção do domínio

da *Aliança Liberal*. Ambos refletiam condições internas". (LEVINE, 1980, p. 129) Bem como, regimes totalitários e o fechamento da ordem democrática.

⁵ TEIXEIRA, A. *Educação não é privilégio*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p. 34

oligárquico nos vários ramos e aspectos, fossem eles políticos, econômicos e/ou culturais da vida nacional.

Havia um certo desencanto ocasionado pelo caráter oligárquico e clientelista presente no modelo político implantado em 1889. A até então imaginada perspectiva de construção de uma nova mentalidade social que introduzisse no Brasil, de forma definitiva, os valores da dupla revolução européia do século XVIII, de república nacional, de ciência e industrialismo crescente, esvaiu-se com a predominância dos interesses particulares e coronelísticos característicos da Primeira República. Prevaleceu assim, uma república autoritária, censitária e fraudulenta que emitia claros sinais de sua decadência.

Esta realidade tornava-se ainda mais contundente sob a influência dos movimentos externos, como a crise do modelo econômico liberal, a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa de 1917 e o *crack* da Bolsa de Valores da Nova Iorque. Esses fatos vieram a ter reflexos significativos na política e na economia interna e externa do país, gerando a possibilidade de superação do modelo tradicional de economia e a adoção de um novo, centrado na industrialização e na substituição de importação.

A primeira guerra mundial precipitou a demonstração da fragilidade latente do modelo agrário-exportador, diminuindo consideravelmente o preço de seu principal produto, o café, no mercado mundial e reduzindo com isso a capacidade de importação brasileira. Esta realidade teve como consequência imediata o aumento da carestia no país e o surgimento de uma resistência social para com o modelo de proteção ao café, ao mesmo tempo em que, politicamente, despertara nos setores civis e militares a preocupação urgente com a defesa nacional, a partir do que, pela primeira vez, criaram-se organizações civis de defesa nacional e passou-se a exigir do governo maior preparação militar.

A crise de 29, por sua vez, veio ampliar ainda mais a demonstração de fragilidade do modelo econômico nacional pois ocorreu simultaneamente à superprodução do café, exigindo do governo uma política econômica emergencial e imediata para a manutenção do preço do produto. Isto levou à compra e à queima sucessiva dos estoques disponíveis, sem contudo, conseguir-se deter a crise econômica gerada com o pagamento dos encargos do mercado internacional. Do mesmo modo, essa política de proteção levou a um processo contínuo de desgaste do governo e a uma forte oposição social.



A revolução Russa de 1917, embora não tenha tido uma consequência imediata nos rumos políticos do país, colocou em cena o surgimento do Partido Comunista do Brasil vinculado à Terceira Internacional. Mesmo que as influências não fossem sentidas de maneira instantânea nos movimentos dos trabalhadores brasileiros, pelo seu caráter de influência anarquista, essa nova legenda política estaria, a partir de 1922, presente nos acontecimentos políticos da vida nacional.

Tais processos, contudo, não aconteceram de maneira uniforme em todo o território brasileiro. Diferentemente das demais regiões do país, essa dinâmica ocorreu na economia do sudeste, que se desenvolveu não só pelo ciclo da mineração em Minas Gerais, mas, principalmente, pelo potencial de desenvolvimento imprimido pela economia do café, pois embora este fosse o sustentáculo do modelo agrário-exportador, seu crescimento favoreceu também o surgimento de diversas atividades e a dinamização social. Isto pôde ser percebido pelo florescimento de novas atividades comerciais, sistemas modernos de transportes, desenvolvimento da indústria e, principalmente, da aceleração do processo urbano, com o aparecimento dos diversos setores sociais, como a classe média industrial e comercial, operários, etc.

Como consequência, surge uma nova mentalidade cultural no Brasil ao final da década de 20, pois segundo Ianni, simultaneamente à realidade agrícola,

(...) formavam-se novos grupos sociais, com interesses distintos dos interesses da burguesia nacional e internacional (rural, comercial e financeira) vinculada à cafeicultura. Em consequência da incipiente industrialização havida nas décadas anteriores, do crescimento do setor terciário e da própria urbanização, surgiram novos grupos sociais, particularmente os primeiros núcleos proletários e os princípios da burguesia industrial; além de expandir-se bastante a classe média. Foi nesse ambiente urbano mais complexo e parcialmente independente da cultura agrária que surgiram, na década de 20, vários movimentos políticos e artísticos novos: fundou-se o Partido Comunista do Brasil, em 1922; surgiram as primeiras manifestações do tenentismo o qual exprimia os interesses, os ideais e as ambições políticas de alguns setores do exército; fundou-se o partido político de inspiração fascista, com a Legião Cruzeiro do Sul, em 1922; e realizou-se a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, também em 1922, quando se manifestaram alguns jovens artistas de vanguarda. Essas são algumas das principais expressões de uma sociedade urbana em franca transformação.⁶

⁶IANNI, O. Estado e planejamento econômico no Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. p. 28-29



Traduzia-se, assim, uma nova dinâmica social que para diversos setores significava, além da superação de estruturas antigas centradas em padrões rurais, a possibilidade de recuperação do ideal perdido com a Velha República, ou seja, de dotar o Brasil de uma cultura fundamentada em princípios modernizantes, de caráter urbano-industrial, capazes de criar uma outra mentalidade social que exigiria a formação de um novo ser humano — autônomo, racional e livre — e de uma sociedade científica e industrial.

Em certo sentido, havia uma conjuntura que favorecia tal perspectiva de renovação social, principalmente pela possibilidade de se estabelecer um desenvolvimento autônomo da economia através da industrialização. E mais do que isso, este momento sofria fortes influências das diversas concepções ideológicas e de resistências sociais permanentes, fosse dos setores médios da população, de intelectuais ou de operários e outros. E, em destaque, havia ainda os levantes da armada militar que desde 1922 resistia ao processo de desenvolvimento existente na sociedade brasileira.

Na verdade, era um ambiente efervescente, principalmente, no âmbito da cultura. Marcava-se pela perspectiva presente da busca efetiva de participação dos intelectuais na vida social e política do país nem tanto pelo caráter partidário, mas nomeadamente pelo envolvimento nas questões sociais. Em outras palavras, pressupunha o encontrar da identidade nacional, dos nacionalismos, da identificação da raça, etc.

Configura-se assim um momento objetivamente premente de renovação social, seja de aspecto conservador, moral e progressista, de cunho integralista, católico, liberal, ou de influência marxista. O conteúdo apontava para a redescoberta do país como nação, povo e raça. Porém, ainda de forma dispersa, com aspectos regionais que experimentavam os arroubos iniciais de renovação, fosse na arte, na literatura ou na educação e que tenderiam, a partir da década trinta, para a busca de superação e de unicidade nacional.

Segundo Pécaut,

Essa modernidade contraditória trouxe também, pelo menos potencialmente, o engajamento político dos que a defenderam: de fato, o debate entre o cosmopolitismo e o nacionalismo ocuparia a questão política tal como esta se colocaria nos anos seguintes. O modernismo mostrou ainda que no plano cultural e o político são indissociáveis: Transformar uma nação latente em nação-sujeito supõem um empreendimento em ambos os níveis. Raros foram os participantes da Semana de Arte Moderna que não se alinharam, logo depois, como militante no terreno do nacionalismo: seja o nacionalismo conservador ou nacionalismo progressista, nacionalismo patriótico ou nacionalismo esclarecido.

Menotti Del Picchia, um dos que optaram pelo nacionalismo conservador, menciona a Semana de Arte Moderna como o primeiro sintoma espiritual da transmutação de nossa consciência.⁷

Este ambiente coadunava-se com o pensamento de que deveria haver um processo de mudanças contínuas no país, porém com um caráter que não denotava a superação das estruturas capitalistas de produção, mas significava um movimento com característica de uma modernização tardia e elitista, pautado numa mentalidade evolucionista, a partir do que se desejava estabelecer mudanças capazes de superar as formas tradicionais de existência, estabelecendo na nação um novo estágio de desenvolvimento que a colocasse no patamar dos grandes países civilizados.

Sobre este ambiente, refere-se Xavier:

A conjugação desses fatores com a dinâmica do processo econômico transformou os anos 20 e 30 numa fase de intensa efervescência ideológica no país. A perspectiva de uma mudança inevitável colocou em cena, com fervor, todas as tendências presentes na sociedade da época, desde as surpreendentemente revolucionárias às tradicionalmente reacionárias. As revolucionárias representadas por um operariado de ponta, fração consciente mas incipiente da massa trabalhadora, sem respaldo e sem representatividade política. As reacionárias, lideradas pelas oligarquias tradicionais cuja sustentação política, contudo, revelava-se cada vez mais dependente de alianças com as frações emergentes e as classes médias em ascensão. E as reformistas, dominantes e vitoriosas, representadas por todos aqueles que, conscientemente ou não, lançavam mão de todos os mecanismos de mediações disponíveis para conciliar os interesses pelo alto e operar as mudanças estritamente necessárias para expandir as atividades econômicas e alargar o campo da participação política, sem comprometer as bases da concentração de renda.⁸

Portanto, é neste contexto que o movimento de 30 irá ser, ao mesmo tempo, aglutinador e catalisador das mudanças que estavam em curso na sociedade brasileira: de um lado as transformações no campo da cultura e da política, de outro o aprofundamento da crise do modelo agrário-exportador com a débâcle da política café-com-leite de Washington Luís, e a quebra na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Será decretado, em parte, o fim das oligarquias, e também a introdução de uma nova mentalidade administrativa agora envolvida por outros setores fora do poder: pecuaristas do sul, setores sociais urbanos — intelectuais, católicos, liberais — e o braço forte do movimento, os

⁷ PÉCAUT, D. *Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990. p. 27

⁸ XAVIER, M. *op.cit.*, p. 64-65

tenentistas, dispostos a introduzir na sociedade brasileira princípios urbanos e regeneradores sociais e um novo modelo econômico centrado não mais na exportação de produtos primários, mas no olhar voltado para o mercado interno, com a instalação do modelo econômico de substituição de importação.

Entretanto, conforme nos afirma Romanelli,

Não havia sequer um programa comum definido; dessa coalizão podiam distinguir-se duas correntes: a dos que desejavam mudanças apenas no sentido jurídico, ou mesmo propugnavam por uma troca de pessoas no poder e a dos que se propunham a lutar por mudanças mais profundas.⁹

Ou, dito de outra forma, o movimento muito mais representava um conjunto de forças díspares, movidas pelo desejo de dar uma nova forma administrativa ao Estado a fim de que este respondesse às novas demandas surgidas com a industrialização inicial e colocasse fim ao domínio oligárquico tradicional, do que indicava a existência de um programa comum que desse continuidade aos anseios das mudanças exigidas pela sociedade pós-movimento de 30.

Ocorreu então que, durante as eleições presidenciais de 1930, Getúlio Vargas, candidato pela Aliança Liberal, foi derrotado. A divisão ocorrida entre as principais oligarquias regionais levou à quebra do pacto oligárquico estabelecido durante toda a velha república, levando então a tomada do poder por uma conjunção de forças díspares representada, principalmente, pelo braço mais forte do levante, os tenentes. Foi, então, Vargas conduzido ao poder. Era um movimento dinâmico, que de certa forma, refletia os anseios das novas forças sociais emergentes. Caracteristicamente, viria assumir um cunho conservador pela própria mentalidade cultural da época, e dos setores sociais envolvidos no movimento. Porém, significava uma nova forma de concepção social na vida do país, abrindo a possibilidade de superação da estrutura oligárquica da Velha República.

Nesse sentido, a falta de um programa de unidade ou de uma hegemonia ideológica e político-econômica por parte dos setores da Aliança Liberal deram a Getúlio Vargas a possibilidade de capitalizar neste ambiente social as forças envolvidas com o movimento de 30. Segundo Levine,

Como chefe do governo provisório, Vargas concentrou seus primeiros esforços na consolidação da coalizão que levava ao

⁹ ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil: 1930 – 1973*. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 48



poder e na criação de uma base popular, mas não fez qualquer esforço para formular um programa consistente ou uma ideologia política. Em 11 de novembro de 1930, expediu um decreto-lei que dava poderes virtualmente ditatoriais ao governo. Dissolveu o Congresso Nacional e os órgãos legislativos estaduais e municipais, reservando-se poderes absolutos para nomear funcionários públicos. Os pronunciamentos públicos de Vargas agradavam à classe média, na sua hostilidade à oligarquia rural. Reiteravam também as promessas feitas no curso da campanha eleitoral em matéria de legislação trabalhista e de ajuda às classes trabalhadoras.¹⁰

Assim, ao trazer para si os anseios das classes sociais e suas contradições, além de centralizar no governo provisório as responsabilidades das demandas sociais a serem implementadas, Getúlio tornou o Estado interventor da sociedade civil, organizando os setores produtivos da indústria e procurando responder às demandas exigidas através da criação de órgãos e da indicação de interventores em todos os estados. Este momento deu uma nova face na forma de conceber o Estado brasileiro, pois foram introduzidas reformas importantes na estrutura jurídica, administrativa e econômica do país, pois segundo Ianni, de 1930 a 1945,

(...) o governo federal criou comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações e formulou planos. Além disso, promulgou leis e decretos. Incentivou a realização de debates, em nível oficial e oficioso, sobre os problemas econômicos e financeiros, administrativos, educacionais, tecnológicos e outros.¹¹

Na verdade, foram tomadas medidas que envolveram quase todos os setores da vida nacional, já que era importante redimensionar todas as atividades produtivas em geral. Foram criados diversos órgãos e ministérios, entre eles, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Indústria, do Comércio e o Ministério da Educação. Também no campo econômico desenvolveram-se indústrias de base, como a Companhia Siderúrgica Nacional e, principalmente, criou-se em 1934 o Conselho Federal de Comércio Exterior, cujas atribuições estavam em estudar e propor soluções técnicas com relação a diversos assuntos como:

(...) tratados comerciais, marinha mercante; indústria e comércio de carne; promoção de indústrias nacionais; criação de departamentos e institutos relacionados com produtos minerais e

¹⁰ LEVINE, R. **O Regime de Vargas: os anos críticos 1934-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p.

20

¹¹ Ianni, op.cit., p.34

agrícolas nacionais; mobilização de matérias-primas para economia de guerra; etc.¹²

Assim, apesar de todas as contradições existentes no processo de modernização conservadora, um novo modelo econômico, social e político surge na sociedade brasileira exigindo historicamente uma nova concepção de homem capaz de superar a mentalidade tradicional da sociedade agro-patriarcal e ao mesmo tempo de conceber uma visão de mundo a partir da qual o indivíduo é participante da realidade, adaptando-se às necessidades da sociedade industrial emergente:

(...) exatamente porque ao lado das mudanças materiais e sociais ensaiam-se mudanças no lado moral sob o influxo de princípios científicos. A civilização de nosso tempo se baseia na experimentação científica cujos princípios imprimem mudanças no sistema de vida material, social e moral.¹³

Entretanto, a compreensão deste momento exige que se identifiquem, se não de forma exaustiva, porque não é este o objetivo, as características do contexto social e a forma como os atores envolvidos compreendiam-se nas mudanças que estavam sendo introduzidas durante esse período.

o período de trinta significou momento de efervescência em todos os setores da vida nacional, desde a economia e a política até a arte, a cultura e a educação. Buscava-se, portanto, introduzir mudanças que identificassem a raiz da cultura brasileira. Porém, é um momento forte de ideologização social. Embora os intelectuais, os militares, os educadores e a igreja vislumbrassem mudanças renovadoras sociais, eram dissímeis quanto aos aspectos de implementação da formação e da ação política e perscrutavam a realização de seus projetos sociais. De certo modo, a polarização dava-se no ambiente forte dos ideais sociais e da presença do Estado. Segundo Antônio Cândido, tudo isso estava ligado

(...) a uma correlação nova entre, de um lado, o intelectual e o artista; do outro, a sociedade e o Estado – devido às novas condições econômico-sociais. Devido também à surpreendente tomada de consciência ideológica de intelectuais e artistas, numa radicalização que antes era quase inexistente. Os anos 30 foram de engajamento político, religioso e social no campo da cultura. Mesmo os que não se definiam explicitamente, e até os que não tinham consciência clara do fato, manifestaram na sua obra esse tipo de inserção ideológica, que dá contorno especial à fisionomia do período.¹⁴

¹² Id., p.36

¹³ CURI, C. *Ideologia e educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 1978, p. 66

¹⁴ CÂNDIDO, A. *A Educação pela noite e outros ensaios*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 182

De certa forma, os embates teórico-ideológicos no âmbito social sobre a educação e os conflitos gerados na elaboração da Constituição Federal de 1934 estavam circunscritos a esta realidade. A mentalidade e projetos formativos dos setores sociais envolvidos atingiram seu ápice de confronto durante toda essa década, e, principalmente, durante a elaboração da carta constitucional e do plano nacional de educação.

Dois eventos dão a exata dimensão política do instante que o país vivia e sua complexidade: o primeiro é o movimento Constitucionalista de 1932, acontecido em São Paulo, o qual manifestava a dualidade política e a resistência que os anos 30 trouxeram dos períodos anteriores, pois seus objetivos acabavam por buscar restabelecer o retorno do controle regional sobre o governo federal. O segundo acontecimento, também de capital importância, foi a Intentona Comunista de 1935, que buscava dar ao país uma nova ordem econômico-social.

São fatos como esses, portanto, que vêm corroborar as afirmações já feitas anteriormente, ou seja, de que os anos 30 foram constituídos por momentos controversos: trouxeram consigo o avanço e a mentalidade moderna mas também a crise entre os setores envolvidos. No campo econômico-administrativo, mudanças muito mais impulsionadas pelos reflexos das contingências sociais do que por um programa efetivo de reestruturação nacional; na educação, polêmicas e mudanças que irão refletir a mentalidade dos grupos envolvidos no embate ideológico do momento, e dos agentes governamentais responsáveis pela implementação das políticas educacionais.

1.3 Educação: limites e possibilidades em uma sociedade em mudanças

Embora seja polêmico em todos os ramos do conhecimento definir o real significado deste momento para a história econômica, política e cultural da sociedade brasileira, o certo é que se entrava em um novo estágio de acumulação capitalista no Brasil e que apontava perspectivas tanto para a construção de uma sociedade aberta, voltada não somente para os direitos civis e para a participação social, como também para uma ordem social fechada, porém com parâmetros de um discurso renovador e equalizador social.

Nesse sentido, um dos elementos que mais refletem a controvérsia do momento é o da educação, posto que esta, construída em um ambiente conservador e elitista, é revificada



por um discurso renovador liberal, a fim de se forjar um novo ser humano e uma nova sociedade. O momento sociopolítico determina que a escola seja, então, investida de poderes revigorantes para a reedificação nacional, conforme nos afirma Xavier:

É este o contexto no qual afloram os “nacionalismos”, os “entusiasmos” e os “otimismo” que, para além das propostas específicas que veiculam, no que diz respeito à qualidade das mudanças reivindicadas, tinham como solo comum a crença, real ou meramente proclamada, na construção de um novo país através da escola. Quer se trate de defender a escola primária para “redimir os analfabetos” e criar base para o exercício da democracia e para a reposição do poder, quer se tratasse de remodelar o sistema educacional para criar uma nova ordem econômico-social, estava subjacente a idéia de que o progresso possível dependia das vontades e das consciências. O futuro estava aberto e tudo era possível; era superar o passado e começar uma nova história, projeto do intelecto e o suor da escola...¹⁵

Era consensual a idéia de que a educação seria o instrumento possuidor do novo espírito social, porém a complexidade residia nos projetos inseridos na mentalidade de cada ator social deste momento e na influência dos projetos envolvidos nas concepções dos implementadores das políticas do Estado. Segundo Schwartzman, todos concordavam com finalidade desse instrumento social, contudo, tinham consciência de que

(...) optar por esta ou aquela forma de organização, controle ou orientação pedagógica significaria levar a sociedade para rumos totalmente distintos, de salvação ou tragédia nacional. É claro que estas questões não preocupavam tanto os políticos que conduziam seu jogo de poder com recursos mais visíveis e grupos de interesse mais articulados, dos quais não faziam parte professores, estudantes e instituições educacionais. A partir da década de 30, no entanto, os componentes ideológicos passam a ter uma presença cada vez mais forte na vida política, e a educação seria a arena principal em que o combate ideológico se daria.¹⁶

Dessa forma, a educação, vista como um dos elementos impulsionadores desse processo, teve no Brasil um papel fundamental de construir uma dimensão desse ser humano voltada para as realidades da sociedade insurgente. Do mesmo modo, ela sofria reflexos das incertezas e conflitos da realidade social vigente.

Na verdade, estes anos ampliaram a participação da elite intelectual do país, já que o envolvimento político constituía-se a tônica das publicações e trabalhos dos escritores. O engajamento social estava presente no pensamento e nas ações dos pensadores brasileiros.

¹⁵ XAVIER, M. op.cit., p. 65

¹⁶ SCHWARTZMAN, S. et al. Rio/São Paulo: Paz e Terra/EDUSP, 1984. p. 51

De certo modo, inspirava-se uma fase iluminista: ao Estado caberia construir uma nova sociedade e, à intelectualidade, forjar o novo espírito social de raça, moral e nacionalidade. Contudo, pela própria estrutura social e tradicional que caminhava para a superação, o pensamento dos intelectuais passava por uma atitude um tanto conservadora. Acreditava-se no Estado e na formação da elite pensante. A ela caberia construir o etos cultural brasileiro.

Em todos os matizes encontravam-se tais perspectivas, desde os integralistas e os liberais até os marxistas, os católicos e/ou outros que não possuíam uma tendência definida. Nesse sentido, expressava Pécaut:

Nestes escritos sobre o presente e o futuro do Brasil encontra-se, de fato, a questão permanente dos próprios intelectuais, sua posição e função. Neles reaparecem sem cessar os termos "intelectuais", "intelectualidade", "inteligência" ou "intelligentsia".¹⁷

E mais adiante reforça o mesmo autor:

O elitismo não foi, portanto, um apanágio exclusivo dos nostálgicos de um Estado todo-poderoso, nem da ordem cristã. Até os liberais estavam convencidos de que a República se mostra incapaz de formar as elites necessárias a qualquer modernização.¹⁸

Esta realidade já estava presente nos embates e conflitos educacionais dos anos que antecederam o Estado Novo, uma vez que desde a década de 20 a crise na educação já se manifestava com a necessidade de superação do analfabetismo. O modelo tradicional de formação das elites, elaborado nos moldes da educação católica, não correspondia aos novos tempos: era necessário superar a formação rural e criar novas perspectivas que superassem os entraves da educação brasileira e, ao mesmo tempo, preparassem os recursos humanos para as indústrias.

Neste espírito social, o ideário liberal, baseado em um otimismo educacional, teria profunda influência. Segundo Fernando de Azevedo,¹⁹ o Brasil já entrava definitivamente neste movimento de renovação escolar, embora com experiências isoladas, como em São Paulo, na Bahia, no Distrito Federal, etc., e as profundas discussões sobre os problemas da educação trazidos nas Conferências Nacionais organizadas pela Associação Brasileira de Educação eram sinais reais dessa nova fase. Ainda segundo o mesmo autor, este clima

¹⁷ PÉCAUT, D. op.cit., p.29

¹⁸ Id., p.29-30

¹⁹ AZEVEDO, F. op.cit.

favorável à renovação encontra seu impulso definitivo na reforma do ensino realizada em 1928 no Distrito Federal, a qual não foi apenas um grande movimento ideológico de renovação educacional, mas

(...) foi também uma das manifestações ou um sintoma do novo estado de coisas que se estabelecera, sob a pressão de causas econômicas, sociais e políticas e dessa fermentação de idéias que, depois da guerra de 1914, se alastrava por todos os domínios culturais.²⁰

Entretanto, os anos que vão de 1930 a 1937 mostraram uma realidade profundamente complexa caracterizada ao mesmo tempo pela necessidade de reforma e pela falta de hegemonia de um dos setores envolvidos no movimento de insurreição.

Teremos na sociedade brasileira um período de grande efervescência política e ideológica, principalmente no campo educacional. Pelo menos três grandes grupos — embora se reconheça a existência de outros²¹ — deram a tônica do embate e das reformas que foram implementadas nesse período: os escolanovistas, os católicos e os militares.

O grupo dos educadores afinados com um projeto educacional voltado para uma sociedade livre e democrática, os denominados escolanovistas, partia do pressuposto de que a reconstrução nacional passava pela idéia de reconstrução educacional, dentro da qual a escola não seria um mero componente social, mas teria um caráter eficiente, através do qual o espírito científico daria qualidade ao ensino; a psicologização do processo educacional daria ao aluno capacidades segundo suas virtudes; e a administração escolar, a racionalização ao processo educacional.

Além disso, outras temáticas incorporavam-se ao ideário desses educadores como a centralidade das ações e controle educacional pela União; a democratização do saber; a ação supletiva da União aos Estados e municípios; a utilização dos recursos públicos e a laicidade do ensino, elementos esses que se constituíram pontos nevrálgicos no debate educacional dos anos 30. Cabe, entretanto, ressaltar que o envolvimento dos educadores novos não se deu de forma igualitária nas ações educacionais desenvolvidas durante esse período. Embora o cunho das políticas educacionais estivesse circunscrito à mentalidade liberal, o igualitarismo implícito de alguns levaria à resistência e ao veto, por parte de

²⁰ Id., p.166-167

²¹ A presença também, dos marxistas, integralista, anarquistas e outros intelectuais, que embora não sejam o centro da polêmica, influem no desenvolvimento das ações educacionais que serão tomadas durante esse período.

vários setores envolvidos nas ações educacionais do Estado. Fora os casos específicos de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo: um, afastado do cargo e o outro, negligenciado por Gustavo Capanema.

Outro grupo de destaque era o de intelectuais católicos, representado, principalmente, por Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. Na verdade, sofria influências não só da doutrina social da igreja como também de outros movimentos, inclusive das idéias integralistas. A Igreja, por sua vez, também possuía uma concepção de modernização a ser implantada no país. A separação efetivada com a República, estabelecendo a cisão entre estado e mundo temporal, fez com que reformasse sua doutrina social. A criação de vários movimentos — entre eles a Ação Católica — simbolizava a sua nova forma de agir no mundo. O caráter materialista social que se fizera pensar, a partir das transformações implementadas pela indústria, fizera constituir uma leitura sociológico-filosófica do mundo capaz de nortear sua ação na sociedade. Na interpretação de Schwartzman,

Essa sociologia era vista como capaz de contribuir para a ação e doutrina da igreja, deslocando o centro de gravidade do sentimento para a razão. Ela seria antes de tudo um método científico aplicável à sociedade, à filosofia e à religião, contribuindo para que a Igreja Católica pudesse desempenhar a sua tarefa de “reespiritualizar a cultura”, acabando de uma vez por todas com a incompatibilidade entre a religião e a ciência.²²

É com esta compreensão que os intelectuais católicos influíram de forma decisiva nos destinos da Nação, agindo não só na educação, mas nos fundamentos da ação social a ser efetivada pelo governo, muito embora seu enfoque central fosse influenciar nas políticas educacionais.

Por fim, no terceiro grupo, incrustada no domínio do poder, estava a mentalidade militar forjada desde meados da década de 20, apregoando que a segurança da nação brasileira seria garantida através de uma formação educacional voltada para a segurança nacional, numa política emanada do estado permanente de guerra.

São as palavras do General Góes Monteiro que clarificam essa visão de educação:

(...) a política do exército é a preparação para a guerra, e essa preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material — no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda a natureza — e no

²² SCHWARTZMAN, S. et al., 1984, p. 56

campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da pátria, suprimindo o quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo.²³

Embora houvesse por parte dos militares toda uma movimentação interna para influenciar na educação, sua presença só foi mais contundente a partir de 1935, por conta da Intentona Comunista e do estabelecimento do Estado Novo. Na verdade, a polêmica maior que se difundiu nesses primeiros anos pós-movimento de 30 e de preparação para a constituição de 1934, deu-se principalmente entre os dois primeiros grupos.

Foi intenso o debate e a polêmica ideológica entre o grupo de educadores liberais e os intelectuais católicos durante os preparativos da constituinte, acentuando-se, principalmente, a partir da Quarta Conferência de Educação organizada pela ABE (Associação Brasileira de Educação) em 1931, com a presença do Ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos e do Presidente da República Getúlio Vargas, havendo profundas trocas de insultos e provocações entre os educadores dos dois grupos. Na verdade foi nesta Conferência que se estabeleceram definitivamente os embates e o divisor de águas entre os profissionais da educação.

Embora não fosse única a concepção dos educadores escolanovistas e/ou liberais, a polêmica em torno da laicidade e da gratuidade do ensino e a co-educação entre os sexos, acabou por unificar as tendências internas do movimento, desde os ditos elitistas como Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, aos igualitaristas como Anísio Teixeira, passando pelos socialistas como Paschoal Lemme. Segundo eles, era preciso criar uma educação voltada para as transformações que ocorriam na sociedade brasileira, superando seu estágio agrário-patriarcal, chegando a uma sociedade moderna urbano-industrial.

A escola, portanto, deveria ser pública, única, livre e democrática, capaz de vencer os males traduzidos na sociedade pela desigualdade socioeconômica e, principalmente, educacional, ou seja, era necessária uma escola renovada, voltada para as necessidades do mundo urbano-industrial, com um caráter misto, profissionalizante, técnico-científico, ao mesmo tempo aberta e livre para todas as camadas sociais.

Assim sendo, a divergência iniciada na Conferência de Educação de 1931, aprofundar-se-ia quando em 1932 esse grupo divulgou um manifesto expondo o

²³ MONTEIRO *apud* Horta, 1994:p.23



pensamento dos educadores liberais denominado *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, assinado por todos os pensadores progressistas e redigido por Fernando de Azevedo. Este manifesto expressava os princípios básicos para uma nova educação no Brasil, centrados principalmente nas concepções filosóficas de Dewey e Durkheim. Neste clima de superação urgente do modelo educacional anterior, o Manifesto expressou a necessidade de adoção de um novo sistema de ensino que se coadunasse com as emergentes mudanças econômicas traduzidas pelo processo de industrialização e modernização inicial da sociedade brasileira. Desse modo, diz o Manifesto:

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. No entanto, se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública no Brasil, se verificará que, dissociada sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país.²⁴

É permanente a crítica à educação vigente pelo seu aspecto fragmentário e desarticulado com as transformações em curso no país, ressaltando a inorganicidade sistêmica e a ausência de princípios racionalizantes de cunho filosófico, social, técnico e científico, nas reformas educacionais introduzidas anteriormente. Assim, continua o Manifesto:

A situação atual criada pela sucessão periódica de reformas parciais e freqüentemente arbitrarias, lançadas sem solidez econômica e sem visão global do problema em todos os seus aspectos, nos deixa antes a impressão desoladora de construções isoladas (...) Onde se tem de procurar a causa principal desse estado antes de inorganização do que de desorganização do aparelho escolar, é na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins da Educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspectos técnicos) dos métodos científicos aos problemas da educação.²⁵

²⁴ AZEVEDO, F. 1963, p.59

²⁵ Id., p. 60

Frente a tal realidade, o Manifesto reafirma a vigência de uma nova política para o país:

Em lugar dessas reformas parciais, que se sucederam, na sua quase totalidade, na estreiteza crônica de tentativas empíricas, o nosso programa concretiza uma nova política educacional, que nos preparará, por etapas, a grande reforma, em que palpitará, com o ritmo acelerado dos organismos novos, o músculo central da estrutura política e social da nação.²⁶

Nesse sentido, a reforma educacional a ser introduzida no Brasil para superar o caráter fragmentário e reestruturar a face política e social da Nação deveria, ainda segundo o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, dar à educação um caráter público de responsabilidade do Estado, estabelecendo a unicidade sistêmica, a gratuidade nos diversos graus de ensino, o sentido laico e uma educação centrada em princípios modernos, em uma sociedade científica de mentalidade urbano-industrial. Afirma, então, o Manifesto:

Mas, do direito de cada indivíduo à sua educação integral, decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus grau e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais. A educação que é uma das funções da família se vem despojando em proveito da sociedade política, rompeu os quadros do comunismo familiar e dos grupos específicos (instituição privada) para se incorporar definitivamente entre as funções essenciais e primordiais do Estado.²⁷

E continua essa reflexão reafirmando o caráter público da educação e a importância da unicidade sistêmica, pois

(...) cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar efetivo, por um plano geral de educação, de estrutura orgânica, que torne a escola acessível, em todos os seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade econômica para obter o máximo de desenvolvimento de acordo com as aptidões vitais.²⁸

Acrescenta-se ainda o sentido da laicidade, da gratuidade e da co-educação dos sexos como elementos essenciais ao novo espírito educativo a ser introduzido no país:

A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação são outros tantos princípios em que se assenta a escola unificada e que decorrem tanto da subordinação à finalidade biológica da educação de todos os fins particulares e parciais (de classes, grupos ou

²⁶ Id., p.63

²⁷ Id., p. 66

²⁸ Ibid.

crenças), como do reconhecimento do direito biológico que cada ser humano tem à educação. A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas. A gratuidade extensiva a todas as instituições oficiais de educação é um princípio igualitário que torna a educação, em qualquer de seus graus, acessível não a uma minoria, por um privilégio econômico, mas a todos os cidadãos que tenham vontade e estejam em condições de recebê-la. Aliás o Estado não pode tornar o ensino obrigatório, sem torná-lo gratuito.²⁹

Por outro lado, a publicação do Manifesto gerou uma grande resistência por parte de diversos setores sociais, entre eles os militares e, principalmente, entre os intelectuais católicos e membros do clero. Muitas foram as críticas e as acusações sobre os princípios divulgados no manifesto. Críticos ferrenhos do pensamento liberal da educação afirmavam que os novos princípios apregoados pelos escolanovistas de co-educação dos sexos e laicidade no ensino eram prejudiciais à formação moral da criança.

Considerava-se ainda que uma pedagogia centrada na psicologização do aluno era profundamente condenável, pois seus métodos de formação levavam à plena liberdade das crianças, sem estabelecer quaisquer limites. As críticas eram ainda mais fortalecidas ao se enfatizar que a gratuidade e o fato de se tornar público o ensino tiravam da família o direito de escolha da educação de seus filhos, posto que a liberdade de ensino seria ferida.

Além disso, foram divulgadas difamações quanto ao perfil moral e ideológico dos educadores da educação nova — dentre elas foram eles acusados de serem comunistas, pelo seu caráter igualitário e social, pró-soviético pela influência de membros socialistas na assinatura do manifesto, e de desagregadores da família pelo caráter materialista e laico de suas idéias.

Na verdade, desde a década de 20, com a criação do Instituto Dom Vital e particularmente com a criação da Liga Eleitoral Católica, a Igreja preparava-se para influenciar nas mudanças que estavam ocorrendo no mundo e principalmente, no Brasil. Era necessária para a Igreja uma ação coordenada que definisse o seu papel e garantisse sua influência na formação da vida social do país.

²⁹ Id., p. 67



Segundo Horta,³⁰ ela procurou montar uma estratégia em que a reforma dar-se-ia pelo alto, dando prioridade à formação das elites e das classes dominantes. Para isso seria necessária a criação de uma rede de estabelecimentos de ensino médio em todo país. Isto, portanto, levaria a uma profunda crítica ao estado laico que se pensava implantar no Brasil. É neste sentido a voz resistente de Dom Paschoal Lemme:

Que "maioria católica" é essa tão insensível quanto leis, governos, literaturas, escolas, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida social se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do catolicismo? (...) somos uma maioria ineficiente.³¹

Portanto, resistir às reformas, então propostas pelo movimento da Escola Nova, constituía-se ponto pacífico, tanto para a Igreja como para seus intelectuais. As vozes do Pe. Hélder Câmara e de Alceu Amoroso Lima ecoavam como porta-vozes do pensamento católico e da resistência à tentativa de dar uma formação centrada nos princípios liberais que se apregoavam em torno do clima de renovação que se instalava em todo o país.

Assim fora a reação do Pe. Câmara contra Anísio Teixeira em 1933 quando da publicação do livro "Educação Progressista", considerando-o

(...) estudos civados duma filosofia errônea e redentora, capazes de fazer um mal imenso, em nossa terra, onde a ausência de princípios seguros e norteadores, mesmo entre os intelectuais, deixa muitos deles à mercê do primeiro vento de doutrina moderna surgida entre nós.³²

Mais contundente ainda é a crítica de Alceu Amoroso Lima ao educador pernambucano, acusando-o de sua proximidade com a Aliança Libertadora ao afirmar que

(...) respondeu uma vez o Sr. Anísio Teixeira: "eu não temo qualquer espécie de experiência social". Para esse gênero de indivíduos, os homens são cobaias sobre os quais é lícito fazer toda e qualquer experiência (...) A indiferença nesses caso, em face do comunismo é equivalente.³³

Portanto, esse caráter liberalizante presente no pensamento escolanovista constituía para os católicos a essência do paganismo e do materialismo que se encontrava em voga nos discursos da modernidade presente, assim sendo, precisaria ser combatido para que se evitassem os desvios propostos para a formação moral e ética da sociedade brasileira.

³⁰ HORTA, 1994, p. 94

³¹ LEMME *apud* Horta, 1994, p. 94

³² TEIXEIRA *apud* Horta, 1994, p. 40

³³ LIMA *apud* Horta, 1994, p. 40

Assim, pela tradição e formação da personalidade dos dois ministros que assumiriam o Ministério da Educação e Saúde, a perspectiva da sociologia católica estaria presente não só nas mudanças educacionais como na própria mentalidade social a ser implantada na sociedade brasileira durante todo período da era Vargas.

Todavia, apesar do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova conter em sua essência dimensões de uma educação voltada para uma sociedade centrada no estabelecimento do estado de direito, aspectos gerais de sua concepção, quando desprovidos de seu caráter progressista, ou acabariam por servir de suporte para a realização de políticas educacionais, mesmo em uma ordem social fechada, ou adaptar-se-iam às etapas do processo de acumulação capitalista, pois a mentalidade altruísta funcional, os aspectos academicistas de sua proposta e a concepção elitista de uma formação moderna e urbano-industrial centrada na linguagem de uma elite pensante, serviriam, de sustentáculo para as reformas introduzidas pelo Estado Nacional sob a égide do discurso renovador e regenerador social. Principalmente, pelo processo de cooptação desenvolvido por Getúlio durante todo seu período de governo.

De certa forma, essas possibilidades de apropriação podiam ser observadas em diversas passagens do Manifesto, em que expressa seu caráter renovador e altruísta social como na afirmação de que

Em lugar dessas reformas parciais, que se sucederam, na sua quase totalidade, na estreiteza crônica de tentativas empíricas, o nosso programa concretiza uma nova política educacional, que nos preparará, por etapas, a grande reforma, em que palpitará, com o ritmo acelerado dos organismos novos, o músculo central da estrutura política e social da nação.³⁴

Mais adiante, dando ênfase ao aspecto academicista de sua concepção, o Manifesto expressa:

Nós assistíamos á aurora de uma verdadeira renovação educacional, quando a revolução estalou. Já tínhamos chegado, então, na companhia escolar, ao ponto decisivo e climatérico, ou se a quisesdes, á linha de divisão de águas. Mas a educação que, no final das contas, se resume logicamente numa reforma social, não pode, ao menos em grande proporção, realizar-se senão pela ação extensa e intensiva da escola sobre o indivíduo e deste sobre si mesmo, nem se produzir, do ponto de vista das influências exteriores, se não pela evolução contínua, favorecida e estimulada por todas as forças organizadas de cultura e de educação.³⁵

³⁴ AZEVEDO, F. op.cit, p. 63

³⁵ Ibid.

Em seguida, o Manifesto reafirma o sentido funcional e altruísta da educação, caracterizado pela hierarquia social e democrática, acima das classes e dos interesses dos grupos sociais:

Desprendendo-se dos interesses de classes, a que ella tem servido, a educação perde o sentido "aristológico", para usar a expressão de Ernesto Nelson, deixa de construir um privilegio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um 'caracter biológico', com que ella se organiza pela a coletividade em geral, reconhecendo a todo o individuo o direito a ser educado ate onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. A educação nova, alargando a sua finalidade para alem dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar 'a hierarquia democrática' pela 'hierarquia das capacidades' recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação.³⁶

Ainda acrescenta:

A educação nova que, certamente pragmática, se propõe ao fim de servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o principio da vinculação da escola com o meio social, tem seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação.³⁷

Destarte, a polêmica desencadeada em torno da educação expressava o momento político de reorganização dos setores sociais em torno do governo provisório. Embora a fatia no poder que representava o pensamento urbano industrial não constituísse uma hegemonia real, cabia a ela, incrustada no governo representado por Getúlio Vargas, ser o elemento catalisador dos anseios e desejos dos diversos setores envolvidos no processo de mudança social que se estabelecia a partir de 1930.

De certo modo, dadas as necessidades por mudanças, o Estado passa a desempenhar este papel, apesar de no campo educacional assumir mais o caráter liberal como forma de absorver partes das demandas sociais. A escolha de Francisco Campos para o Ministério da Educação e Saúde Pública veio dar essa tônica ao governo, mesmo porque, quando Secretário de Educação no Estado de Minas Gerais, implementara reformas em direção ao movimento renovador.

³⁶ AZEVEDO, F. 1963, p. 64

³⁷ Ibid.

Esse aspecto catalisador assumido pelo governo teve em Francisco Campos um grande representante, pois o mesmo teve livre acesso em todos os setores sociais, fossem os militares, os liberais ou os católicos. Em certo sentido, acabaria trazendo para si a responsabilidade da reforma educacional. Na verdade, o ministro da educação escolhido representou o caráter dispar das forças que envolviam a Aliança Liberal que dava sustentação ao governo provisório. Representante da oligarquia mineira, a sua concepção social não se escrevia necessariamente na perspectiva liberal, muito embora sua ação na Secretaria de Educação de Minas gerais apontasse para tal realidade.

Os primeiros anos de governo pós-movimento constituíram-se num momento bastante complexo. A mentalidade corrente era a de construção de um governo forte, mesmo entre os intelectuais, para os quais a possibilidade de superar as influências regionais seria na centralização objetiva do poder na mão da União. Além disso foi um momento de intensa mobilização ideológica, tanto por parte de marxistas impulsionados pela revolução russa, quanto por parte de liberais e fascistas.

Cabe, contudo, acrescentar que o fascismo exerceu profunda influência nas perspectivas sociais da intelectualidade brasileira. Mesmo porque até então ele ainda não cometera as atrocidades da Segunda Guerra, e seus princípios acabariam se coadunando às necessidades nacionais: governo forte, nacionalismo, e uma raça pura e superior.

Foi neste ambiente que Francisco Campos assumiu o ministério da Educação e Saúde, sua concepção social extrapolava o âmbito do pensamento liberal, pois para ele subentendia um momento diferente que requeria ações que fossem capazes de reestruturar a nação brasileira. Segundo Schwartzman,

O pressuposto fundamental que orienta a análise de Francisco Campos o de que vivemos em um Estado de massa e, conseqüentemente, os mecanismos de integração política utilizados pelo liberalismo, a que ele denomina integração política intelectual (via parlamento), não se adaptaram mais a essa nova configuração. O mundo moderno é um mundo onde o que predomina é a cultura de massa, que acaba gerando a mentalidade de massa, uma nova forma de integração que se origina nos mecanismos de contágio via ampliação e difusão dos meios de comunicação.³⁸

E, acrescenta o autor, citando o próprio Francisco Campos,

O irracional é o instrumento da integração política total, e o mito que é a sua expressão mais adequada, a técnica intelectual

³⁸ SCHWARTZMAN, S. et al., op.cit., p.63

de utilização do inconsciente coletivo para o controle político da nação. O domínio da irracionalidade pressupõe, conseqüentemente, o da inteligibilidade, condição essencial da unificação das massas em torno de um mito que se corporifica na figura do "chefe". Ou seja, reserva-se com exclusividade o reino da racionalidade para aquele que comandará a ação política, sendo essa absolutamente bem sucedida se garantida pela aceitação das massas...³⁹

Além do sentido centralizador, outro aspecto importante na mentalidade social de Francisco Campos residia no papel instrumental que teria a sociologia católica. Para ele, a Igreja deveria oferecer o sentido moral e espiritual da nova ordem estabelecida, fornecendo o elemento ideológico inspirador que criaria unidade política em toda nação.

Portanto, é este o espírito norteador do pensamento de Francisco Campos, que circunscrevia a viabilidade política próxima ao pensamento fascista e à moral católica. Muito embora em sua reforma fossem incorporados princípios liberais escolanovistas, estes estariam envolvidos na mentalidade elitista e centralizadora do Estado.

Sua ação frente ao Ministério da Educação e Saúde Pública seria a demonstração da complexidade ideológica do momento e da concepção que fundava sua perspectiva social. Demonstrava a dimensão centralizadora presente no governo provisório e a mentalidade elitista que assumiria o pensamento liberal nas legislação educacional elaborada neste momento.

A reforma estabeleceu uma série de decretos e diretrizes que reformulavam o ensino nacional, criaram o Conselho Nacional de Educação e davam ênfase ao ensino secundário e superior. Este aspecto acabaria por consolidar o caráter dualista e conservador da reforma. A prerrogativa residia na formação das elites e na estruturação sistêmica voltada para a indústria. Estabelecia-se com isso a necessidade premente de leis e decretos que regessem o ensino médio secundário, bem como o profissionalizante.

Nesse sentido, seria necessário superar o caráter meramente preparatório que exercia o ensino secundário, superando a sua superficialidade e mecanização dos conteúdos, bem como aumentando o grau de exigência de formação através de seu aspecto avaliativo. Quanto ao ensino superior, este acabaria por desenvolver um aspecto academicista no aprofundamento da cultura geral, em detrimento da formação científica e

³⁹ Ibid.

tecnológica, vinculando-se, portanto, a prioridade do ensino nacional na tarefa de formação intelectual e moral da sociedade.

Contudo, a reestruturação do sistema nacional iniciar-se-ia mesmo com a influência dos aspectos conservadores do pensamento social, que lhe dariam uma centralidade orgânica a partir do Estado. Para isso, criou-se o Conselho Nacional de Educação, estabeleceu-se o regime universitário, regulou-se o ensino médio — consolidando o ensino secundário — e estabelecendo-se a organização do ensino comercial.

No ensino primário, muito embora permanecesse sob a égide dos estados, sem maior influência da União, buscava-se estabelecer uma política educacional, que na concepção de Fernando de Azevedo simbolizava um avanço considerável impulsionado pelas propostas efetivas elaboradas pelo educadores da escola nova. Sobre este aspecto expressava-se o autor,

As próprias tendências de organização racional, sobre base de inquéritos e dados estatísticos, e de seleção por meio de medidas objetivas, (art.150,letra e), - uma das mais claras aspirações da campanha de renovação educacional, - foram consagradas em disposição da Constituição de 1934, que se manteve, em quase todos os seus artigos, na órbita de influência dos iniciadores do movimento de reformas da educação brasileira.⁴⁰

Mais adiante, continua o autor,

(...) estabeleceu ainda a Carta Constitucional os fins democráticos da política escolar do país, reconhecendo na educação “um direito de todos” (art.149), instituindo a liberdade do ensino em todos os graus e ramos (art.150,parágrafo único, alínea e), a liberdade de cátedra, a gratuidade e obrigatoriedade que deviam estender-se progressivamente do ensino primário integral ao ensino educativo ulterior, a fim de o tornar mais acessível(art.150,parágrafo único, a e b) e criando os fundos especiais de educação, parte dos quais(art.157) se aplicaria a alunos necessitados, mediante assistência sob diversas formas e bolsas de estudo.⁴¹

No embate da elaboração da Constituição de 1934, o Estado assumiria definitivamente esse aspecto catalisador entre os setores sociais, dando ao capítulo da educação um caráter liberal, embora com garantias das conquistas aos católicos e demais setores sociais. A Constituição fixava normas para tocar o Plano Nacional de Educação,

⁴⁰ AZEVEDO, F. 1958, p. 192

⁴¹ Ibid.

compreendendo graus e ramos em todo o território nacional, estabelecendo concurso público para todos os cargos do Ministério e fixando dotação orçamentária com os respectivos percentuais para a União, Estados e Municípios. Em contrapartida, estabelecia o ensino religioso obrigatório em todas as escolas, aprovado sob a influência dos católicos, do mesmo modo que eram barrados os projetos de neutralidade e laicidade do ensino, bem como eram reconhecidos os direitos da família na influência da formação e o reconhecimento da rede de ensino particular.

Assim sendo, tanto na economia, na política, quanto na educação, o Estado trouxe para si o direito de ser o interventor e implementador das mudanças exigidas pela sociedade. Contudo, as resoluções seriam a instrumentalização dos conflitos e das mentalidades correntes na sociedade. O espírito nacionalista e elitista dos intelectuais, a moral religiosa, a centralidade do Estado, bem como a reorganização moderna e regeneradora da educação em princípios católicos e escolanovistas, encontravam-se contempladas nas regras e normas que foram definidas durante o período que foi de 1930 a 1937.

1.4 Estado Novo: o fechamento da ordem democrática e uma perspectiva elitista de educação.

O Estado Novo vai significar não só a complexa realidade do movimento de 30 e seus componentes sociais, como um certo reflexo da instabilidade econômica, política e ideológica da sociedade mundial. Demonstrar-se-ão, principalmente, as influências tanto das concepções fascistas e socialistas que se debatiam nas primeiras décadas de nosso século, como também das concepções de fortalecimento do papel do Estado como interventor e realizador das demandas e dos anseios sociais.

No Brasil, esta realidade torna-se latente com a fragilidade dos setores sociais na busca pela hegemonia do poder. O período de 1930 a 1937 é marcado no campo político pela instabilidade, por levantes sucessivos que vão desde as influências radicais dos setores oligárquicos afastados do poder aos movimentos de influências sociais populares, como o movimento da Intentona Comunista.



Na verdade, já havia desde o início do movimento de 30, por parte de vários segmentos, um certo anseio em dar ao Estado Nacional um caráter centralizador e monolítico, capaz de estabelecer a ordem e a manutenção moral e política da sociedade brasileira. Com isso, as elites próximas ao poder sob o comando de Getúlio Vargas conduziram ao processo de fechamento da ordem democrática estabelecida com a Constituição Nacional de 1934.

Os anos anteriores marcaram-se, na esfera da economia e da política, pela influência das oligarquias regionais que determinavam não somente diretrizes governamentais como também os rumos das eleições e escolhas dos representantes políticos, definindo assim um caráter fraudulento e autoritário na Primeira República. Esse ambiente levaria os diversos segmentos sociais à busca de um novo processo, que restabelecesse a credibilidade política e reestruturasse os mecanismos institucionais. A perspectiva, então, na mentalidade dos setores influentes — principalmente dos militares — era de superar a oligarquia dotando o país de um regime forte que fosse capaz de colocá-lo nos trilhos renovadores das nações mundiais.

O movimento tenentista, com base na Aliança Liberal, buscara implantar essa nova ordem, contudo a permanência das influências oligárquicas e as ações autoritárias dos interventores conduziram a resistências sucessivas, que acabariam levando ao retorno constitucional.

Nos anos que antecederam o golpe de estado, havia um clima premente de profunda incerteza dos rumos pelos quais se direcionaria o governo. Permaneciam os contrastes e as divergências internas nas forças componente de sustentação ao governo; a falta objetiva da existência de partidos políticos nacionais fortalecia tanto os poderes regionais como também ampliava as críticas ao caráter centralizador dado pelo movimento de 30 de outubro 1930. Na mesma direção ampliavam-se as resistências, principalmente no Congresso Nacional, onde a oposição, representada pelos políticos das antigas oligarquias, continuava a exigir o retorno dos poderes estaduais e dos municípios perdidos com o governo provisório.

O ápice desta resistência veio a ser o levante constitucionalista de São Paulo em 1932, em que, quase um mês de resistência ao governo provisório levaria à constituição de uma Assembléia Nacional Constituinte.



Os acontecimentos seguintes teriam a presença efetiva da figura enigmática de Getúlio Vargas na realidade socioeconômica e política do país. A presença mediadora do presidente na sua base política como figura de ações estratégicas, o crescimento efetivo do processo de industrialização sob o comando do governo, o reequilíbrio das contas públicas e adoção de leis trabalhistas favoreciam a imagem do presidente. Juntava-se a esta realidade o apoio essencial das Forças Armadas, principalmente dos escalões do Exército que teriam participado do movimento de trinta — e que ainda não tinham realizado o sonho de dar ao país um projeto político com uma mentalidade centralizada na estrutura do Estado.

Além disso, a tentativa frustrada de 1935, por parte dos comunistas, de criar no Brasil um Estado socialista deram as condições objetivas para o endurecimento da ordem jurídica e política do Estado Nacional.

Portanto, em nome da ordem, da moral e da segurança nacional é dado o golpe de Estado denominado “Estado Novo”, pois, para Getúlio Vargas e seus auxiliares, somente um governo forte daria continuidade à higiene social, política e econômica do país. Assim segundo Levine,

A mudança veio sem fanfarra e sem visíveis protestos, como se fora de há muito se esperada. Na noite do dia 10 Vargas falou à Nação pelo rádio do seu escritório do Palácio da Guanabara. Explicou que o golpe fora executado a fim de salvar a Nação de candidatos presidenciais demagógicos e oportunistas, que desejavam apenas legitimar suas “ambições pessoais caudilhistas”; e pediu firme autoridade para poder fazer face às necessidades econômicas do país e pôr fim ao divisionismo político.⁴²

Ainda referindo-se à necessidade de fechamento da ordem jurídica e política, expressava-se o então ministro da Justiça Francisco Campos, segundo o qual a nação era um estado de ninguém e

com a sua unidade ameaçada, sem ordem interna e sem segurança externa, ao Brasil faltavam os instrumentos adequados a sua própria restauração, e a tais circunstâncias acrescia ainda o fato de que se haviam artificialmente estabelecido artificialmente lutas e antagonismos políticos e sociais, a que não correspondia nenhum sentimento substancial e para os quais o país não se encontrava preparado.⁴³

⁴² LEVINE, 1980, p. 229

⁴³ CAMPOS, Francisco *apud* Ianni, 1986, p. 32

Portanto, era neste clima que se justificava a intervenção do Estado na ordem jurídica e política: a possibilidade de, a partir de uma estrutura político-social forte, implementarem-se as mudanças essenciais que superassem os interesses das grandes oligarquias estaduais.

Entretanto, o que se demonstra efetivamente é a continuidade da instauração moderna, sob a égide do Estado e de uma modernização pelo alto, porém agora com uma ordem ditatorial que combina um caminhar em direção à militarização social, com elementos liberais populistas, e de conquista dos setores trabalhistas e sociais através de uma nova legislação estabelecida.

No campo da economia, continua o modelo de substituição da importação, favorecido pela condição de guerra e dos conflitos entre as principais nações facilitando acordos e empréstimos favoráveis. Segundo Octavio Ianni, esta ação era justificada na própria concepção getulista de desenvolvimento:

Não podemos conformar (...) com sermos apenas um país exportador de matérias-primas, porquanto essa condição é própria de países semicoloniais. Temos que tratar das nossas indústrias de transformação, da exportação de produtos manufaturados e da sua colocação nos mercados externos, de maneira a adaptar o nosso comércio às suas exigências, às suas peculiaridades e aos rumos seguidos pela sua economia. Não nos devemos vincular a doutrina uniforme, mas nos adaptarmos às condições e às necessidades de cada país no plano das relações comerciais.⁴⁴

Quando retornamos a reflexão para a educação, este seria um dos campos que mais expressariam a complexidade da mentalidade que envolvia o processo de modernização capitalista conservadora que acontecera no Brasil a partir da década de 30. Complexidade esta que se expressava no cunho elitista e tradicional da intelectualidade brasileira e na inquestionável urgência de reorganização institucional da educação, com o intuito de dar uma formação do caráter moral e nacionalista para o país. Esta era uma realidade que se estruturava em um contexto autoritário, que combinava elementos de uma concepção liberal escolanovista conjuntamente com elementos fascistas e católicos, porém centrado numa mentalidade de cunho nacionalista sob a influência da concepção militar de segurança nacional.

Cabe, contudo, compreender que as ações não são executadas por sujeitos abstratos, mas estão personificadas nos grupos, nas elites e nas pessoas que fundamentam e

⁴⁴ VARGAS, Getúlio *apud* Ianni, op. cit., p. 38-39

desenvolvem planos, diretrizes e metas a serem aplicadas nas esferas das atividades públicas. Nesse sentido, a política educacional a ser desenvolvida pelo Estado Novo estava imbricada dos componentes ideológicos que sustentavam a visão social dos grupos e das elites intelectuais influentes na elaboração de uma nova racionalidade social.

Havia, portanto, desde as últimas décadas, o sentimento de encontrar as raízes que sustentavam o espírito de nação. A miscigenação, ocasionada pelo processo de colonização leva os intelectuais de todos os matizes a buscarem elementos que elevassem o espírito de raça e identificassem a cultura nacional. Os trabalhos de Gilberto Freire, Alberto Torres, Oliveira Viana e outros⁴⁵ expressavam essa premente busca da cultura e da raça brasileira.

Na mesma direção incorporava-se ao discurso ideológico, não apenas na elite intelectual mas nos diversos setores sociais, a dinâmica do espírito de Nação expressa no caráter do nacionalismo como elemento de identidade nacional. Na verdade, o conteúdo de raça e nacionalidade perpassavam o discurso da formação como componente essencial da nova educação a ser ministrada no país. Essa identificação torna-se importante por que estaria presente nas mentalidades e ações dos grupos e na formação dos reformadores responsáveis pela realização das políticas educacionais. Segundo Schwartzman,

(...) o modelo de nacionalismo brasileiro - ao contrário do liberal, que entendia a nação como uma coleção de indivíduo - buscava transformar a nação em um todo orgânico, uma entidade moral, política e econômica cujos fins se realizariam no Estado. O reforço do sentimento de nacionalidade parecia conferir à nação uma supremacia sobre o Estado, que se transformaria no mais forte instrumento de realização do ideário de nacionalidade. Nação e Estado construiriam a um só tempo a nacionalidade.⁴⁶

Os primeiros anos de regime ditatorial assumiriam essa perspectiva, porém com uma forte orientação de caráter militar totalizante na qual a educação assumiria o sentido estratégico de segurança nacional com o claro objetivo de refrear as tendências liberalizantes presentes na sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, estabelecer uma ordem com segurança e uma moral profundamente militarizada na sociedade civil.

Desde os conflitos iniciados nos anos 20, a mentalidade dos setores militares que buscavam intervir na ordem jurídico-política pressupunha uma atuação que extrapolava a

⁴⁵ Verificar estudos devolvidos por autores que estudaram essa problemática, como: Antônio Cândido, *A Educação pela Noite*. São Paulo, Ática. 1989, e Daniel PÉCAUT, *D. Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a Nação*. Rio de Janeiro, Ática. 1990.

⁴⁶ SCHWARTZMAN, S. et al., op.cit., p. 167

simples quebra da ordem oligárquica. Pretendia-se dar ao Brasil um conteúdo civil, porém com a racionalidade e o sentimento militar. Mais que isto, a formação de uma raça forte, com um contundente sentimento cívico e nacionalista. Essa tônica era assumida não só por membros militares como por representantes civis pois trazia um forte apelo de resistência ao conteúdo de cunho liberal democrático. Para eles a ordem estruturada nas democracias representativas levava aos desvios constantes do sentido de ordem pública, em que o Estado passou a existir muito mais em função dos interesses particulares do que os da nação.

Nesse sentido, somente uma ordem forte e de caráter autoritário seria capaz de recuperar o efetivo sentimento do público e o espírito democrático perdidos com os anos anteriores de república. Assim então se expressava Isaías Alves, membro do Conselho Nacional de Educação e futuro Secretário de Educação da Bahia, parafraseado por Horta,

(...) a democracia do século XIX havia sido destruída pelos seus próprios símbolos: o parlamento, o congresso, as cortes de justiça, a imprensa. Por esta razão a democracia somente poderia salvar-se sob um governo forte o qual mesmo não sendo totalitário, deveria adaptar-se ao espírito dos regimes totalitários.⁴⁷

Para Horta, isto significava “*Concretamente a possibilidade de limitar a liberdade de expressão, fazer expurgo nas livrarias e bibliotecas, fechar escolas, suprimir a liberdade de cátedras e controlar o parlamento*”.⁴⁸ Portanto, apontavam-se assim os caminhos e a direção que os militares pretendiam seguir após o fechamento da ordem institucional com o golpe de 1937.

Esta tendência mostra-se clara quando em 1938 foi negada a realização da VIII Conferência Mundial de Educação a ser realizada no Rio de Janeiro, sendo justificada não só pelo aspecto da segurança nacional como também pelo sentimento contrário às tendências de solidariedade mundial e seus princípios liberais. Além disso, o principal motivo residia na necessidade de dar à sociedade brasileira um espírito cívico militar. Essa era a justificativa do então Ministro de Guerra, General Eurico Gaspar Dutra: “(…) *professores, educadores e publicistas, desconhecendo a invulnerabilidade moral das classes armadas e empolgadas pelas mistificações pacifistas, não cessam de solapar, como que à custa de prestidigitações, as instituições fundamentais da Nação*”.⁴⁹

⁴⁷ HORTA, op.cit., p. 26

⁴⁸ Id., p. 27

⁴⁹ DUTRA, Eurico G. *apud* Horta, op.cit., p. 47

E ainda acrescenta o sentido do novo regime, ou seja,

(...) o que se impõe para a consolidação do regime é uma transformação radical que incida sobre as causas determinantes da crise pedagógica atual, por que passa o país. O Brasil chegou a uma fase no seu desenvolvimento histórico em que a política e técnicas educativas devem estar em perfeita sintonia com a política e a técnica militares.⁵⁰

Além do conteúdo de influência militar que teve a educação nos anos de Estado Novo, a Igreja também seria uma outra instituição que através de seus intelectuais exerceria forte influência tanto social como educacional. Se na perspectiva social de Francisco Campos, a sociologia católica serviria como instrumento organizador da moral e do espírito nacional, com Gustavo Capanema ela teria o status orgânico da moral e do espírito de nacionalidade que se buscava formar no país. Ela constituía-se numa base estruturante por possuir no seu conteúdo doutrinário o escopo da moralidade racional a que o regime precisaria para dar unicidade sistêmica à nação. Estes aspectos da influência católica encontram-se na reflexão desenvolvida por Schwartzman, tanto na perspectiva no projeto de Francisco Campos, quanto na indicação do novo ministro ao Ministério de Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema. Assim refere-se o autor,

Mas se Campos tinha em mente um projeto político ambicioso, do qual a Igreja seria uma peça, Capanema, ao contrário, se valeria do apoio da Igreja para chegar ao ministério, e a ele se limitaria, tratando de dar cumprimento ao mandato que havia recebido. (...) Capanema teria em Alceu Amoroso Lima seu principal conselheiro, que indicaria nomes, vetaria outros, proporia leis e trataria de dar conteúdo às principais iniciativas do ministro.⁵¹

Assim, durante todo o período da década de 30 ao desenvolvimento do Estado Novo, a Igreja continuaria influenciando nas políticas governamentais, principalmente na educação, área considerada pelo clero e seus intelectuais como local estratégico da intervenção moralizadora e social de sua atuação política na nova ordem estabelecida. Em contrapartida, no sentido estruturante do arcabouço formador do universo educacional estadonovista, encontrava-se o pensamento liberal da Escola Nova. Mesmo que não fosse um movimento que se constituísse por um projeto definido, organizava-se através de grandes temáticas, ou seja, centralidade orgânica das estruturas de ensino, laicidade, co-educação dos sexos e, principalmente, ênfase na reflexão sobre a escola pública, universal e

⁵⁰ Id., p. 48

⁵¹ SCHWARTZMAN, S. et al., op.cit., p. 48-49

gratuita. Tudo isto no sentido da formação de uma sociedade autônoma e livre, capaz de formar um cidadão consciente que se incorporasse à funcionalidade orgânica do espírito altruísta de uma sociedade democrática e participativa.

Entretanto, a relação do regime com os educadores era complexa. Isto poderia ser explicado tanto pelo caráter de autonomia que se estabelecia entre os intelectuais e as relações de poder próprias desse momento como também pelo aspecto academicista do pensamento liberal dos educadores que favorecia a formação das elites, como a construção orgânica de estruturas educacionais de cunho moderno-industrial.

Este ambiente, portanto, que Fernando de Azevedo⁵² chamou de uma política de compromisso e equilíbrio, teve na reforma de Gustavo Capanema o ápice da conciliação de forças que se debatiam no processo de modernização conservadora que se estabelecera no país desde 1930. De certa forma, todos os setores seriam contemplados em suas perspectivas ideológicas, desde os militares e a Igreja até, de certo modo, os intelectuais e os educadores escolanovistas.

Na verdade, a reforma educacional de 1937 não diferia em essência dos pressupostos colocados na Constituição Federal de 1934. A perspectiva do nacionalismo e a centralidade orgânica do sistema de ensino faziam-se presentes com as políticas de estruturação de currículo e na intervenção da União nas políticas educacionais regionais. A regulamentação do ensino secundário assumia a própria concepção elitista de formação voltando-se para a formação das individualidades construtoras sociais e de uma elite preparada para assumir a condição moral e as atitudes cívicas que toda a nação deveria ter. O currículo demonstrava um caráter exigente e enciclopédico, da mesma forma a lei estabelecia indicações para a não existência da co-educação dos sexos e estabelecia a instituição da educação militar aos meninos, cujas diretrizes seriam estabelecidas pelo Ministério da Guerra.

A reforma secundária de Gustavo Capanema reafirmava assim os princípios e a mentalidade presentes na reforma Francisco Campos, reassumindo o sentido elitista e dualista do sistema educacional. Se a idéia era a formação de uma elite pensante, agora acrescentar-se-ia o princípio do nacionalismo presente em todos os matizes de pensamento. De certa forma, o ensino secundário fora um grande instrumento de combate às realidades

⁵² AZEVEDO, F. 1958.



regionais, principalmente, com relação ao Sul do país, em que existia forte influência alemã e de outras nacionalidades.

Da mesma maneira, o governo assumiu seu aspecto influente da urbanização industrial estabelecendo as leis do ensino profissionalizante o que, de certo modo, era coerente com os fundamentos do pensamento liberal escolanovista, no qual se incorporava a mentalidade de educação global e altruísta necessária para a formação da solidariedade orgânica da sociedade brasileira. Assim, a perspectiva proposta buscava não apenas a formação técnico-profissional como simples componente necessário para o aprimoramento das habilidades industriais, mas também a introdução do conteúdo de formação humana para a cidadania como elemento da cultura social do trabalhador sendo ela, portanto, capaz de inseri-lo no espírito cultural da nova civilização urbana e industrial.

Porém, o longo período que definia a formação industrial dificultava a participação efetiva de quem necessitava de tal formação, levando-se ao declínio de tal projeto educacional. Contudo, as pressões dos organismos representativos de trabalhadores e industriais levariam o governo a assumir uma outra política de formação profissional, agora muito mais sob a influência do ministério do trabalho do que das políticas educacionais sob a direção do ministro da educação, agora vinculada às parcerias com as indústrias na perspectiva de formação mais rápida e treinamentos imediatos. Dá-se ênfase, portanto, às instituições reconhecidas pela mesma legislação, que seriam o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), organizações que acabariam respondendo efetivamente pela formação da demanda do mercado de trabalho. Portanto, se o ensino profissional era uma demanda e um projeto efetivo de modernização social ele acabara por se relegado a segundo plano, fato que, segundo Xavier,⁵³ demonstrava o caráter presente da dualidade sistêmica do ensino secundário e a forte influência idealística do movimento da escola nova que se perdera na racionalidade sistêmica e ideológica do regime.

No ensino universitário permaneceu a mentalidade constitucional anterior, pressupondo a formação da elite pensante do país como instituição de excelência à qual caberia organizar toda a mentalidade e forjar o espírito acadêmico nacional desde os níveis elementares ao ápice do conhecimento no ensino superior. Nos dizeres de Gustavo

⁵³ XAVIER, M. op.cit., p.14



Capanema, não era uma simples elite de escritores e artistas, mas forjadores da nova nacionalidade e identidade da nação. Assim expressava-se o ministro:

A elite que precisamos formar, ao invés de se constituir por essas expressões isoladas da cultura brasileira, índices fragmentários da nossa precária civilização, será o corpo técnico, o bloco formado de especialistas em todos os ramos da atividade humana, com a capacidade bastante para assumir, em massa, cada um no setor, a direção da vida do Brasil: nos campos, nas escolas, nos laboratórios, nos gabinetes de física e química, nos museus, nas fábricas, nas oficinas, nos estaleiros, no comércio, na indústria, nas universidades, nos múltiplos aspectos da atividade individual, nas letras e nas artes, como nos postos de governo. Elite ativa, eficiente, capaz de organizar, mobilizar, movimentar e comandar a nação.⁵⁴

Na verdade, a reforma do ensino superior demonstrava o caráter específico do projeto educacional e político que era vislumbrado pelo Estado Novo e, como o pensamento liberal seria apropriado no processo de modernização tardia, com um conteúdo eminentemente elitista. A perspectiva, então, seria da grande obra de formação de conteúdo ético e mobilizador, traduzindo-se na criação da elite pensante que, recrutada nos crivos avaliativos do ensino secundário, permitiria o ingresso e a escolha dos melhores.

A idéia, portanto, revelava-se no próprio discurso do de Gustavo Capanema, na necessidade urgente do aperfeiçoamento dos cursos no ensino secundário, com a premente seleção dos valores, a democratização do ensino e o intuito do livre acesso àqueles mais capazes, fossem eles ricos ou pobres. Isto demonstra, de acordo com Schwartzman, o pensamento da criação do centro de excelência, da universidade como uma instituição total e unânime, ou seja, formadora da cultura nacional. Nesse sentido, *“ficava, desta forma estabelecida a premissa básica para o controle total do sistema de educação superior a partir da Universidade do Brasil, que deveria exercê-lo com o máximo de eficiência e qualidade”*.⁵⁵

E o autor reafirma o sentido elitista e selecionador do ensino universitário:

O segundo princípio, implícito no anterior, seria o de que a Universidade do Brasil deveria ser uma instituição nacional, com estudantes recrutados em todo o país por critério de seleção...seria a universidade para elite. Ela se assentaria, desde o início, em uma Cidade Universitária construída em moldes grandiosos, que fosse, ao mesmo tempo, o núcleo da cultura brasileira...⁵⁶

⁵⁴ CAPANEMA, G. *apud* SCHWARTZMAN, S. et al., op.cit., p. 206

⁵⁵ SCHWARTZMAN, S. et al., op.cit., p. 208

⁵⁶ Id., p. 209

Quanto à lei orgânica que regulamentava o ensino primário, esta teve a clara influência liberalizante: buscava dar a essa modalidade de ensino um desenvolvimento sistemático e graduado de acordo com os interesses da infância. Dizia que a forma de ensinar deveria levar em consideração uma didática que tivesse como centro atividades voltadas aos alunos; deveria vincular o ensino ao próprio ambiente do discípulo, do mesmo modo que deveria desenvolver o espírito de cooperação e solidariedade social e ainda buscar revelar as aptidões e tendências individuais dos alunos.

Por outro lado, a reforma de 1937 do ensino primário retroagia quanto à questão da dotação orçamentaria das esferas públicas. Aquilo que fora estabelecido na Constituição de 1934 — 10% aos municípios e à União e aos Estados, nunca menos de 20% — desaparecia. Embora reconhecesse a gratuidade do ensino primário, quase que desobrigava o Estado de sua responsabilidade com a expansão e a democratização do ensino, dando ênfase não só à família, mas passando também a responsabilidade à solidariedade dos mais ricos com a educação dos mais pobres. Isto talvez pudesse ser explicado pelo fato de que fora durante o Estado Novo que se regulamentara o Fundo Nacional de Ensino Primário.

Porém esta reforma incorporava-se à mentalidade do pensamento autoritário e conservador do período. O objetivo circunscrevia-se ao discurso do espírito regenerador e moral da formação do nacionalismo e do fortalecimento da identidade de raça e nação, próprio da influência da concepção fascista e da concepção assumida pelo pensamento liberal do momento. Perfazia-se, portanto, o cunho cívico e dualista dos outros graus de ensino, além do que, no sentido do espírito da época, o ensino das massas não era a principal finalidade, faltando inclusive uma maior preocupação com a qualificação de quem exerceria tal atividade. É neste sentido, a crítica efetivada por Xavier,

A Lei Orgânica do Ensino Primário, assim como as relativas ao ensino secundário e ao ensino superior, dispunham com rigor, que não se cuidou efetivamente de garantir nesse nível de ensino, sobre a qualificação do corpo docente. A organização do ensino normal, concomitante à do ensino primário, marcou-se pelas mesmas distorções verificadas na organização do nível médio técnico-profissional. Ou seja, pela particularização dentro do sistema, pela longa duração, pelo predomínio da formação geral sobre a técnica, pela falta de flexibilidade e pela seletividade.⁵⁷

⁵⁷ XAVIER, M. *op.cit.*, p. 119

Contudo, ainda que se estabeleçam profundas críticas a esse momento, ele teve elementos de incorporação modernizantes e liberais na estrutura do Estado e por conseguinte na educação. Mesmo que o cunho seja o olhar do nacionalismo e de uma modernização conservadora, criaram-se organismos e elementos centralizadores que passaram a definir as políticas do Estado. Na educação, a criação do INEP favoreceu a visualização e a ação do Estado no sentido de unificar as políticas educacionais e de superar os regionalismos anteriores com o intuito de uma política global a partir da União. Neste sentido, expressava-se Fernando de Azevedo legitimando a ação do governo estadonovista,

Foi exatamente o que teve em vista a lei 378, de janeiro de 1937, que, sob inspiração do Ministro Gustavo Capanema, deu nova organização, mais completa e mais larga, ao ministério de educação, abrindo-lhe possibilidades, para uma ação fecunda e orientada no sentido de estudar e pesquisar os problemas técnicos postos pelo crescente das instituições pedagógicas, de coordenar as atividades dispersas, e às vezes contraditórias, e suscitar, precisar e enriquecer as iniciativas culturais em todos os domínios.⁵⁸

E acrescenta:

Há a destacar três pontos essenciais: o de uma tendência de racionalização da administração; o de maior projeção nacional dos serviços do ministério; o de mais larga compreensão das funções da educação escolar e extra-escolar. Classificavam-se os vários órgãos e serviços em categorias distintas; dividia-se o país em regiões de administração da educação; definia-se a ação suplementar da União em matéria de ensino e de educação e estabelecia-se um instituto destinado a pesquisas pedagógicas; criavam-se por fim serviços para o estímulo e desenvolvimento de instituições de educação que não simplesmente as escolas...⁵⁹

Assim, a educação no Estado Novo foi essa mistura de elementos que combinam mentalidades fascistas, católicas e autoritárias, utilizando-se de fundamentos liberais para estruturas modernizantes e burocráticas. O pressuposto é a regeneração social capaz de dar ao país um novo cunho civilizatório, porém assentado em bases conservadoras que se coadunam ao processo tardio da modernização capitalista.

Torna-se, então, clara a direção e a concepção assumida no Estado Novo: de um lado, uma ordem econômica voltada para a modernização e implantação de um novo modelo de gestão econômico-administrativa, estabelecendo as bases para a estruturação interna do processo de industrialização; de outro, uma ordem político-social fechada, autoritária, sob a égide de uma orientação militar.

⁵⁸ AZEVEDO, F. 1958, p. 210

⁵⁹ Id., p. 210-211

Não obstante, o momento era conturbado não só pela força do movimento mundial que se debatia na segunda guerra mundial como também pelas próprias pressões internas dos diversos segmentos sociais que, apesar de serem frágeis no sentido hegemônico, apresentavam exigências que exarticulavam a estrutura de poder. Assim, a elite incrustada no poder, sob a liderança de Getúlio Vargas, fazia coexistirem elementos ditatoriais elitistas com medidas voltadas a cooptar os setores populares. É neste período que se estabelece a legislação trabalhista e sindical com a criação das Leis de Consolidação do Trabalho (CLT) e do salário mínimo.

Da mesma forma, os anos finais do regime já marcavam o retorno às exigências de redemocratização do país, tanto pela pressão interna, inclusive de setores antes favoráveis ao golpe — como a Igreja — quanto por pressões externas dos países aliados vencedores na segunda guerra mundial.

No campo educacional, retomam-se as polêmicas iniciadas na década de 30, quais sejam a necessidade da universalização do ensino e de novas leis orgânicas para a educação, agora acompanhada de um novo componente que se estabeleceria no embate entre o ensino público gratuito e o ensino privado — a destinação das verbas públicas — componente este que demonstrava inquestionavelmente que se estava apresentando, assim, uma nova roupagem para um velho problema: a democratização da educação.

1.5 Conclusão

Objetivamente, os anos que vão da década de 1930 a 1945 marcaram uma nova fase nas relações políticas, econômicas e socioculturais do Brasil. A década anterior caracterizara-se por uma série de acontecimentos que, embora ocorressem em âmbito regional, eram o prenúncio da necessidade de novas relações a serem estabelecidas entre o Estado e a sociedade. O pacto oligárquico, por sua vez, dava sinais efetivos de degeneração social.

A crise do café, acompanhada de outros fatores internos e externos da economia, bem como o processo inicial de industrialização e urbanização crescente, serviram de impulso para a emergência de uma série de manifestações que evoluíram para o estabelecimento de intensa participação de setores importantes da sociedade.



O levante da armada do Forte de Copacabana, assim como a Semana de Arte Moderna, criaram no país, em todos os níveis sociais, a consciência premente da necessidade de um processo de renovação, que resgatasse os valores perdidos com o domínio oligárquico anterior. Esse espírito contagiara os diversos segmentos sociais — os intelectuais, os militares, a Igreja, etc. — que passaram a exigir uma outra ordem social que definisse a identidade e a moral orgânica da sociedade brasileira.

Esse ambiente de mudança que emergiu da década anterior acabou atingindo seu ponto culminante com o levante tenentista de outubro de 1930, que de certa forma funcionou como elemento aglutinador/catalisador das demandas exigidas pelos diversos setores da sociedade. Na verdade, apesar dos limites impostos pela realidade do momento, o movimento de 30 ampliou as experiências regionais tornando-as de importância nacional. Foi o que se verificou na educação, na política e, principalmente na cultura com a tomada de consciência da elite intelectual brasileira de participar da vida pública nacional.

Objetivamente era um período que apontava para uma nova etapa de acumulação capitalista no país, porém acompanhada de um processo de modernização com características típicas de países de condição periférica, com um processo tardio e feito pelo alto sob a égide dos segmentos sociais dominantes. Ou seja, o que é relevante neste período é o fato de haver toda uma dinamização social exigindo modificações estruturais, sem haver em contrapartida um setor social dito hegemônico que conseguisse trazer para si o papel de dar à sociedade um modelo capaz de pôr fim à influência oligárquico-patriarcal e ao mesmo tempo estabelecer relações modernas com a sociedade, tanto no campo cultural como no econômico e no político.

Essa dimensão do processo de modernização nacional conduziu a uma ordem social autoritária, com efetiva presença do Estado, em que somente através de um governo forte e viril seria possível por fim no domínio oligárquico anterior e construir uma outra perspectiva de sociedade.

Se esse ambiente envolvia os diversos aspectos da vida nacional, isto não seria diferente no campo educacional. Na compreensão dos diversos atores sociais, a perspectiva de formação da nova nacionalidade dar-se-ia a partir de uma nova concepção educativa, que introduzisse na mentalidade social o novo espírito tão necessário à moral e ao sentido cívico da nação.



Portanto, desde o terceiro decênio de nosso século, despontaram experiências educacionais centradas no ideário da Escola Nova. Contudo, sua praxidade ou a incorporação de seu conteúdo nas legislações brasileiras durante todo o período de 30, estariam condicionadas ao ambiente político-social circunscrito aos conflitos ideológicos, à relação de poder e à mentalidade presente no projeto político dos agentes implementadores das legislações educacionais.

Trazidos sob o fundamento dos preceitos do pragmatismo norte-americano de Dewey e da influência do funcionalismo de Durkheim, o ideário escolanovista, pressupunha a formação de uma mentalidade social de cunho liberal e democrático, porém envolvido em um ambiente autoritário e elitista, seus princípios acabaram servindo para justificar e organizar o processo de elitização do sistema de ensino nacional.

Paralela a essa concepção educacional estava a perspectiva católica, cuja dimensão política extrapolava o âmbito da educação — muito embora sua ação maior fosse exercida neste campo. Sua concepção sociológica ultrapassava a simples evangelização, pois subentendia sua ação no mundo na unidade política entre fé e razão. Portanto, a ela caberia fundamentar o sentido ético e moral da sociedade.

E por fim, destaca-se a perspectiva dos militares que viam na educação um elemento estratégico para o desenvolvimento da segurança nacional e da formação cultural militar da ordem civil. Além desses aspectos, havia uma certa influência fascista que envolvia intelectuais, católicos e militares.

Essas concepções conduziram ao franco embate ideológico existente no período em estudo — principalmente entre católicos e educadores da Escola Nova — cujo centro de discussões estava no caráter laico do ensino, na gratuidade, na liberdade e na co-educação dos sexos, com francas acusações entre ambos conforme foi visto em todo o capítulo.

Assim, as legislações sofreram influências das relações de poder e do projeto político de quem as colocava em prática.

A primeira reforma educacional representou a centralização do Estado Nacional na figura do ministro Francisco Campos, cujo projeto, que vislumbrava para sociedade nacional, incorporava elementos liberais, católicos, e militares. O conteúdo da reforma apresentava princípios que estavam norteados pelo paradoxal cunho modernizante nacional de uma mentalidade conservadora e autoritária, muito embora a estruturação sistêmica e a



perspectiva metodológica tivessem centrado-se no ideário da escola nova. Neste sentido, garantir-se-ia o espírito nacional, a unidade cívica, a centralidade orgânica, o ensino religioso, a dotação orçamentária e o cunho elitista da formação de uma elite intelectual na sociedade brasileira.

Assim, a reforma Francisco Campos, mesmo com o embate educacional e a coadunação das várias perspectivas ideológicas, estaria vinculada ao aspecto simbólico da modernização capitalista corrente no Brasil neste momento. Da mesma maneira poder-se-ia pensar os anos autoritários do Estado Novo e sua perspectiva educativa.

De certo é que os anos de governo provisório foram de intensas incertezas na ordem político-social. O regime implantado em outubro de 1930 não conseguiu pôr fim às influências regionais e em determinados estados as ações dos interventores assumiram as mesmas características do período anterior, gerando conflitos e revoltas. No mesmo entendimento, apesar do governo central ter conseguido um certo alento econômico e aproximação com setores da indústria, permaneceram as divergências nos estados, principalmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Esta realidade tornou-se ainda mais contundente com o levante Constitucionalista de São Paulo em 1932 que, embora sufocado, levou à reconstitucionalização do país.

Somado a isto, o levante da Intentona Comunista, em 1935, favoreceu o fechamento da ordem institucional e o estabelecimento do Estado Novo. Assim, mesmo que possa parecer contraditório, o fechamento da ordem institucional significava, em tese, a continuidade do processo de modernização capitalista no país, embora de cunho tardio e feita pelo alto, caracterizando, portanto, a mentalidade instalada desde a década de 20.

No âmbito educacional não mudou o enfoque dos anos anteriores, permanecendo a centralização do Estado, agora na figura de Gustavo Capanema. Mesmo com uma rarefação dos embates ideológicos existentes, os fundamentos permaneceram os mesmos. Na verdade, aprofundara-se a perspectiva de organização burocrática e de reestruturação do ensino, pois o caráter elitista tornara-se ainda maior tanto com a continuidade do sentido dualista do ensino secundário quanto pela mentalidade acadêmica e de formação das elites continuada no ensino universitário; ao mesmo tempo em que o sentido do nacionalismo aprofundava-se com base nos currículos e no desenvolvimento das políticas educacionais, principalmente, com a criação do INEP.



Da mesma forma, permaneceu a influência católica, com o ensino religioso, e dos militares, na educação cívica e militar da juventude. O pressuposto liberal escolanovista conservou-se — embora em bases nacionais — como fundamento último das inovações educacionais.

Assim sendo, mesmo que o movimento que vai de 30 a 45 tenha favorecido a renovação na forma de domínio de poder por novos setores sociais, isto não significou uma ruptura radical e definitiva com a estrutura anterior. Mesmo porque, além da existência de setores oligárquicos no movimento, as forças que conduziram o processo não eram homogêneas. Nesse sentido, a estratégia de exercer o poder trouxe implicações tanto no campo das políticas sociais quanto nos interesses dos setores envolvidos no movimento revolucionário, assim como nas instituições da sociedade civil e na elite pensante, principalmente nas relações entre intelectuais, educadores, militares, estado e igreja.



CAPÍTULO II

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA AMAZÔNIA: DE 1930 A 1935

2.1 Introdução

Estudar a política educacional na Amazônia durante esse período significa buscar compreendê-la a partir das especificidades do desenvolvimento sociopolítico, econômico e cultural o qual, além de refletir os interesses do Estado Nacional e suas políticas, está envolto em uma dinâmica que se estabelece através das influências dos interesses externos e dos setores sociais locais, que, por sua vez, acabam em última instância influenciando as decisões tomadas na região.

Assim sendo, é necessário que se compreenda essa dinâmica social da Amazônia a partir dos seus atores sociais, uma vez que estes, por serem sujeitos que pensam e agem de acordo com seus interesses e as necessidades do momento que vivenciam, organizam-se e constroem uma realidade objetiva, condicionada por valores e mentalidades que influenciam em suas concepções de mundo. Em outras palavras, é uma história de seres sociais concretos, envoltos com filosofias e ideologias que dão a tônica de sua existência.

Para tanto, a tentativa de compreensão das políticas educacionais desenvolvidas na Amazônia durante esse período dar-se-á necessariamente por uma exploração dos aspectos que acima expusemos, e que se manifestam através dos discursos, dos documentos e mensagens oficiais, bem como dos escritos dos autores do período ou de outros que tenham tomado essa época como objeto de estudo.

Assim sendo, estudaremos a mentalidade revelada, a concepção social, os jogos de interesse, as inovações, a tradição, os conflitos e as relações de poder, influenciadas, principalmente, pela dinâmica das injunções econômicas, políticas e socioculturais, a fim de entender o sentido último das políticas educacionais nacionais e seu reflexo na realidade local, bem como o sentido simbólico assumido pela educação nas concepções dos agentes responsáveis pela implementação de tais políticas, tomando, portanto, como referência o Estado do Pará no período que vai de 1930 a 1935.



2 Década de 20: do desencanto da economia à linguagem de inovação educacional

A década de 20 na Amazônia foi um período profundamente marcado pelo declínio de sua economia e da possibilidade de recuperação cultural do que significara a *Belle Époque* nos finais do século passado e meados de nosso século. Mais do que isso, é uma época de aprofundamento dos desmandos eleitorais e dos autoritarismos presentes nas oligarquias dominantes no poder. O que se vê é uma sociedade concentrada nos grandes centros, esperando a recuperação de seu principal produto econômico — a borracha — e com uma população rarefeita, composta por indivíduos dispersos nas proximidades dos rios e seringais decadentes ou então envolvidos em outras atividades ainda ligadas ao extrativismo, como a coleta de castanha-do-pará e a agricultura.

Por seu turno, o modelo produtivo adotado na região é ainda arcaico, centrado no sistema de aviamento,¹ que concentrava as atividades nas mãos de poucos comerciantes e casas aviadoras. Normalmente situadas em pequenos núcleos urbanos que favoreciam a comercialização dos produtos, e nas principais cidades, como Belém e Manaus, essas concentrações não permitiam a dinamização e modernização das relações sociais e econômicas da região. Isso impedia a passagem de uma realidade rural extrativo-exportadora a uma perspectiva mais ampla, com características urbano-industriais, que em muito facilitariam a diversificação do processo produtivo, como a participação dos setores sociais, fosse na distribuição das riquezas fosse no envolvimento efetivo nas relações políticas e de poder na região.

Deve-se inclusive ao fato de que a exploração da borracha desenvolveu-se a partir de uma atividade hierárquica e centralizadora, juntamente com a ausência quase completa do Estado, como dinamizador da economia, regulador e distribuidor de renda, que a região,

¹ O sistema de aviamento implicava uma rede de fornecimentos que começava com os bancos estrangeiros financiadores, os quais forneciam créditos às casas exportadoras e aos seringalistas. Estes últimos controlavam e mantinham funcionando áreas de extração da borracha nativa, em cujo o centro funcionava o barracão, que centralizava dois tipos de transações: de um lado aviava para o seringueiro as tigelinhas, facões e outros instrumentos para extração do látex além de armas e munições. Também fornecia remédio, alimentos etc. Em contrapartida, era o comprador exclusivo da produção de centenas de seringueiros que operavam com aquele aviador. Como era o comprador exclusivo, o preço que fixava para adquirir as bolas de borracha era muito baixo. Em compensação, os preços dos produtos que aviava ao seringueiro traziam embutidos lucros exorbitantes e, do encontro das contas entre os produtos fornecidos e a produção comprada, pouco ou nada restava nas mãos do seringueiro, que via dessa forma totalmente prisioneiro do sistema. Alias quando o nordestino chegava à Amazônia, já estava devendo, pois o preço da passagem lhe era antecipado mas depois descontado. (LOUREIRO:1989, p.23)

ao final do século, foi levada a viver a realidade de uma economia primária, sem maiores recursos tecnológicos, centralizada nas mãos de uns poucos e com uma estrutura social frágil, sem maior perspectiva de crescimento. O que adveio foi uma supervalorização, por parte do Estado, aos homens de negócio, investindo em seu lugar sem nada exigir ou mesmo orientar a produção. A acumulação do capital ocorre então exclusivamente através da exploração excessiva do trabalho, com grande proteção do Estado. Por fim o que se tem é, de um lado, lucros exorbitantes com alto grau de exploração; e de outro, o simples achatamento assalarial do seringueiro autônomo, mas dependente do barracão.

Assim, se os salários fossem regulados pelo Estado e fixados em valores mais elevados, os empresários teriam que adotar procedimentos tecnológicos mais avançados, tendo em vista a garantia de uma boa margem de lucros. Porém, o Estado permitiu a exploração, favorecendo o lucro fácil, sem que, com isso, o setor empresarial fosse levado a investir no processo de modernização da produção de borracha. Constitui-se, portanto, uma imagem desalentadora, que segundo Coimbra, exprimia a realidade decadente e autoritária da Amazônia e de seus estados na década de 20. Referindo-se ao Estado do Pará, ele afirma que nada

(...) faltava a esta identidade de comportamento político. O autoritarismo, o distanciamento com as bases populares, a fraude eleitoral, as perseguições, as depurações eliminando os indesejáveis, a nunca desmentida intenção de continuísmo, o revezamento no poder, os conchavos das cúpulas, eram os condimentos mais fortes que caracterizavam a vida social e política. Este quadro agravava-se com a difícil situação financeira do Estado, que atravessava um ciclo de verdadeira penúria, sem que se vislumbrasse uma solução capaz de soerguê-lo (...) A administração emperrada pela absoluta falta de recursos, arrastando com ele as intendências da capital e do interior, as estruturas burocráticas, a segurança pública, os serviços essenciais, a rede de ensino e até o poder judiciário.²

Na verdade, as dificuldades por que passava a Amazônia eram resultado do final do *boom* da borracha e sua forma primitiva e concentradora de exploração, isto somado ainda ao descaso do Estado Nacional com uma região, que durante décadas forneceu à balança comercial brasileira o segundo maior produto de exportação.

² COIMBRA, C. *A revolução de 30 no Pará: análise, crítica e interpretação da história*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1981. p. 74

Segundo Assis, a realidade da economia amazônica era tão alarmante que as cifras apresentadas demonstravam a débâcle econômica da região a partir da crise da borracha. A realidade econômica da dívida externa paraense, tomando como referência os dados apresentados pelo mesmo autor, era a seguinte:

Até 1912, o total tomado de empréstimo no exterior somava 8,21 milhões de libras esterlinas para toda a Amazônia. No pagamento dos juros de sua parcela (2,3 milhões de libras) o Pará chegava a ter que dispor de 25%, aproximadamente do total de sua receita e, depois de um grande esforço – que incluía remessas anuais nunca menores de 35 ou 36 mil libras; a dívida externa cai, apenas, para Σ 2.042.216. Obrigado a um funding loan neste mesmo ano de 1915 o Estado do Pará elevou sua dívida externa para Σ 3.039.300 e comprometendo-se a pagamentos semanais de 800 libras ao longo de 1916, de 900 em 1917 e de 1000 no ano seguinte. Entre 1915 e 1925 deveria pagar 1.100 libras semanais, ao longo dos trinta e um anos seguintes, de 1925 e 1956, as remessas deveriam ser de 1.350 libras a cada semana.³

Assim sendo, as administrações estaduais a partir de 1913, além de seu caráter predominantemente autoritário, entraram num período de franca decadência, o que tornou inevitáveis os desastres sociais e públicos, como por exemplo os atrasos permanentes do pagamento dos serviços públicos, o não-cumprimento dos pagamentos assumidos com os fornecedores e credores externos, a queda do valor dos títulos públicos, etc., além do início dos levantes militares. É, portanto, uma realidade obscura que atinge todos os setores sociais, principalmente os funcionários públicos e, em consequência, a educação. Segundo diversas edições do Jornal “A Província do Pará” de 1921, era alarmante a situação do serviço público, em especial a área de ensino e da segurança pública. Um desses textos é aqui transcrito:

‘A miséria dos servidores do estado’

Informaram-nos que os operários tipográficos do ‘Diário Oficial’ abandonaram ontem o serviço de composição desse órgão do Governo do Estado, em virtude da falta de pagamento dos salários. Parece que apenas permaneceram ao serviço do jornal oficial os compositores linotipistas, acrescentou o nosso informante. Os empregados do 6º grupo escolar (Wenceslau Braz) há seis meses que não recebem seus vencimentos estando a passar maiores privações. Achando-se prestes os exames naquele estabelecimento de ensino público, difícil se torna a esses pobres servidores do Estado, além da fome que estão sentindo, se apresentarem ao serviço, visto se acharem desprovidos de roupas para tal fim.⁴

³ ASSIS, 1989, p.5

⁴ A PROVÍNCIA DO PARÁ – edição de 27/09/1921 *apud* COIMBRA, op.cit., p.77

'A miséria do funcionalismo – Sem pão e sem lar – Pobres pensionistas'

Os quadros da tremenda miséria que assola nosso Estado tornam-se cada vez mais freqüentes e tétricos. Principalmente na atual gestão governamental, o arrocho da necessidade tornou-se tão horrível que no Pará, caso virgem, já se passa fome.⁵

'O Regime de Calote'

O regime de calote está de fato introduzido nesta terra outrora tão próspera e hoje infelicitada e desmoralizada pelo situacionismo condenável e impiedoso.

O calote campeia e a miséria do povo vai, dia a dia atingindo a culminância. Os professores são as maiores vítimas do calote oficial, o mesmo acontecendo aos demais empregados dos estabelecimentos de ensino custeados pelo tesouro do Estado. Há 7 meses que não recebem seus vencimentos por parte do Governo e há 6 meses que a Liga do Ensino não lhes paga também ... Urgem sejam tomadas providências que a situação dos caloteados exige, a fim de que o Pará não seja mais uma vez envergonhado com a declaração de uma greve geral no funcionalismo público. A greve dos professores está iminente.⁶

Assim, pode-se dizer que esse período é caracterizado pela crise e pela impossibilidade de recuperação e retorno da Amazônia aos períodos áureos da borracha, seja de sua economia seja das perspectivas culturais desenvolvidas no final do século anterior, marcadas pelas construções de escolas, liceus, museus e de grandes teatros, quando homens e mulheres amazônidas ficavam em torno de chalés e cafés de estilos franceses, aguardando o início das apresentações de grandes companhias estrangeiras, principalmente européias.

Na verdade, do final do século passado até meados da década de 40, a Amazônia sofreu com as conseqüências arcadas pela falta de uma política de acompanhamento da produção da borracha por parte do governo central. Até 1910, o caráter monopolista da região manteve-se, entretanto, com o processo de espionagem desenvolvido pela Inglaterra, com a experimentação do plantio em terras asiáticas e seu desenvolvimento racional ocasionou o fim do monopólio da região e ao mesmo tempo forjou a queda do produto no mercado mundial.

Sob o olhar de Coimbra,⁷ se houve algum alento ou reequilíbrio da economia e da cultura após a *Belle Époque*, teria sido no Pará, no governo de Lauro Sodré, dados o seu carisma pessoal de administrador e o fato de ser um grande político influente em nível

⁵ A Província do Pará – edição de 03/10/1921 *apud* COIMBRA, op.cit., p.77-78

⁶ A Província do Pará – edição de 04/10/1921 *apud* COIMBRA, op.cit., p.78

⁷ COIMBRA, op.cit.

nacional. O então governador não só conseguiu dar um equilíbrio às contas estaduais, através de empréstimos, como promoveu uma breve recuperação do seu principal produto, a borracha, a qual chegou a atingir uma produção de cerca de 17 mil toneladas. E ainda permitiu um revigoramento aos aspectos culturais, como nas artes plásticas e música e, principalmente, no campo da educação com o desenvolvimento do ensino primário.

Em 1912, o governo Hermes da Fonseca buscou recuperar o elo perdido com o “Plano de Defesa da Borracha” através do qual se procurava dar um processo de maior competitividade ao produto visando implementar uma melhor infra-estrutura e capacidade de exploração, envolvendo sistemas de transporte, construção de hospedarias de imigrantes, bonificação em dinheiro aos plantios, obras sanitárias e isenção de 50% dos impostos às exportações. Entretanto, a difícil situação econômica do país, a falta de capital privado e de técnicos qualificados, a inexistência de um mercado interno desenvolvido para a borracha e a eclosão da primeira guerra mundial levaram à desistência do plano 17 meses depois de implantado. Após essa tentativa de recuperação da economia gomífera, a falta efetiva de preocupação do Estado com a região e o legado deixado pela exploração da borracha com o sistema de aviamento, conduziram a Amazônia a um longo período de estagnação econômica.

A inexpressividade da atuação tanto do capital industrial quanto do capital bancário levou a um incipiente desenvolvimento das atividades comerciais profundamente centralizadas e fundamentalmente primárias, em que se destacavam a agricultura de resistência, a criação de gado para corte, a pesca artesanal e outras atividades extrativas. No fundo, o processo de produção primária garantia um lucro fácil pois seu processo produtivo dava-se fora das atividades comerciais não exigindo, portanto, um maior incremento ou sofisticação no processo produtivo. Ao mesmo tempo, constituía-se numa atividade extremamente hierarquizada e com uma fraca circulação de dinheiro. Segundo Loureiro,

(...) o modelo primário-exportador da economia regional (apoiado na exploração de produtos do setor primário), articulava em sua base milhares de pequenos produtores diretos que, em tese, deveriam receber em dinheiro a remuneração pela venda de seu trabalho aplicado no sistema. Na prática, entretanto, o “encontro de contas” das despesas contabilizadas pelo aviador ao adiantar ao produtor direto os meios de produção, víveres, medicamentos, verduras etc..., constituía-se o ponto chave deste sistema de super-exploração do trabalhador direto, de tal forma devem que a “diferença” entre o preço do trabalho pago a este valor em dinheiro corresponde às suas despesas contabilizadas no barracão (e

majorada sempre em prejuízo do aviado) era, na maioria dos casos, irrisoriamente pequena ou mesmo nula, o que tornava a relação francamente monetizada. Assim, gente havia, mas quase sem dinheiro.⁸

Na verdade, é uma realidade típica do processo extrativo, que se caracteriza por uma plena dispersão da população em torno dos rios e uma fraca densidade em núcleos urbanos, bem como por uma economia praticamente primária, voltada para o mercado interno e para a sobrevivência, excetuando-se os pontos favorecidos pelo processo de aviamento e concentração de renda com os centros exportadores. Passam a destacar-se, então, Belém e Manaus, que definitivamente assumem o caráter de prestadoras de serviços para o restante da região. Nelas residem os maiores estabelecimentos comerciais, algumas indústrias — como de sabão, salgados, fumos, curtimento de couro, etc. — além de outros serviços, embora limitados, como os médico-odontológicos, hospitalares, oficinas de reparos, colégios, alguns cursos superiores e diversos serviços que não existiam no interior da região.

Ainda segundo Loureiro,⁹ dado o caráter explorador e dispersivo em que se dá o processo de ocupação demográfica da região, a estrutura social caracteriza-se por uma sociedade profundamente concentrada nos extremos. De um lado, uma burguesia ligada aos setores do grande comércio e dos serviços relativos de produção, como o de crédito e o de financiamento, de outro lado, os setores de classes, constituídos pelos trabalhadores da estiva, pelos seringueiros, pelos comerciários e por outros indivíduos ligados ao processo de expansão do capital e centros, como vaqueiro de fazendas, extratores-garimpeiros etc. É uma estrutura concentradora, em conformidade com o processo de desenvolvimento da região, com uma quase inexistente classe média, própria de um processo dispersivo e sem maior concentração urbana do que se possa subentender em um domínio oligárquico, o que viria a comprometer profundamente as futuras tentativas de recuperação econômica. É também neste período, que vai de 1920 a 1942, que se registra a menor taxa de crescimento populacional da Amazônia. Segundo Homma,

(...) de 1.439.052 habitantes passou a 1.462.420, o que representa incremento de apenas 1.622 ou um incremento anual de 0,08%, num processo de quase estagnação populacional. O Pará e o Acre tiveram diminuição em seus territórios perdendo este último

⁸ LOUREIRO, V. **Amazônia: estado, homem, natureza**. Belém: CEJUP, 1992. p.35

⁹ Ibid.

13,61%. Nessa época verificam-se - pela depressão econômica - o refluxo nordestino e a emigração dos naturais da região.¹⁰

Os períodos posteriores vivenciaram a crise permanente da economia e a instabilidade política motivada não só pela demanda dos setores incrustados no poder, como também pela influência dos levantes militares contra a Primeira República. No Pará, por exemplo, apesar do Movimento de 30 ter conquistado a Província sem derramamento de sangue, os movimentos que antecederam a derrocada das oligarquias tradicionais tiveram repercussão não somente no estado como em toda a Amazônia, através de resistências, levantes, confrontos e mortes, tanto de militares como civis, envolvidos na busca de uma nova ordem social.

Entretanto, no campo da educação, apesar de não se verificarem avanços consideráveis nos dados levantados, no final da década de 20 já se vislumbrava no discurso oficial do último governador da Primeira República a necessidade de se fazer uma reformulação no sistema de ensino da Província, no sentido de inscrevê-la no movimento de renovação mais amplo da educação nacional, que começava a circunscrever-se nos principais estados do país - São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro - a partir de 1922.

Isto talvez se explique não pelas mudanças nas injunções econômicas, políticas e culturais da região, mas pela perspectiva de formação dos filhos das oligarquias, a qual se dava no centro do país e/ou na Europa e sofria, portanto, influências dos movimentos de renovação tanto de dentro com de fora do Brasil. Além disso, deve-se levar em conta o caráter de formação e visão que possuía o Governador Eurico Valle, a quem, de acordo com Coimbra, diferentemente dos governos anteriores, a formação acadêmica como bacharel em Direito e a experiência política dariam uma nova perspectiva administrativa, que procurava colocar o Estado do Pará na trajetória de renovação e regeneração nacional.

¹¹ A esse respeito, assim se expressava o autor sobre o Governo de Eurico Valle:

A prudência, o comedimento; o amor à justiça, a indesmentível honestidade de Eurico Valle poderiam ter modificado, em parte, a desesperança do povo paraense, e o descrédito em que caíra o governo, e mais do que ele, o sistema político vigente na quarta década da Primeira República. Todavia, sua atuação e conduta política chegavam em um momento em que

¹⁰ HOMMA, A. **Extrativismo vegetal. Amazônia: limites e possibilidades**. Brasília: EMBRAPA/SPI, 1993. p. 82

¹¹ COIMBRA, op.cit., p. 134



as velhas oligarquias já haviam esgotado seus recursos e suas possibilidades de sobrevivência.¹²

Talvez seja essa perspectiva que justifique, no discurso oficial do governador, a importância de uma nova mentalidade educacional e pedagógica a ser implementada nos estabelecimentos de ensino do estado. É, em certo sentido, um outro olhar para a formação de um novo ser humano preparado para as exigências sociais que estavam sendo colocadas pela modernização no final da segunda década do século XX. Assim, em 1930, durante a abertura da 14ª Legislatura, o então governador reconhece o descaso do Estado Nacional com a educação e reafirma sua importância na renovação nacional. Diria ele,

No Brasil bem se poderia dizer que o maior problema nacional é o da instrução pública. Num país como o nosso, onde o coeficiente de analfabetos é despropositado, a instrução popular deve constituir uma grande preocupação do Governo.

Dizia o juriconsulto Horace Menn, conhecido propagandista da educação do povo na América do Norte, que no nosso país e nos nossos dias ninguém é digno do honroso título de chefe de Estado, se a educação prática do povo não tem o primeiro lugar no seu programa de Governo.¹³

Portanto, se para ele a educação seria uma demanda urgente do Estado Nacional, esta tornava-se algo contundente na região, tanto para ser colocada nos caminhos da nova civilização quanto para superar a carência educacional vivida. Nesse sentido, esta reformulação dever-se-ia iniciar, principalmente, no ensino primário, por constituir-se a base inicial de todo o processo educacional. Mesmo que para isso se fizesse necessário superar os entraves que se interpunham em tal realização, fossem fatores de ordem econômica fossem fatores de ebulição causada por movimentos externos à nossa realidade. Assim, então se pronunciava o governador:

Entre as sérias preocupações que trouxemos para o governo, a remodelação do ensino primário, base de toda instrução, figura em primeiro plano pela necessidade de adaptarmos melhor nossos estabelecimentos de ensino primário às renovações pedagógicas operadas nos últimos tempos. A veemência de nossos desejos antepôs-se o óbice intransponível da situação financeira. (...) a reforma em projeto implica dispêndio de somas respeitáveis pela necessidade de um completo aparelhamento pedagógico, sobremodo complexo, tais como a reforma do curso normal, aquisição de objetos escolares, adaptações dos prédios, criação de museus, instituição modelar de várias seções técnicas, criação de um curso de alta cultura pedagógica e de aperfeiçoamento para

¹² COIMBRA, op.cit., p.136

¹³ MENSAGEM ao Congresso Legislativo do Pará, em sua 14ª Legislatura, em 07/09/1930, pelo Governador Eurico de Freitas Valle. Belém: Off. Graf. Do Instituto Lauro Sodré, 1930. p.81

professores, uma infinidade de outras realizações tendentes à modernização do ensino.

(...) Uma reforma desta natureza pressupõe tais recursos. Nem por isso desanimamos, tão acostumados estamos com as surpresas econômicas da região. Aguardávamos um maior ensejo quando a crise mundial veio agravar a nossa situação, já de si deprimida.¹⁴

Contudo, apesar de toda a crise econômica e política vivida pelo país e, conseqüentemente pelo Estado do Pará, no discurso do governador Eurico Valle essa renovação educacional não significava uma simples reformulação, mas deveria, isto sim, estar inserida nas novas exigências sociais introduzidas com a dinâmica do progresso, do industrialismo crescente e de uma forte mentalidade científica. Portanto, para ele,

Estamos diante de surtos progressistas que exigem do homem atual uma radical modificação de sua estrutura moral, intelectual e social e uma nova soma de conhecimentos para que ele possa desempenhar o seu papel como elemento econômico da comunhão universal. Esse progredir vertiginoso pode ser enfeixado num enunciado – a civilização marcha na razão direta de uma mais perfeita aplicação da ciência.¹⁵

E acrescenta,

A progressão material da vida, com todo o seu cortejo de exigências novas, criou também para o homem uma mentalidade diferente. E como essa mentalidade precisa ser alicerçada e robustecida na escola, é claro que a pedagogia tinha de evoluir, como evoluiu, para sua finalidade modeladora, que é criar indivíduos aptos por uma infinidade de conhecimentos capazes de se orientarem na vida social, à feição desta. Si as condições da vida mudaram sensivelmente, transformando todos os ramos de conhecimentos humanos, desde a face material até a moral, a escola logicamente tem de acompanhar essa renovação, a fim de colocar o homem dentro da nova ordem material e social, cada vez mais complexa e cada vez mais mutável. Há uma incessante movimentação dos aspectos da vida. Não podia a escola permanecer estacionária na tradição dos métodos pedagógicos.¹⁶

Dessa forma, deveria ser uma reforma que se vinculasse ao ideário escolanovista, com princípios ativos de educação, capazes de superar os métodos tradicionais de ensino, em que estivessem implícitas as necessidades de formação global do espírito brasileiro, porém adaptadas às realidades regionais. E mais que isso, com envolvimento social e familiar nas decisões que dariam rumo ao processo de formação e de ensino. Ou seja,

¹⁴ Id., p.81

¹⁵ Id., p.82

¹⁶ Ibid.

A ciência educativa mudou completamente. A chamada escola tradicional, como tal conhecida e denominada, porque impunha aos alunos as idéias imutáveis, verdadeiros axiomas não suscetíveis de contestações ou de pesquisas, não resistiu ao choque das idéias modernas. Esse sistema não só esmagava ao nascerem as características individuais dos alunos, como não lhes auscultava as tendências e propensões, não exercitando suas afinidades eletivas. (...) A escola nova, porém, transforma pela simpatia o aluno num colaborador de sua própria formação, faz dele um agente ativo, rumando-lhe apenas as iniciativas nascentes, dissecando-lhe a alma e o cérebro pelos mais aperfeiçoados métodos científicos, para descobrir energias ocultas ou adormecidas por causa que ela estuda e observa. E o mestre, vendo a disciplina surgir espontaneamente no ritmo da comunhão escolar, perscruta e guia, representando a sua principal função – ‘fazer, fazer sempre trabalhar a criança’ – trabalhando também.¹⁷

Assim, parece que definitivamente no final da década de 20 e início dos anos 30, o discurso oficial estava permeado de princípios que caminhavam em direção a uma reforma educacional que incorporaria os novos ideais de renovação nacional. Além disso, era uma renovação que trazia inerentes as exigências de uma sociedade urbano-industrial. Portanto, uma educação nova para uma nova sociedade.

Contudo, apesar do reconhecimento oficial da necessidade de se implantarem no estado novas diretrizes educacionais, os dados apresentados pelo então governador não demonstraram nenhum avanço significativo que lograsse mudanças na face tão desencantada da educação do estado. O momento vivido colocava entraves intransponíveis, que iam desde a ordem político-social à estrutura econômica da região.

Segundo Damasceno,¹⁸ não havia ambiente durante esse período para a realização de uma reforma educacional de tamanha envergadura, pois faltava à sociedade paraense, além do caráter urbano-industrial, um interesse efetivo dos setores dominantes com a formação educacional da população. A economia do estado encontrava-se envolta com uma atividade decadente e concentradora, centrada no sistema de aviamento, com um capital comercial financeiro favorecido pelo ganho fácil, sem nenhuma política de investimento; uma elite acostumada com as benesses do Estado; uma população rarefeita, perdida nos seringais decadentes ou em outras atividades; uma indústria incipiente que quase não

¹⁷ Id., p.82-83

¹⁸ DAMASCENO, A. A 2ª república e a educação no Pará: um primeiro olhar sobre o projeto dominante. Belém, UFPa – Centro de Educação, 1993.

exercia nenhuma influência; e a ausência efetiva do Estado Nacional como organizador e dinamizador da vida socioeconômica, política e cultural da região.

Segundo o quadro apresentado por Santos, a mentalidade produtiva na região era completamente tradicional. Para ele,

O empresário local típico era homem de poucas luzes, destreinado nos contatos com a economia mundial e os progressos da técnica, não lhe ocorrendo nem remotamente o pagamento de patentes e licenças para produzir em Belém o que no exterior se fabricava. Havia exceções, mas estas preferiam a atividade comercial. Quando a Amazônia precisava de Mauá, no fim do século XIX, a disponibilidade corrente era a do empresário mediano. Nem pôde ela contar, como no sul do país aconteceu, com o imigrante semiqualeificado em grande número, originário de um mundo em que o avanço industrial há muito tivera início;(...)

Poder-se-ia pensar, a esse respeito, na iniciativa do poder público local e federal. (...) No caso do governo da União, os fortes interesses estabelecidos pela economia cafeeira e pelo parque industrial implantado conduziam a política num sentido discriminatório, que em última análise resultava em marginalizar a região (...).¹⁹

E acrescenta,

A enorme distância social que separava Belém, Manaus ou mesmo uma cidade média e graciosa como Santarém, dos povoados típicos do interior da Amazônia e da vida seringueira, foi um atestado qualitativo da concentração da riqueza que o crescimento gomífero acarretava.²⁰

Esta realidade confirma-se pelos dados apresentados pelo governador na mensagem referida anteriormente. Não se verificou um crescimento considerável da educação, seja nas condições infra-estruturais, como na ampliação do número de vagas para a demanda que se encontrava em idade escolar, seja ainda na qualificação dos docentes para a nova pedagogia a ser desenvolvida nas escolas. O que se verifica é que a situação educacional da região permaneceria difícil, anos após anos. Segundo dados apresentados pelo então governador, acerca da situação global do ensino em todos os níveis, do ano de 1928 a 1929 houve um decréscimo no número de matrículas em cerca de 725 alunos, pois no ano de 1928 haviam sido matriculados 20.765 alunos, enquanto em 1929 foram matriculados 20.040 alunos.

No ensino primário houve um decréscimo, pois em 1928 foram matriculados 7.408 alunos e no ano seguinte foram matriculados 7.379 alunos, com uma diminuição

¹⁹ SANTOS, R. *História econômica da Amazônia 1800/1920*. São Paulo: T. A. Quiciroz, 1980. p. 304-305

²⁰ Id., p. 307

aproximada de 29 discentes. No ensino secundário, apesar do reconhecimento oficial de que seria necessária a ampliação do número de vagas, principalmente nos principais estabelecimentos de ensino como o Colégio Paes de Carvalho e a Escola Normal, a realidade não foi diferente, seja pela dificuldade financeira do estado, ou pelo descaso do regime anterior com a educação. Neste nível de ensino, foram matriculados 921 alunos no ano de 1928 e 965 em 1929, um crescimento aproximado de 48 alunos.

O certo é que as medidas que foram tomadas não levaram a soluções satisfatórias. No Colégio Paes de Carvalho, comenta o Governador, fora necessário muito esforço para evitar a diminuição do número de vagas,

(...) À angústia do edifício para comportar o número sempre crescente, de ano a ano, de candidatos à matrícula. Ante a situação financeira que atravessamos, sem recursos para construir um prédio apropriado e mais amplo, ou adquirir um em condições de satisfazer todas as exigências pedagógicas, ressalta logo a idéia de uma restrição de matrícula, única solução de emergência para o caso. Entretanto, no momento em que se preconiza a disseminação do ensino, não é possível aplicar essa medida, vexatória e injusta mesmo, máxime para os que não têm recursos pecuniários para procurar os estabelecimentos de ensino particulares.²¹

Na Escola Normal, a realidade não foi diferente, na verdade foi ainda pior com a possibilidade efetiva de restrição do número de matrículas,

Os nossos recursos ordinários, minguados dia a dia, como é notório, nem sequer permitem cogitar da aquisição de um prédio mais espaçoso ou na adaptação do atual. No fim do ano passado chegamos a admitir a possibilidade de uma restrição da matrícula. Adiamos essa medida; entretanto, no próximo ano seremos constrangidos a limitar as matrículas do primeiro ano.²²

No que se refere ao ensino superior, apesar do avanço, com a inauguração de uma farmácia, que funcionaria como escola prática da arte de manipulação, se houve algum crescimento, foi mínimo. Em 1928, o número de alunos era de 371; no ano de 1929 era de 373, portanto um crescimento mínimo de 3 alunos.

Quanto à requalificação dos professores, a proposta de inseri-los na nova dinâmica pedagógica ficou no campo das boas intenções ou em palestras e conferências dispersas durante o seu mandato. Em nenhum momento demonstra a possibilidade de realização

²¹ MENSAGEM ao Congresso Legislativo do Pará, em sua 14ª Legislatura, em 07/09/1930, pelo Governador Eurico de Freitas Valle. Belém: Off. Graf. Do Instituto Lauro Sodré, 1930. p.94

²² Id., p.95

experimental de um projeto pedagógico. Na mensagem há sempre menções e não a confirmação de um decreto que favorecesse tal acontecimento. O mesmo acontecia com o interior, no qual, dada a dificuldade de transporte e crise econômica, ficava adiada qualquer ação mais efetiva no sentido de melhorar o setor educacional.

Na capital as ações ficam no campo das remessas de carteiras e de alguns materiais didáticos, nada que simbolizasse uma dinâmica pedagógica efetiva,

Não foi possível cuidar do aumento de escola. O estado de penúria em que encontramos as escolas da capital e do interior a respeito do mobiliário tem dificultado a remessa de carteiras para ali, visto estarmos ainda cuidando dos grupos da capital (...) Durante o ano auxiliamos pecuniariamente todos os grupos escolares da capital e escolas isoladas nas suas festas de aniversário, fazendo o mesmo por ocasião do encerramento do ano letivo.²³

E acrescenta:

(...) numa antecipação louvável ao projeto da reforma, que pretendemos realizar, o que é um atestado do seu zelo e competência. Tivemos oportunidade de verificar esse progresso introduzido em nossas escolas, cujos resultados, apesar do limitado espaço de tempo, são verdadeiramente reais. Haja vista a explosão feita no Grupo Escolar Floriano Peixoto, dirigido pela diretora Hilda Vieira, onde o visitante encontra os sinais evidentes da renovação pedagógica que aludimos.²⁴

É esta a realidade do estado e/ou da região, no final da década de 20 e início dos anos 30. O discurso volta-se para uma reforma educacional centrada no ideário escolanovista de um mundo urbano-industrial, porém com uma profunda crise econômica, com o capital comercial financeiro centrado nos principais centros — Manaus e Belém — e uma população, em sua maioria rural, dispersa nas beiras dos rios e nos lugares longínquos, sem reconhecimento efetivo de cidadania e uma formação capaz de mudar a face do estado.

²³ Id., p.84

²⁴ Ibid.

2.3 Educação dos anos 30: um olhar de renovação numa perspectiva de tradição

Para compreender a política educacional no Estado do Pará durante esse período, faz-se necessário seguirmos uma direção que nos possibilite vislumbrar a influência do movimento de 30 no desenvolvimento nacional e como essa influência incorporou-se à dinâmica local, tomando como referência as injunções econômicas, políticas e culturais que, em última instância, acabaram por definir o desenvolvimento educacional no estado.

É inegável que a partir desse instante o país entrou em uma nova fase de acumulação de capital. O modelo anterior do tipo agrário-exportador dava sinais efetivos de decadência ocasionada tanto pela crise do liberalismo clássico, como pelo movimento interno das novas fases econômicas provenientes do avanço tecnológico e do processo de industrialização inicial. Esse modelo gerou uma urbanização crescente das regiões mais desenvolvidas, como o centro-sul, e ainda possibilitou, no campo político, novos rearranjos na estrutura de poder, traduzidos seja pelo conflito nas oligarquias dominantes, ocasionado pelos setores não participantes das decisões no país, seja pela introdução de novos setores sociais nessa arena de poder, como a recente burguesia industrial, setores médios comerciais, militares, intelectuais e os operários que clamavam por direitos sociais e representação política. Em certo sentido, a revolução de 30 foi resultado dessa conjuntura econômica e social, que dera seus primeiros arroubos de renovação com os movimentos iniciados em 1922, como o levante da armada militar de Copacabana em 24 de julho, e a Semana de Arte Moderna, que embora não simbolizassem a superação do modo capitalista de existência, significavam a busca pela recuperação e/ou superação de valores perdidos com a Primeira República.

A perspectiva era de se fundar um novo tempo social centrado em princípios modernos de caráter urbano-industrial, capazes de vencer os ditames do mundo rural e inaugurar uma nova mentalidade, com uma outra cultura, e, portanto, suscitar um ser humano com uma moral adaptada às exigências de uma nova civilização.

Como afirma Coimbra, o movimento de 30 significava

(...) que a sociedade, como um todo, estava amadurecendo para transformar a vida nacional. Intelectuais, revolucionários civis e militares, juristas e políticos de diversas matizes, juntos reclamavam, fundamentalmente, pelas mesmas reivindicações, formando um consenso unitário, que iria, a partir de então, se estruturando cada vez mais para por fim, empolgar toda a

nacionalidade, desdobrar-se nos acontecimentos de outubro de 1930.²⁵

Esse clima que parecia envolto de mudanças, desde a economia até a cultura, era inerente à mentalidade de renovação educacional que começava a forjar-se com a reforma iniciada em 1928 em São Paulo, com Fernando de Azevedo, e, posteriormente, com Lourenço Filho e Anísio Teixeira, no Distrito Federal. O sentimento de um mundo urbano impulsionado pela industrialização crescente funcionava como pano de fundo para a formação de um novo conceito de povo e nação. E, mais que isso, promovia a esperança de um ser humano a ser formado nos princípios de cultura científica, criativa e participante da democracia social. Como diria Monarcha,²⁶ o espírito que envolvia os intelectuais da educação incorporava o desiderato modernizador e recuperador dos ideais perdidos com o velho regime. E o espírito da Escola Nova vinculava-se ao sonho dessa nova civilização brasileira: moderna, urbana, industrial e capitalista. Segundo esse autor,

(...) o escolanovismo brasileiro estaria alinhado a outros movimentos de aspirações modernizantes, que buscavam dentro de suas particularidades a sempiterna refundação do tempo social: a Semana de Arte Moderna de 1922, a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1927; o ciclo das rebeliões tenentistas, cujo ápice é a "Revolução de 30" etc. Assim, ao lado da marcha do capitalismo brasileiro, é apresentado como marco na evolução da cultura brasileiro.²⁷

Portanto, o contexto social que servira de suporte ao movimento de 30 envolveu-se da perspectiva de dar à sociedade brasileira uma nova dinâmica, capaz de colocá-la nos trilhos das grandes nações, ou seja de construir um país cujos princípios se pautassem em uma dimensão moderna a fim de formar um ser humano urbano, industrial e científico.

Quando então começamos a buscar compreender qual o sentido das políticas educacionais introduzidas na Amazônia a partir dos anos 30, devemos fazer as seguintes indagações: qual o significado de tais políticas para a região, posto que diferentemente do eixo sul e sudeste, não havia na Amazônia e/ou nos seus estados um contexto social que tivesse inerente uma dinâmica urbano-industrial? e ainda: embora houvesse toda uma influência dos ditames nacionais e suas políticas na realidade social, quais as características

²⁵ COIMBRA, op.cit., p. 49

²⁶ MONARCHA, op.cit., p. 15

²⁷ Id., p. 16

próprias da reforma educacional e seus vínculos com as injunções econômicas, políticas e sociais locais?

Era verdade que o contexto social das décadas anteriores, que se herdara na Amazônia nos anos 30, não era dos mais animadores. O sonho que significara a *Belle Époque* teria ficado nas construções dos casarões antigos e do Teatro da Paz como símbolos de um tempo ufanista, porém de uma pompa que se revelava concentradora nas mãos de poucos, e miserável para a maioria. O que se tinha então era a imagem da decadência, de uma economia destroçada, de uma cultura sem grande relevância e de uma política que se caracterizava pela disputa entre as frações oligárquicas tradicionais, pelo jogo de interesses e pela corrupção mais nefasta do clientelismo e da fraude eleitoral dos tempos da Primeira República.

Assim, apesar de toda influência nacional e suas perspectivas, o movimento tenentista de outubro de 1930 teve no Estado do Pará a marca efetiva da realidade acima descrita. A economia da borracha, embora tenha tido seus tempos áureos, não fora uma atividade que lograra à região um acúmulo de capital que possibilitasse, no final de seu ciclo, um desenvolvimento econômico alternativo, marcado pela diversificação produtiva e por uma urbanização crescente. Apesar de ter sido o segundo maior produto da balança comercial brasileira, faltava-lhe um desenvolvimento mais racional, tanto por parte do Estado Nacional, definindo uma política fiscal, produtividade e distribuição de renda, como por aqueles envolvidos nessa atividade, que careciam de uma maior formação tecnológica, visão de mercado e possibilidade de exercer os seus direitos.

Ao contrário de tudo isso, o que se vai verificar é um modelo de produção arcaico e rudimentar, centrado no sistema de aviamento, que mais favorecia o lucro fácil, a concentração de renda e o atraso tecnológico. Ao final da primeira década de nosso século, a consequência efetiva desse modelo produtivo é a crise econômica de seu principal produto, com uma forte concentração de renda, uma população dispersa, visivelmente pobre, espoliada de seus direitos e entregue à dominação dos aviadores e das oligarquias incrustadas no poder. Portanto, uma herança econômica e social assim descrita por Ribeiro, ao comentar sobre o ambiente que serviria de pano de fundo para o movimento revolucionário:

A população do Pará não desfrutava de uma situação econômica e social invejável. Vinculada ao setor primário, em sua

maioria padecia do abandono, do descaso dos governantes. Viviam em situação de virtual isolamento em relação a Belém; as longas distâncias e as deficiências crônicas de transportes se constituíam em fortes obstáculos a serem superados. Na capital a situação era um pouco melhor, pela oferta maior de bens de serviços. (...) É preciso reconhecer que ainda assim é muito baixa a renda dos indivíduos vinculados ao setor terciário ou secundário.²⁸

Mais adiante a autora acrescenta como se compunha a estrutura social nos anos 30, distinguindo-a da seguinte maneira:

(...) um pequeno grupo de pessoas que tem a posse ou o controle do capital comercial e/ou industrial, donos de grandes firmas importadoras, grandes firmas exportadoras, empresários, industriais e banqueiros, uma grande massa de indivíduos ligados a ocupações servis, operários, lavradores; extratores de látex, de castanha etc. Entre esses dois pólos estaria situado um grupo intermediário composto de pessoas que possuem pequenas e médias empresas; intelectuais, empregados do comércio, artesãos, militares, funcionários públicos etc.²⁹

Temos assim uma sociedade estratificada, concentradora de riqueza nas mãos de uma minoria, com um setor médio incipiente e uma massa dispersa, sem posse e quase nenhum direito.

Quanto à realidade política, havia uma relação direta com o contexto social apresentado. Os grupos oligárquicos apoiados no capital comercial, transformaram a arena política num campo de interesses pessoais e de favorecimentos clientelísticos. A fraca distribuição de renda e o baixo nível cultural da população favoreciam a ação quase autônoma dos grupos que se revezavam no poder.

Em certo sentido, a conjuntura político-social em que se vai realizar o movimento tenentista é resultado da profunda crise em que entrou a região com o declínio da borracha. Segundo Emmi,³⁰ a política paraense que se desenvolveu durante as primeiras décadas do século XX, é fruto da disputa pelo poder iniciada desde 1897 entre as duas grandes facções oligárquicas capitaneadas por Lauro Sodré e Antônio Lemos. Neste ano, o Partido Republicano Paraense (PRP) sofrera uma grande cisão, motivada tanto pela não-eleição de Lauro Sodré ao Senado, como pela indicação de Augusto Montenegro ao governo do estado.

²⁸ RODRIGUES, D. *Pará/1935: um estudo sobre liderança e conflito*. Rio: JUPERJ (dissertação de Mestrado), 1979. p. 42

²⁹ Id., p.43

³⁰ EMMI, M. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: ABEU, 1988. p.80

Nos dizeres de Quintiliano, era uma

(...) época de grande agitação política no estado. E a causa fundamental era sem dúvida, o início da débâcle da produção gomífera. Mesmo porque, neste período, a falta de um processo mais organizado à decadência da região, com o desenvolvimento racional da cultura gomífera, nos campos asiático.³¹

Desse modo, do final da primeira década do nosso século até os anos 30, a crise financeira fazia-se presente. Porém, o que de pior aconteceu foi que os setores dominantes distanciaram-se da grande massa dispersa nas beiras dos rios ou nos núcleos isolados da região amazônica. O grupo que estava no poder administrava de forma autônoma, sem vínculos com a real necessidade da população.

Segundo Emmi,

A década de 1920 caracterizou-se como fase dos "Lauristas" no poder, a qual se estenderia até 1930. Nessa época intensificou-se a formação de latifúndios em várias regiões do Pará. Seja no Jari, com José Júlio de Andrade, no Xingu com José Porfirio de Miranda ou ainda no Tocantins com Deodoro de Mendonça. Nestes e em outros casos a apropriação de terra tornou-se decisiva para a consolidação de um controle social em moldes oligárquicos.³²

Foi nesse contexto de disputas oligárquicas que aconteceu o movimento tenentista de 1930 no Estado do Pará que, apesar de toda a influência nacional, apresentou características marcantes da realidade local.

Havia, na verdade, um certo clima que favorecia a possibilidade de mudança no modelo político carcomido com os desmandos políticos e econômicos dos governos da Velha República. Indiretamente, esperava-se por uma nova face administrativa no estado, capaz de apontar perspectivas diferentes aos descabros existentes na região. Contudo, o movimento revolucionário que eclodiu em outubro de 1930 em todo o Brasil não teve na região e no Estado do Pará um caráter de massa, nem havia uma formação social que possibilitasse tal participação. Isso se explica tanto pela realidade econômica e cultural das massas populares, como também pela dependência destas em relação aos grupos dominantes. Ao mesmo tempo, o caráter conservador que se impingia na formação dos principais conspiradores acabou por evitar a participação popular no movimento.

³¹ QUINTILIANO, A. **Grão-Pará: resenha histórica 1616/1963**. Belém: Imprensa Universitária do Pará, 1963. p. 25

³² EMMI, op.cit., p. 80

Desde 1922, com o primeiro levante da armada militar e ainda nos anos subseqüentes, a insurreição estava quase subscrita aos quartéis e à participação de alguns civis. Não havia, por assim dizer, uma perspectiva de superação do regime, mas movimentos que se enquadravam nas reformas e nos ideais esquecidos nos anos anteriores da república. Na essência, buscava-se, mesmo na facção mais modernizante dos militares, uma revolução circunscrita aos ideais liberalizantes, o que significava uma compreensão que não extrapolasse uma moral restauradora da política, com eleições honestas e livres, um saneamento administrativo das finanças públicas e o fortalecimento das forças armadas no direcionamento político da nação.

Como afirma Rodrigues,

O cansaço, a frustração com o desempenho das elites envolvidas, o envelhecimento e rigidez das estruturas do sistema político clamavam por mudanças. Conspirava-se contra o regime personalizado através de suas lideranças carcomidas, mas não se questionava as bases de sua dominação, não se pretendia uma transformação profunda das estruturas sociais e políticas. No Pará a elite dominante havia realizado sem problemas maiores a eleição e como ordena a praxe empossando seus candidatos. Ideologicamente os conspiradores não diferiam essencialmente dessa elite dominante, e nem poderia ser de outro modo. Os conspiradores eram parte do universo das elites, apenas não estavam no exercício do poder, mas seus valores eram fundamentalmente semelhantes. Ainda que alguns não pertencessem as grandes e tradicionais famílias, sua educação estabelecia o vínculo necessário, conferia o elemento capaz de legitimar anseios de participação no poder.³³

Essa característica elitista acabaria por afastar as massas do processo revolucionário e evitar que se introduzissem reformas mais profundas que modificassem a realidade do estado, principalmente, de dominação do processo extrativo, como o trabalho nas indústrias existentes.

Ainda segundo a mesma autora, em nenhum momento colocara-se em questão o problema dos operários e o sistema de aviação que cada vez mais concentrava renda e aumentava a pobreza dos envolvidos em tais processos produtivos. Para ela,

A pouca receptividade popular tem muito haver com as idéias e valores dos líderes militares ou civis, com o temor que a mobilização efetiva do povo, das massas urbanas possa chegar ao ponto em que esses líderes não pudessem controlar a situação. Os riscos de uma revolução verdadeiramente popular são rejeitados sob rótulo de comunismo desagregador das tradições brasileiras, e

³³ RODRIGUES, op.cit., p. 29-30

os militares surgem como um substituto eficiente, como grupo que realiza a revolução em nome do povo, ajudado pela participação de civis esclarecidos.³⁴

Além disso, no Pará, a queda da Velha República não acontecera por uma deposição vitoriosa feita pelas forças que se insurrecionaram no dia 05 de outubro de 1930, mas de forma “pacífica” entre o discurso do depoente Eurico Valle e das forças restauradoras, com os representantes do movimento elogiando a figura do último governador do velho regime.

Apesar da resistência inicial, com o levante do 26º Batalhão do Exército — que fora sufocado e posto em fuga em direção ao interior do estado — o movimento apresentava um caráter elitista e conservador, pois não se verificou nenhuma reação dos populares a não ser meses depois da deposição vitoriosa na capital do país, assim mesmo numa manifestação espontânea comandada por alguns civis e membros do Jornal “O Estado do Pará”, que fazia oposição ao velho regime.

A vitória do movimento de 30 não modificou significativamente a face da Amazônia. A falta de um programa mais globalizante por parte dos dirigentes nacionais e uma maior competência por parte dos interventores na região não logrou um avanço significativo: faltava-lhes uma maior visão de futuro.

O caso do Pará é característico, pois todos os incentivos dados pelos governos anteriores para a incipiente indústria foram retirados em nome da quebra de privilégios. Segundo Coimbra, a série de decretos baixados por Magalhães Barata — primeiro interventor do Pará — demonstravam o seu firme propósito de anular qualquer benefício concedido pelos governos anteriores. Assim, continua o mesmo autor,

Os contratos que as usinas e fábricas de beneficiamento de borracha haviam firmado com o estado, no entender de Magalhães Barata, estavam marcados por uma “nulidade substancial insanável”. Eram considerados lesivos à fortuna pública e prejudiciais à fazenda estadual.³⁵

Da mesma forma fora o tratamento com a indústria de cerveja, com as fábricas de produtos alimentícios e outras. Além disso, permaneceu o caráter centralizador e despótico dos anos anteriores: o interventor trouxe para si a responsabilidade tanto dos atos econômicos quanto

³⁴ Id., p. 44

³⁵ COIMBRA, op.cit., p. 278

das decisões da realidade civil, ou seja, um simples contrato de aluguel de imóveis significava decisão ou arbítrio a ser tomado por ele.

Entretanto, se as mudanças introduzidas a partir do movimento de 30 não foram suficientes para a transformação civil e econômica da região, o enfoque do papel do Estado com relação à Amazônia modificou-se. Se até então as relações comerciais davam-se de forma quase autônoma com o mercado europeu — excetuando-se as políticas de impostos defendidas pelo poder central — neste momento uma dinâmica diferente começa a ser implantada, tanto pela nova concepção de Estado e de planejamento inaugurada quanto pelas crises dos mercados internacionais com a Primeira e a Segunda guerras mundiais.

Essa perspectiva é expressa no discurso de visita do Presidente Getúlio Vargas em 1934. Assim ele dizia:

O problema capital da Amazônia consiste, porém, em transformar em exploração sedentária a exploração nômade, a que até agora se tem sujeitado as suas riquezas. Para isso é preciso povoá-la, colonizando-a, isto é, fixando o homem ao solo. Mas o solo da Amazônia, exuberante em flora e fauna, com sua fertilidade impetuosa e hostil à atividade humana, é conquista certamente rude e difícil. Para realizá-la impõem-se, antes de tudo, organização e cooperação. Evidentemente, o emprego de vultosos capitais apressará a adaptação de grandes núcleos colonizadores. Apesar de não possuímos abundância de recursos, nem por isso devemos julgar o problema insolúvel. Em verdade, ele é mais complexo do que em qualquer outra região do país, visto exigir saneamento prévio das zonas mais indicadas e favoráveis ao trabalho do homem.³⁶

2.3.1 – A Revolução de 30: O primeiro Governo de Magalhães Barata

Na verdade, não havia no movimento de 30 uma perspectiva de superação do modelo capitalista vigente, mas uma dinâmica modernizadora que se coadunava com essa nova etapa de acumulação de capital. Porém, o que se torna característico nesse processo é que embora se verificasse, no discurso das elites, a existência de princípios liberais, a tardia modernização brasileira acabou por ser efetivada por um Estado centralizador e autoritário.

Por sua vez, quando se volta a reflexão para a realidade local, percebe-se que essa perspectiva de um Estado forte e centralizador foi fortalecida pela influência militar e

³⁶ Retirado da Mensagem Apresentada à Assembléia Constituinte do Estado, em 04/04/1935, pelo Major Joaquim de Magalhães Barata. Belém: Off. Graf. do Instituto Dom Macedo Costa, 1935.

integralista dos líderes envolvidos com o movimento tenentista de 1930 no Estado do Pará. O que se pode verificar é que tanto o contexto social favorecia a autonomia das oligarquias com relação às massas populares, como o processo de construção do movimento revolucionário acontecia de forma elitista, centrada nos quartéis e com o envolvimento quase inexistente de civis. E embora essas administrações representassem interesses oligárquicos divergentes, na sua essência não diferiam quanto ao papel do Estado.

De certo modo, havia uma expectativa quanto ao caráter regenerador do governo provisório, pois a realidade deixada pela oligarquia “laurista” legara à população paraense uma face cansada dos conchavos permanentes, do abandono da coisa pública, do desinteresse pelo desenvolvimento material e cultural do estado, bem como da crise financeira e, principalmente, dos “(...) *desmandos do autoritarismo ao protecionismo desleal e desonesto que enriquecera a poucos em detrimento de todos, às custas do patrimônio do Pará.*”³⁷ Esperava-se, portanto, do governo discricionário, uma ação enérgica capaz de sanear as finanças públicas, de recuperar a moral cívica e de fomentar este novo espírito patriótico do Estado brasileiro.

Assim, mais do que qualquer outro, o primeiro governo pós-movimento de 30, assumido pelo Major Magalhães Barata, fundiu-se com esse momento da história, pois tanto o contexto favorecia a ação enérgica do governante, como a maneira pela qual o interventor compreendia o papel do exército na restauração do espírito cívico nacional o fazia incorporar a administração do estado como uma missão restauradora a ser cumprida. Nesse sentido, o governador traria para si todas as responsabilidades dos atos administrativos e, de certo modo, também dos jurídicos.

Na verdade, o interventor constituía-se numa figura enigmática, amada por uns e odiada por outros. Era ele de um comportamento temperamental, de uma personalidade autoritária e centralizadora, algo próprio dos caudilhos que deram origem às formas populistas de governar e aos estados totalitários que tiveram sua origem na terceira década deste século. De acordo com Ribeiro, o interventor representava

(...) a síntese do movimento revolucionário; concentra e exacerba em si mesmo todas as virtudes e defeitos do movimento, seja em nível manifesto ou latente. E ainda que seja temerário afirmar, pelas dificuldades compreensíveis de apresentar provas; ele, num momento chave da História Paraense, reuniu e encarnou as aspirações coletivas presentes no decorrer do processo

³⁷ COIMBRA, 1979, p. 137

revolucionário. Uma revolução que não teve a pronta adesão das massas, trouxe para o poder o agitador conhecido pelas suas façanhas, pela coragem e desassombro, um homem capaz de enfrentar desafios e vencer.³⁸

De certo modo, essa imagem de um homem forte e destemido, incorporada pelo interventor, era tanto reflexo do contexto social quanto da compreensão que ele possuía da tarefa incontestada do exército ao fazer a revolução. Para ele, era preciso sanear a república, expurgando todos os vírus daninhos postos pelos políticos, introduzindo, deste modo, o espírito cívico e a moral administrativa. Assim se expressava o governador, em entrevista cedida em 1931 no Rio de Janeiro ao jornal “Correio da Manhã”:

Como prosseguimento da luta (...) cumpre agora transpor os obstáculos de ordem moral que se pretendem opor à marcha vitoriosa da revolução. Para nós, revolucionários de 1922 e 1924, não há ainda louros conquistados. O mais fácil foi depor as oligarquias que empolgavam o poder: o mais difícil é sanear a República, por forma que o vírus da politichalha profissional infiltrando-se nas posições de realce, nunca mais a contamine e corrompa. O movimento atual, repito, é apenas a continuação da luta muito mais dolorosa que a princípio, porque nesta é preciso, como diz Juarez Távora, dilacerar o próprio coração, destruir, se houver mister a nós mesmos, e aniquilar até os nossos amigos, se eles não se integrarem completamente no programa sadio da revolução.³⁹

Por isso, era necessário um governo forte, resolutivo, autoritário e discricionário, com poder suficiente de mando, capaz de resgatar os valores perdidos com os anos anteriores de república, recuperando a credibilidade do valor público, e do Estado como representante desse espírito cívico. Desse modo, ele continua:

Chegamos a tal estado de decadência que, a não ser com um pulso de ferro, agindo ditatorialmente, sem contemplação de nenhuma espécie com quem quer que seja, teria sido inútil todo o sacrifício pela revolução. É preciso a continuação da ditadura, até que o país esteja completamente reorganizado.⁴⁰

E mais do que isso, em uma segunda entrevista ao mesmo jornal – ainda em 1931 – ele não só reafirmou o caráter discricionário e antidemocrático de seu pensamento como também estabeleceu o aspecto iluminado do movimento de 30 em que, além da tarefa de realização da probidade administrativa, caberia à revolução tirar da ignorância cívica toda a

³⁸ RODRIGUES, op.cit., p.57

³⁹ Entrevista de Magalhães. Concedida ao “Correio da Manhã” do Rio de Janeiro, e transcrita no “Estado do Pará” - cd. De 10/01/1931 *apud* COIMBRA, op.cit., p.305

⁴⁰ Ibid.

população e conduzi-la a esse espírito de cidadania capaz de mais tarde guiar-se por si mesma, atingindo sua maioridade. Dizia ele:

Sou pela ditadura. Justifico: o pior defeito do país está na ignorância cívica de seus cidadãos. Povo ainda sem preparo cívico é o povo que não pode arcar com as liberdades constitucionais. Àquela ignorância cívica some-se a formidável parcela de desmandos e das improbidades que foram apanágio dos nossos antigos dirigentes, e têm-se, em conclusão, que o povo ainda precisa ser trabalhado eficazmente pela lição e pelo exemplo, sobretudo por este, dos seus atuais governos, no sentido de o transformar nesse povo grande que marcará os destinos do Brasil para a rota progressista que lhe está assegurada no consenso universal. (...) Por enquanto deve a nação continuar nos braços da ditadura, sabido como é que essa ditadura não é senão o regime presidido pela mais bela das máximas jurídicas: *summum cuique tribuere*.⁴¹

Esta veia modernizante conservadora do movimento de 30, de um Estado forte e ditatorial pensada pelos militares, mostrou-se ainda mais incisiva no pensamento do interventor, quando em 1935 ele enviou sua mensagem à Assembléia Constituinte do Estado, em que, além de demonstrar o caráter temperamental de sua personalidade, reafirmava o espírito de missão do exército, e a necessidade de continuidade do estado discricionário para a iluminação social. Mais que isso, demonstrava seus fundamentos de percepção social nos princípios do integralismo brasileiro.

Assim, portanto, expunha o governante inicialmente o aspecto formativo de sua personalidade, do qual diria ele:

No seio do Exército, entre as severas paredes da caserna, agasalhei minha juventude, decorreu minha mocidade, e, sob império educador dos regulamentos militares, formei meu caráter, robusteci minha vontade, fiz curso de austera disciplina – de praça de pret a oficial superior – quase convencido de que é ‘tão nobre obedecer quanto comandar’. Nos quartéis aprendi normas de civismo e a sentir o horror a tudo quanto é falso, artificial, arranjado e mentiroso. Desenvolvi e comodei os sentimentos e probidade, desprendimento, lealdade e franqueza, que herdara de meu velho pai; criei profundo amor ao trabalho, adquiri o espírito de sacrifício, acostumei-me a ser firme, resoluto, decidido, e tenaz, sincero até no reconhecimento do próprio erro, para recuar e saná-lo ou repará-lo; forjei a independência moral de que me gabo e a coragem aberta das atitudes francas; deixei nascer e enraizar-me em mim o desprezo pelo covarde e o respeito pelo valente; a estima e o afeto pelo humilde e pelo fraco e a repulsa veemente pelo orgulhoso e pelo forte. Mais do que tudo isso, a caserna me ensinou a consciente devoção do dever e o amor à pátria, que pratico com

⁴¹ Entrevista concedida por Magalhães Barata ao “O Jornal” da cadeia dos Diários Associados do Rio de Janeiro e transcrita em “O Estado do Pará – ed. de 08/05/1931 *apud* COIMBRA, *op.cit.*, p.314

fervoroso entusiasmo e permanente dedicação só limitada pela morte.⁴²

Em seguida, refere-se ao militar como sendo o redentor da nação e profundo conhecedor da realidade nacional:

O militar é, sobretudo, aquele que viveu algum tempo no âmago de nossos sertões como nós, revolucionários de 24, sabe bem de que necessita o Brasil, e é esse conhecimento prático que lhe deu ao idealismo o impulso que o levou além das correntes partidárias, além dos interesses de classe, para encarar um plano mais elevado o problema nacional dentro da nova ordem de causas criadas no mundo geral. De guarnição em guarnição, ora numa cidade do interior, no coração do Brasil, ora numa capital de vida intensa, como São Paulo, Rio ou Porto Alegre, ora no extremo norte, ora no extremo sul; hoje na orla da fronteira e amanhã num centro goiano, quer na bordura litorânea do Atlântico, quer nas ribanceiras fluviais, as mais longínquas; aqui, lidando com o formigueiro das populações urbanas; ali pernoitando nos ranchos e ouvindo a queixa contada dos pobres campôios ou a palestra dos senhores de terras e engenhos, o militar, como bem poucos, conhece o cortejo dos males nacionais, desde o entupimento das grandes cidades ao abandono das massas rurais do interior.⁴³

Mais adiante reafirma sua visão antidemocrática fazendo profundas críticas à reconstitucionalização do país, compreendendo-a como uma certa derrota e desvio dos verdadeiros ideais do movimento de 30. Do mesmo modo, revela a dimensão integralista de seu governo fazendo referências ao pensamento de Plínio Salgado e sua concepção sobre a realidade brasileira. Assim, então se expressa Magalhães Barata:

Foi essa a grande vitória da corrente política contra o idealismo revolucionário dos tenentes, vitória suavizada pela eleição do Dr. Getúlio Vargas e pela criação de alguns dispositivos constitucionais, mas à custa do sacrifício total da idéia máter da reconstrução pela base, após longo período ditatorial em que se processasse a nova mentalidade brasileira. Revelou-se, então, aos olhos dos revolucionários militares, a inconveniência da aliança com os políticos cujo domínio desejamos evitar para que a revolução não fizesse a famosa 'obra de fachada'. Si como alguns afirmaram, a Revolução fracassou, foi porque não teve tempo de modificar a mentalidade do país.⁴⁴

E acrescenta:

Para remediar tamanhos males, o Sr. Plínio Salgado prega a mobilização das forças intelectuais e morais da nacionalidade e unidade do pensamento nacional. Mas, como será feita essa

⁴² MENSAGEM Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em sessão solene de sua instalação, a 04/04/1935, pelo Major do Exército Joaquim de Magalhães Barata. Belém: Off. Graf. do Instituto Dom Macedo Costa, 1935. p.7

⁴³ Id., p. 9

⁴⁴ Id., p. 11

mobilização, essa unidade, sem o fator tempo? Como realizar obra tão intensa e profunda, quando os nossos dirigentes, cativos do mimetismo que até hoje nos infelicitou, perderam a grande oportunidade de 89 para nos darem um direito constitucional ao qual jamais a deficiência da nossa mentalidade poderia responder? O povo que tomara para si o estatuto de Filadélfia de 1776 (e Plínio Salgado um dos que isso nos recordam) teve como substrato o pano moral do colono inglês, o puritano austero e virtuoso, temente a Deus, amante fervoroso da liberdade, e, portanto, senhor fleumático do direito constitucional que adaptara, por tais normas ele já as trazia armazenadas em si mesmo, de sorte que se tornara impossível o entrecchoque entre a sua mentalidade e aquele direito, pois que a própria guerra de sucessão servira para fortificar os pontos débeis da sua grande e severa estrutura moral.⁴⁵

E continua:

Se nos tivéssemos tido, mesmo em pleno regime federativo, aquela capacidade, cuja ausência o chefe do integralismo lamentou, de saber expressar soluções definitivas e aquela unidade de pensamento que ele apregôa, no lento desdobramento da engrenagem administrativa, não só preconizaríamos o prolongamento da ditadura como estagio necessário à elaboração de uma nova mentalidade brasileira. Continuando a contrariar meus hábitos, de só traduzir o que penso e o que sinto, tendo surpreendido o caso brasileiro que eu mesmo há muitos anos vejo com os meus olhos e ouço com meus ouvidos, dou-me o luxo de citar de bom, para com ele afirmar que as grandes revoluções só o são dos costumes e pensamentos. Sacudir as instituições de uma nação e lhe não renovar a alma pelo âmago não é fazer revolução. Assim o Brasil, mesmo com a arrancada de 1930, ainda não teve uma grande revolução, o que não impedirá que ela venha, para somente depois que estabelecer o equilíbrio entre o povo e a terra, entre governados e governantes, criar ritmo de sua evolução. Eis aí porque somos partidários da ditadura prolongada: esta nos traria o fator tempo, necessário para fazer integralmente a Grande Revolução, isto é, modificação dos nossos costumes e hábitos, forjando outra mentalidade, no sentido das inclinações e pensamentos do povo brasileiro.⁴⁶

É inegável que os quatro primeiros anos de implantação do novo regime em nível nacional não se deram de forma pacata e tranqüila. As mudanças que se buscava introduzir nas antigas estruturas sociais não só abalaram os costumes tradicionais como criaram profundas resistências por parte de setores importantes que agora se encontravam afastados da estrutura do poder.

Os rumos que seguira o movimento de outubro de 1930, de certo modo, não diferiam muito da velha metodologia política de manter-se no poder, embora em diversos

⁴⁵ Id., p. 12

⁴⁶ Id., p. 13

estados da federação houvesse acontecido grandes resistências aos interventores escolhidos, levando inclusive o governo central a efetuar diversas substituições. Esta realidade não seria tão diferente nos quatro anos de governo do Major Magalhães Barata. Sua forma ditatorial e autoritária de governar não só ocasionara fortes resistências sociais, como abria fissuras na própria composição do governo discricionário. Entretanto, a maneira como ele se relacionara com a massa popular transformara-o num líder profundamente amado pelo povo.

Na verdade, sua administração, além de ser um reflexo direto de sua concepção social, acabava por reproduzir a dimensão complexa do discurso modernizador e autortário de 30, bem como, se constituía produto direto dos confrontos oligárquicos existentes na realidade local.

As medidas tomadas pelos governos discricionários refletiam obviamente essa realidade. Caminhavam na direção prioritária de sanear o erário público, resgatar a probidade administrativa e fazer a recuperação financeira do Estado; em seguida, enfrentar os desmandos dos grupos oligárquicos tradicionais e os favorecimentos políticos e, por fim, resgatar a dignidade da população com medidas que favorecessem sua formação e, do mesmo modo, recuperassem sua existência material.

Por isso, suas primeiras ações governamentais seguiram esse rumo. Inicialmente revalidou o decreto da Junta Governativa que revia todas as concessões de terras e os arrendamentos dos castanhais, que foram efetivadas sob o privilégio espúrio dos favorecimentos políticos dos governos anteriores. Em seguida, tratou de desmontar as organizações políticas dos setores vencidos, efetivando o confisco da sede do Partido Republicano Federal e todos os equipamentos de seu órgão de divulgação que fora o jornal “A República” e no momento chamava-se “Correio do Pará”. Efetivou cortes nos incentivos à indústria incipiente que havia no estado, por considerar tais privilégios lesivos e prejudiciais ao sistema fazendário. Isto incluía tanto as indústrias de borracha crepe, as cervejarias paraenses que gozavam de isenção de impostos e ainda a fábrica de produtos alimentícios, como a Fábrica Palmeira. Além disso, decretou a diminuição imediata do valor dos aluguéis de casas e prédios residenciais. Essas medidas, embora tenham causado grande enfurecimento nos proprietários, tiveram, em contrapartida, uma enorme repercussão social.

No que se referia à reforma administrativa, baixou um decreto, em dezembro de 1930, definindo os preceitos da moral política, como uma forma de enfrentamento às oligarquias depostas. Assim afirmava o decreto em uma de suas partes:

Considerando que uma das suas causas de tais descabros morais foi a expressão oligárquica e a preponderância facciosa dos partidarismos extremados que sempre subalternizaram o bem da pátria comum pelos interesses personalíssimos; faz público a quem interessar possa e fielmente deva cumprir: Ficam desaconselhados provisoriamente as organizações partidárias, não se justificando que esta ou aquela personalidade se arrogue o título de chefe de partido. 2- Aos prefeitos do interior essa recomendação restringe os atos às suas exclusivas funções administrativas, que assim ficarão limitados: a) criar, empregar e fiscalizar, com acerto, as verbas, que não permitirão excedentes as receitas dos municípios; b) manter funcionários restritos às necessidades do serviço público, mas com absoluto escrupulo sobre idoneidade moral de tais auxiliares; c) zelar por tudo que diz respeito à expansão administrativa, extinguindo ou vendendo tudo que seja supérfluo aos gastos das prefeituras e evitando criar outras verbas que incidam em desequilíbrios orçamentários. 3- Os assuntos policiais são de exclusiva alçada das autoridades competentes, sobre o que os senhores prefeitos não poderão de qualquer forma intervir. Tais autoridades policiais não se entenderão com os senhores prefeitos sobre matéria de suas repartições. 4- os senhores magistrados e os órgãos do Ministério Público também não receberão interferências, em seus atos da parte dos chefes dos municípios. 5- O governo não consentirá que as autoridades, valendo-se do prestígio de seus cargos, façam coação ou promovam perseguições ou vinganças a quem quer que seja. Deverão ser observados rigorosamente as determinações acima sem o que ficarão os infratores sujeitos às consequências de seus atos, e tidos como traidores da revolução.⁴⁷

Segundo Coimbra, a redação do decreto fora muito bem recebida pela sociedade, inclusive pelo principal órgão de oposição que era o jornal “Folha do Norte”, pois não só evitava a pressão política e a perseguição pessoal, como definia os papéis dos poderes. Porém, para o autor, o documento demonstra também,

(...) o desprezo que Magalhães Barata sentia pelas atividades político-partidárias, e a intenção de chamar a si a chefia de qualquer atividade futura neste setor. Reduzia os prefeitos a meros gerentes municipais, limitando suas atividades, e impondo uma extrema submissão deles ao governo estadual, eliminando, dessa forma, qualquer veleidade municipalista e estrangulando a célula política do organismo nacional. Por intermédio do sistema de segurança policial e dos órgãos judiciais, o governo do estado atuaria sem empecilhos nos municípios e, quando julgasse

⁴⁷ Decretos e Portarias do Governo do Estado do Pará, de 1929 a 1931 *apud* COIMBRA, op.cit., p. 283-284

conveniente organizaria, sob sua suprema orientação, as forças políticas daquelas áreas do Estado.⁴⁸

Ainda quanto à realidade administrativa e financeira, procurou efetivar um enxugamento da máquina do Estado, extinguindo cargos e expurgando órgãos e funcionários desnecessários ao funcionamento do gerenciamento público. Cortou gastos e procurou fazer uma reforma tributária, que reviu subsídios, valores e taxas dos pagamentos de impostos. Da mesma maneira que procurou sanear as finanças públicas e colocar em dias o funcionalismo público, tomou medidas que visavam sempre o enfrentamento com as oligarquias tradicionais, através do confisco de bens de antigas autoridades governamentais do estado e da revisão de pensões e pagamentos indevidos.

Quanto à dimensão político-social de seu governo, esta reforçava o caráter centralizador de seu pensamento, pois uma nova forma de relação entre governo e sociedade fora estabelecida. A máxima revolucionária de que o suporte de legitimidade social seriam “os braços da população”, parece ter sido seguida a contento. Assim, inaugurara-se o estilo próprio de relação com os setores populares: superaram-se as distâncias entre governantes e governados, próprios do período anterior, abriram-se as portas do Palácio Governamental a qualquer indivíduo, não havendo distinção de raça, gênero ou classe social. Qualquer pessoa poderia ser recebida em audiência, ou em certos casos, bastava apenas a espera do final do expediente para ser recebido.

Esse fato indicava que o governador ocupava um tempo significativo com coisas menores, como simples litígios matrimoniais e pendências de aluguéis. Além do que, em sua administração iniciou-se uma forma itinerante de governar, uma vez que foram visitados os mais recônditos lugares do Estado, principalmente aqueles onde nunca fora recebida nenhuma autoridade governamental, e mais do que isso, sua comitiva era sempre acompanhada de serviços sociais, como médicos, odontólogos, cabeleireiros, etc. Tal relação não só o aproximava da população como o transformava, dentro de um contexto social de profunda carência, tanto de direitos sociais como de bens materiais, em um grande líder, amado e identificado com os pobres. A imagem, portanto, era a do mediador permanente que incorporava em si a figura do Estado.

⁴⁸ COIMBRA, op.cit., p. 284



Porém, é importante ressaltar que muito embora o discurso oficial caminhasse em direção à identificação com as camadas populares, isto não significava dizer que em seu projeto social os setores organizados ou os movimentos sociais fossem referência como agente efetivo de seu programa. Ao contrário, assumiam o aspecto de meros componentes coadjuvantes de sua mentalidade de governo. Como diria Coimbra,⁴⁹ a falta de uma visão mais sociológica e que simbolizasse os setores populares, levava a compreendê-los dentro do universo do pobre, no qual, solucionados os seus problemas assistenciais, resolver-se-iam seus problemas sociais.

Do mesmo modo, a falta de uma compreensão maior da relação que se estabelecera entre o capital e o trabalho levou o Governador a pensá-la como um problema de altruísmo social entre as classes, em que bastava apenas uma ação enérgica e administrativa, seguida de uma firme formação patriótica, para que fossem solucionadas as divergências no tecido social. E além disso, seriam esses firmes elementos que evitariam a penetração de ideologias contrárias às tradições brasileiras, como o pensamento marxista soviético. Assim, portanto, em sua mensagem à Assembléia Constituinte, em 1935, refere-se o governador quanto à questão social,

O problema social, esse teve todo o nosso carinho, o nosso desvelo, desde a primeira hora do nosso governo; prova-o a criação da Assistência Judiciária, cujas portas estão abertas à queixa do pobre e do humilde, contra o mau rico, contra o poderoso mau; prova-o a Curadoria dos Acidentes no Trabalho; prova-o a organização cívica da Federação Brasileira do Trabalho que é o quartel general contra as doutrinas extremistas. Sob a orientação do nosso governo, procurou-se dar ao nobre operário paraense a necessária resistência cívica, único e verdadeiro remédio contra a infiltração destruidora daquelas doutrinas. A idéia de Pátria é a força nutriz que há de banir do nosso território sentimentos e princípios estranhos à índole, aos costumes, às crenças nacionais e ao culto da Família, que, no Brasil, ainda é e será sempre a solda coesiva da nacionalidade.

E acrescenta,

O meu governo tem dito e repetido ao nosso operariado, que essas leis visam o entendimento, a concórdia, a harmonia entre duas poderosas classes, para o bem geral da coletividade, quer esta seja o Estado, esta seja o publico consumidor. E tenho fé que no Pará, graças a atuação conciliadora da autoridade, à boa vontade inteligente e patriótica da Federação Brasileira do Trabalho e do Sindicato dos Industriais, e de outras associações patronais, não haveria mais dissídios nem mal entendidos, unidos todos, operários

⁴⁹ Id., p. 320

e patrões, pelo laço poderoso aos interesses comuns às duas classes e à coletividade, tendo sempre a assistência do governo.⁵⁰

Em resumo, poderíamos dizer que apesar do governo de Magalhães Barata significar a esperança de regeneração do papel do Estado, acabou por constituir-se um reflexo direto do contexto social no qual se dera o movimento de 30 no Estado. Na realidade, mesmo que se falasse em renovação do espírito nacional, os mesmos erros dos governos anteriores permaneceram. A compreensão do papel do Estado mantinha-se autoritária e centralizadora, com o interventor trazendo para si todas as responsabilidades sociais. Permanecia o caráter oligárquico do governo, ao manter os favorecimentos políticos a seus correligionários, principalmente no que se referia à administração dos castanhais.

Quanto à relação entre o governo e a população, embora se tenha quebrado a distância entre eles, os setores sociais eram sempre vistos como elementos coadjuvantes dos interesses governamentais. Criou-se uma nova relação, porém num populismo que mais concentrava do que trazia a massa a participar das decisões. Em síntese, como diz Ribeiro,⁵¹ o interventor representava as contradições e as benesses do novo regime.

2.3.1.1 - O Governo de Magalhães Barata e a Educação

Ao procurarmos compreender o processo educacional durante esse período, faz-se necessário colocar em destaque determinados aspectos capazes de revelar-nos o sentido objetivo da educação nesta etapa do desenvolvimento histórico da vida paraense. De início, consideremos o significado simbólico da educação, ou seja, seu caráter ideológico, que tanto influencia o contexto social no qual está inserido, como sofre influência direta da mentalidade social e das concepções dos realizadores de tais políticas. Em seguida, tem-se a dinâmica própria da realidade educacional que, embora não seja autônoma das injunções sociais, deixa revelar através de sua prática pedagógica, leis, decretos e dados — sejam eles quantitativos ou qualitativos — o sentido último da educação.

⁵⁰ MENSAGEM apresentada à Assembléia Constituinte do Estado do Pará, em sessão solene de sua instalação, a 04/04/1935, pelo Major do Exército Joaquim Magalhães Barata. Belém: Off. Graf. do Instituto Dom Macedo Costa, 1935. p.20

⁵¹ RIBEIRO, M. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 14ª ed. Campinas: Autores Associados, 1979.

Desse modo, quando procuramos entender o sentido simbólico que a educação assumiu durante o primeiro governo discricionário, parece-nos que a compreensão de Olavo Bilac, em 1916, sobre a defesa nacional, é o retrato antecipado da mentalidade regeneradora e militar que servirá de inspiração ao desenvolvimento da educação durante esta etapa pós-movimento de 30 no Estado do Pará.

A citação a seguir demonstra a concepção da caserna quanto à função que deveria assumir o contingente militar na sociedade brasileira. O que ela expressa vai muito além de uma simples defesa nacional, pois significa uma proposta de formação para os militares, formação esta que extrapolava a segurança neutra dos quartéis, representava um programa político, uma proposta efetiva de administração e organização social.

Assim dizia Bilac:

A defesa nacional é tudo para a nação. É o lar e a pátria, a organização e a ordem da família e da sociedade; todo o trabalho, a lavoura, a indústria, o comércio; a moral doméstica e a moral política; todo o mecanismo das leis e da administração; a economia, a justiça, a instrução; a escola, a oficina, o quartel; a paz e a guerra; a história e a política; a poesia e a filosofia; a ciência e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade.⁵²

Mesmo que essa não fosse a única concepção forjadora do papel social que deveria assumir a armada militar — já que existiam outras que o definiam, incluindo o caráter profissional — a mesma sobressaía-se, com a sua função precípua residindo no caráter intervencionista da ordem jurídico-política como principal agente protetor e regenerador dos princípios essenciais do espírito cívico nacional. Assim sendo, estava implícita, bem antes da década de 30, nos discursos oficiais das forças armadas, uma clarividência de que o novo social deveria ser forjado no seio da caserna. Era ela, então, a predestinada que teria os instrumentos necessários capazes de dar ao país um projeto global e amplo de sociedade que iria desde a questão ético-administrativa à moral-cívica e política da nação brasileira.

Esta mentalidade inscrita nos anais da armada militar, de uma instituição racional e iluminada, forjadora do novo social, não só estaria incorporada ao ideal do movimento tenentista em todo o território nacional, como encerraria, no estado do Pará, a perspectiva educacional que estava presente na concepção do primeiro governo discricionário, pois, além das características que assumira o movimento na região, influenciado pelo contexto

⁵² BILAC *apud* HORTA, op.cit., 1994

social, poderíamos também explicar essa realidade pelo caráter temperamental e autoritário do pensamento do interventor. Para ele, não só era necessário imprimir na sociedade a probidade moral e o espírito cívico, como enfrentar os vírus introduzidos pelos desmandos das oligarquias anteriores. Isto deveria ser feito não apenas através de medidas saneadoras das políticas administrativas, mas também por meio de uma ação formativa firme, que incluísse, além de uma recuperação material da população, com decisões que superassem o empobrecimento ocasionado pelo isolamento territorial, uma tentativa de superação da minoridade social. Assim, entre outras coisas, era necessário enfrentar o analfabetismo existente, a fim de que se pudesse introduzir o verdadeiro sentido da cidadania e do nacionalismo.

Esta cidadania, ainda segundo o pensamento do interventor, estava circunscrita à dimensão da formação de uma raça forte e patriótica que, ao lado da saúde e higiene do povo, constituiriam o papel essencial da educação, qual fosse o de inculcar nas novas gerações aquilo que estava presente nos ideais da revolução, ou seja, os valores da Pátria e o espírito cívico dos militares.

Assim, diria ele que, ao lado do ensino,

O problema da higiene merece um especial carinho de um governo patriótico, é preciso de uma assistência permanente às populações pobres do interior que as doenças regionais corroem e milificam embotando-lhes todas as energias necessárias e também resguardar o Brasil futuro com uma assistência permanente à infância e com uma higiene escolar rigorosíssima, firmando enfim uma raça forte.⁵³

E continua falando sobre o papel da educação:

É um dos mais graves da hora presente. Sem a base de uma mentalidade formada desde os bancos escolares nos princípios e idéias revolucionárias, a revolução fracassaria futuramente, por falta de apoio no espírito das massas. E para chegar a esse ponto é preciso aparelhar praticamente o ensino a fim de iniciar nas escolas esses ensinamentos. Havemos de começar pelo ensino elementar, isto é, pela alfabetização da raça difundindo o ABC.⁵⁴

E acrescenta:

Far-se-á isto, então, porque o Brasil, na sua grandeza, sua estabilidade repousa exclusivamente nas gerações futuras, cuja

⁵³ Entrevista de Magalhães Barata, concedida ao "Correio da Manhã" do Rio de Janeiro, e transcrita no "O Estado do Pará" – cd de 10/01/1931 *apud* COIMBRA, *op.cit.*, p.306

⁵⁴ *Ibid.*

formação deve ser feita atentamente nos puros e sãos princípios revolucionários.⁵⁵

Esta maneira de compreender a educação como elemento ideológico e inculcador da cidadania pensada no seio dos militares, e como forma de resistência aos desmandos das oligarquias tradicionais, tornou-se ainda mais fortalecida em sua segunda entrevista, em 1931, quando ao ser questionado sobre a permanência ou não do período discricionário, reafirmava que o fim só seria possível quando efetivamente o novo espírito patriótico estivesse formado, e que para tanto seria necessário conduzir o processo de educação das massas para tal feito,

Assim faça cada um em seu estado o que aqui comecei a fazer: instruir o povo por meio de palestras cívicas, em que o patriotismo brasileiro se dilata e se expanda e, dentro do prazo que não será muito longo, teremos uma Pátria grande na sua geografia, mas maior nos anseios cívicos de sua gente, preparada e culta para receber os dogmas constitucionais.⁵⁶

E apresenta, em sua mensagem à Assembléia Constituinte em 1935, o projeto do espírito nacional pensado como missão pelos militares, como forma de conduzir a noção aos filhos da revolução, superando, efetivamente, os desmandos das oligarquias anteriores. Assim ele diria:

Sentindo tudo isso, o militar como brasileiro e como homem, não poderia deixar de aquecer o seu idealismo ao calor generoso das aspirações universais, sonhando e querendo dias melhores para o nosso país, mas na diretriz da nacionalidade, ao saber das nossas qualidades fundamentais de bondade e inteligência, bravura e delicadeza, mas corrigindo, pela educação e instrução, os defeitos de origem e que a malfadada orientação dos nossos governantes favorecem e cultivam com o criminoso interesse de mando e de poder.⁵⁷

Contudo, era verdade que atravessávamos uma nova fase de acumulação de capital, que apontava para uma dinâmica urbano-industrial sob os auspícios dos valores liberais burgueses. Assim, mesmo que esses valores liberais correspondessem a um processo de

⁵⁵ Entrevista de Magalhães Barata, concedida ao “Correio da Manhã” do Rio de Janeiro, e transcrita no “O Estado do Pará” - ed. de 10/01/1931 *apud* COIMBRA, op.cit., p.307

⁵⁶ Entrevista de Magalhães Barata, concedida ao “O Jornal” da cadeia dos Diários Associados do Rio de Janeiro e transcrita em “O Estado do Pará – ed. de 08/04/1931 *apud* COIMBRA, op.cit., p.315

⁵⁷ Mensagem apresentada à Assembléia Constituinte do Estado do Pará, em sessão solene de sua instalação, a 04/04/1935, pelo Major do Exército Magalhães Barata. Belém: Off. Graf. do Instituto Dom Macedo Costa, 1935. p.10

renovação social, sua compreensão não era unitária, favorecendo tanto o discurso de uma modernização democrática, de uma “sociedade aberta”, quanto de uma modernização autoritária vinculada a princípios tipicamente militares e integralistas.

Esta reflexão torna-se importante neste momento porque é esta perspectiva integralista e militar que se mostrará norteadora dos pensamentos e das ações do governo local, seja em nível administrativo ou na definição do fim último da educação no estado. Portanto, uma perspectiva que prescrevia em si a educação como elemento altruísta, próprio das interpretações positivistas comtianas de sociedade, exercendo a função propícia de homogeneizadora das classes sociais e da evolução permanente do tecido social. Esta forma de compreensão revela-se no papel que a educação assume como formadora do espírito cívico e da higiene da raça, ressaltada na formação das massas populares e na organização dos atores coletivos — professores, operários, empresários etc. — reunidos a partir de seus organismos representativos, sob a proteção do poder governamental.

É inegável que um dos muitos aspectos identificadores de uma ordem totalitária é a relação de tutela que se procura estabelecer entre governantes e governados. Torna-se evidente, para a manutenção da unicidade sistêmica, a necessidade premente de controle, através do Estado, sobre o movimento e as ações individuais e coletivas dos diversos setores sociais. Tudo isso sob a adoção de instrumentos mediadores que vão desde a criação de uma legislação tutelada, assistencial, organizativa, a medidas extremadas de cunho coercitivo que visam a neutralizar as resistências provenientes dos desajustes da ordem social.

Essa compreensão funcionalista do papel do Estado encontra-se presente durante quase todo o período que vai da tomada de poder pelas Forças Armadas ao estabelecimento do Estado Novo. Havia, evidentemente, durante o governo de Getúlio Vargas, a criação de instrumentos modernizadores na esfera econômica, social, administrativa e educacional, porém, centralizados nos organismos do Estado, como forma reguladora e redistribuidora das demandas emitidas pela sociedade. Assim, se esta constatação constituía-se a tônica em nível nacional, o que dizer da realidade local, cuja conjuntura e contexto favoreciam uma intervenção autoritária por parte do governo discricionário? E, do mesmo modo, o que se dizer da educação?

Essas são questões que traduzem a outra face dos discursos que se faziam presentes em parte dos setores nacionais envolvidos no movimento de 30, e nos indicam o caminho para o entendimento das ações decorrentes do pensamento oficial do governo discricionário sobre a sociedade e a educação sendo esta última vista como elemento inerente à estrutura orgânica da solidariedade social, ou seja, em conformação com a saúde higiênica do povo e a necessidade assistencial de controle do Estado sobre as diversas camadas sociais.

Como diria o interventor:

(...) o problema social não se restringe ao caso operário, a luta de classes. É ilimitado; penetra toda a organização social e eis porque tenho feito quanto posso pela saúde pública, pelo ensino obrigatório, pela educação cívica, pelo amparo à infância desvalida e abandonada, pela assistência judiciária, pela juventude delinquente, pela moralização independência da justiça, por todos esses fatores, enfim, que constituem ou influem na existência geral da sociedade.⁵⁸

Essa maneira totalitária e assistencial de entender a sociedade estivera inclusa em sua relação com os setores representativos da educação. Segundo Damasceno (1993), a realidade histórico-social definirá as ações assumidas pelo Major Magalhães Barata em direção aos movimentos de professores e estudantes. De um lado, uma relação de tutela e subordinação com a Associação de Docentes e de outro, uma ação quase aniquiladora, em uma operação de guerra, com o intuito de refrear o confronto e a resistência dos descontentes com a ordem estabelecida.

A primeira medida que fortaleceu essa imagem do governo com relação aos docentes foi a autorização da execução de uma ampla investigação no âmbito do magistério, com o intuito de verificação da idoneidade e probidade moral dos professores, em todas as esferas do poder constituído. Paralelamente, com o interesse de controle de suas ações, foram criadas caixas escolares como um fundo de financiamento aos alunos necessitados que, além da contribuição de outros setores, seriam mantidas pelos recursos provenientes das punições aplicadas aos referidos docentes. Na afirmação do interventor,

(...) pelas gratificações que os professores e funcionários administrativos do ensino primário deixarem de receber, por faltas justificadas, e com vencimentos integrais das injustificadas; pelos auxiliares dos professores municipais; pelo produto de multas aplicadas aos professores públicos que deixarem de comparecer às bancas de exames para que foram designados e aos membros do Conselho de Educação; pelo produto das multas cominadas ao

⁵⁸ Id., p.21

professorado particular; pelo produto das multas aplicadas aos professores públicos por motivo de infrações disciplinares e pelo produto da venda do copo de leite ou sopa escolar.⁵⁹

Porém, é característico de um Estado discricionário que, além da utilização de instrumentos coercitivos e moralizadores do comportamento e das ações públicas dos estamentos sociais, o controle seja efetuado através da criação de organismos representativos que favoreçam a tutela dos demais segmentos sociais, sob o domínio das elites dirigentes. Esta concepção ampara-se em princípios populistas e autoritários que buscam, com a adoção de benesses e favorecimentos do Estado, a conformidade sistêmica. Estes preceitos gerais, de certo modo, não diferem do entendimento local, pois quando em 1933 foi fundada a Sociedade Paraense de Educação, buscava-se, além de congregar o conjunto dos professores em uma entidade de defesa de seus direitos, um elo mediador entre as necessidades da categoria e o controle objetivo através das dádivas do Estado.

Isto fica claro em alguns objetivos previamente estabelecidos para a criação do estatuto da referida entidade:

1º - Congregar o professorado para em harmonia com os poderes públicos desenvolver uma ação mais forte e constante em torno da grande obra educacional ao povo brasileiro.

2º - Pleitear, junto às autoridades competentes, os justos interesses dos seus associados, pugnando pela defesa da classe na tribuna e na imprensa.

3º - Promover, de acordo com a Diretoria Geral do Ensino, a disseminação dos novos métodos pedagógicos em todas as escolas públicas e particulares existentes no Estado, de modo a conseguir, tanto quanto possível, uma uniformidade educacional. (...)

10º - Estimular no seio do professorado o sentimento de personalidade e a faculdade de iniciativa particular a bem dos interesses da escola e do progresso do ensino.

11º - Prestar, conforme os recursos da sociedade, assistência material e moral aos sócios.⁶⁰

Esta relação de tutela tornou-se ainda mais contundente quando o jornal “O Estado do Pará” publicou, em sua edição de 06 de outubro de 1934, o seguinte manifesto dos professores ao então governador do Estado Major Magalhães Barata:

MANIFESTAÇÃO DO PROFESSORADO PÚBLICO AO SR. MAJOR MAGALHÃES BARATA.

Essa prova de apreço realizar-se-á amanhã no Palácio Theatro.

Movimenta-se o professorado público do Estado para expressar em manifestação de Grácie público o seu apreço e simpatia ao Sr. Major

⁵⁹ Id., p.203

⁶⁰ Apud DAMASCENO, op.cit., p. 50-60

Magalhães Barata, interventor federal, como prova de reconhecimento aos benefícios demandados do seu governo em favor do professorado público paraense, bem como a causa da instrução na nossa terra.

Essa manifestação que se revestirá do excepcional brilhantismo, realizar-se-á no Palácio Theatro, gentilmente cedido pela empresa Teixeira Martins à comissão promotora da homenagem.

(...)

Essa comissão já deu início à missão que lhe foi confiada pela classe, convidando várias autoridades, associações e pessoas gradas para assistirem a manifestação ao Sr. Magalhães Barata.

Também nessa ocasião S. Excia. receberá a solidariedade do professorado paraense, pois os elementos de classe que serve no interior aderiram ao movimento dos seus colegas da capital.

Uma comissão de professores convidou o Dr. Amazonas de Figueiredo, diretor de educação, para assistir as solenidades, tendo essa autoridade de ensino aquiescido prazerosamente o convite.⁶¹

Seguindo esta linha de reflexão acerca do caráter militar e integralista que assumira a educação no pensamento do governo discricionário iremos observar que, quando esse controle é insuficiente através da adoção de instrumentos coercitivos, busca-se estabelecê-lo através da força. Será, portanto, nessa direção a relação do governo com as resistências dos estudantes ao Estado discricionário.

É verdade que as atividades dos estudantes assumiram um novo papel a partir de 1930, não só pela ampliação das oportunidades educacionais e o envolvimento maior dos setores secundaristas, juntamente com os acadêmicos nos setores sociais, como também pela influência de movimentos de resistência que extrapolavam a simples reivindicação de direitos e caminhavam para a superação do sistema. Contudo, é evidente que a relação de tutela que se estabelecia por parte do governo com os setores sociais também exercia uma forte influência no meio estudantil. Até certo ponto, era tida como louvável e servia para o desenvolvimento da saúde cívica e moral da nação. Entretanto, quando as ações estudantis confrontavam-se com a ordem estabelecida, recebiam o rótulo de subversivas e antipatrióticas. É o que explica Eidorfe Moreira quanto à atuação estudantil durante esse período. Algumas vezes, diria ele,

(...) esta participação tem se orientado no mesmo sentido da linha de atuação dos poderes constituídos, e neste caso é tida como "benemerita", "humanitária" ou "patriótica", conforme os objetivos visados e o qualificativo a calhar na ocasião; na maioria das vezes, porém, pelo simples fato de envolver reivindicações sociais, defesa dos interesses de classe ou oposição a esses mesmos

⁶¹ Id., p. 58-59

poderes constituídos, tal participação passa a ser considerada "subversiva", "impatriótica", etc., de acordo com o "grau de nocividade" em que for tida no caso. A adjetivação varia portanto ao sabor das conveniências políticas das classes dominantes.⁶²

Torna-se importante seguirmos o pensamento desse autor porque além de ser um estudioso do momento a que nos referimos, seus relatos expressam a experiência viva de quem participou efetivamente dos acontecimentos do período. Segundo ele, as lutas não estavam apenas circunscritas ao âmbito das necessidades sociais, mas também às reformas educacionais estabelecidas neste momento, em particular, a pontos definidos pela reforma Francisco Campos; entre eles, a dilatação do período de dois anos no ensino secundário, que teve como consequência o retardamento do ingresso dos alunos no curso superior. Como afirmava o autor,

(...) não houve a devida preparação de terreno para sua implantação, de modo que a reforma causou uma desorientação geral dos espíritos. Ao salientar esse fato no seu belo discurso de comemoração dos 127 de fundação do Ginásio, Orlando Bitar considerou por isso sua turma "cobaia experimental" da reforma.⁶³

O ápice da resistência e do confronto aconteceria em 1932, sob a influência das reformas educacionais introduzidas pelo movimento revolucionário e capitaneado pelas medidas antipopulares do governo discricionário, além do ensejo do levante constitucionalista de São Paulo, que tivera uma forte repercussão no estado. Segundo o mesmo autor, em 1932, além dos pontos da reforma Francisco Campos, a elevação das taxas do ensino secundário no estado seria o estopim da resistência estudantil, principalmente porque dificultava o acesso de alunos de menor poder aquisitivo ao sistema de ensino, constituindo, assim, uma traição aos ideais da revolução. Segundo Moreira,

Até então os alunos pagavam taxas razoáveis, simples taxas de frequência, e pelo ato interventorial passariam a pagar anuidade de sessenta mil réis (60\$000, segundo o padrão monetário da época), importância elevada naquele tempo.

Ora, o Ginásio era então no seu gênero o único estabelecimento de ensino secundário mantido pelo poder público, e como tal o único que podia ser frequentado por estudantes oriundos de famílias pobres ou simplesmente remediadas. Os alunos de famílias abastadas preferiam os colégios particulares, como o Moderno, o Nazaré e o Progresso Paraense, embora muitos deles estudassem também no estabelecimento do governo. Desse modo, os alunos pobres ou de modestas condições econômicas é

⁶² MOREIRA *apud* DAMASCENO, op.cit., p. 64-65

⁶³ Id., p. 65

que seriam precisamente os maiores prejudicados com as anuidades criadas pela Interventoria.

O ato interventorial foi tido por isso como uma verdadeira traição aos ideais da Revolução, tanto mais quanto nalguns Estados os interventores haviam reduzido e até mesmo abolido as taxas escolares do ensino médio, como ocorrera no Ceará e na Paraíba. Se a taxa não fosse tão elevada, como de fato era para a época, ou se incidisse apenas sobre os alunos de melhores condições econômicas, não teria havido por certo a reação que houve. Mas além de onerosa, ela atingia indistintamente a todos. Como consolação, o Governo acenava com a promessa de 50 vagas gratuitas no Ginásio e 30 na Escola Normal, número manifestamente insignificante em relação à matrícula desses estabelecimentos, convindo notar que vagas gratuitas já existiam de longa data tanto num como noutro estabelecimento.⁶⁴

Assim sendo, o caráter integralista e autoritário do governo e do papel da educação ficaria finalmente evidente nos acontecimentos dos dias 13 e 14 de julho de 1932, quando foi sufocado o levante na armada de Óbidos. A manifestação que eclodira na capital do Estado do Pará por parte dos estudantes levaria à morte de Paulo Cícero, símbolo de resistência ao Governo discricionário.

A realidade era tão autoritária que não justificava a ação de guerra empreendida pelo governo. Era um contingente aproximado de 200 manifestantes, quase desarmados, reduzidos a um grupo de bravos estudantes, sem apoio de militares, cuja única força era a coragem e a vontade de lutar contra a ditadura. O contexto e a mentalidade ficam claros no depoimento do delegado responsável pela ação, Poty Fernandes, ao jornalista Carlos Rocque:

Foi uma luta desigual. O que é que os estudantes, sem armas, sem experiência de combate, poderiam fazer contra a polícia, contra soldados treinados e bem municiados? Você, Rocque, uma vez escreveu sobre esse episódio, ocasião em que disse que por trás da juventude que foi às ruas estavam os insatisfeitos com o regime revolucionário; e que, não tendo coragem de lutar aproveitaram-se do ardor da juventude, daquela rapaziada corajosa. Eu concordo com isso. Os 'carcomidos', como eram chamados os remanescentes da República Velha, comandaram, nas sombras, os passos dos rapazes. E o que se viu? Um estudante morto, Paulo Cícero. Um outro estudante, Eidorfe Moreira, perdendo um dos braços. E um mundo de feridos e presos. Entre eles João Botelho e Solerno Moreira.⁶⁵

⁶⁴ Id., p. 68

⁶⁵ *Apud* DAMASCENO, op.cit., p.66

Um segundo aspecto importante para o entendimento do significado histórico da educação no Estado do Pará reside na práxis objetiva do desenvolvimento das práticas educacionais. Muito embora não se constituíssem como uma realidade autônoma do contexto social e das ações do governo, elas revelam, através dos decretos, leis, estatísticas e práticas pedagógicas, pontos essenciais que não se mostram nos discursos oficiais.

Sabe-se que o ambiente histórico que serviu de suporte para o desenvolvimento de uma nova política educacional no Brasil diferia consideravelmente da realidade amazônica. Os arroubos de criação de uma cultura renovada coincidiam com uma nova etapa de acumulação do modelo capitalista de produção, o que, embora não simbolizasse a superação completa de práticas tradicionais, apontava para uma linguagem civilizatória que se refundava nos pressupostos renovadores do industrialismo crescente. Dessa forma, vale ressaltar que, mesmo existindo essa diferenciação no teor desenvolvimentista das regiões, a realidade local sofrera influências dos ditames gerais das políticas educacionais do país, embora sabendo que estavam envoltas com as contingências históricas nas quais se realizaram.

Cabe, então, fazer a seguinte indagação: como essas políticas incorporaram-se à realidade local?

A verdade é que desde o final da década de 20 e início dos anos 30, já se vislumbrava nos discursos oficiais a efetivação de uma reforma profunda no sistema de ensino do estado. Falava-se, não em qualquer reforma, mas em uma que estivesse inserida nos fundamentos paradigmáticos das renovações pedagógicas, que estavam em curso nas grandes nações do planeta e nos principais estados da federação – a Escola Nova. Todavia, apesar do entusiasmo demonstrado pelo governador da época, tal feito não logrou ser realizado, pois esbarrou nos condicionantes históricos de ordem econômica, política e cultural que evitaram tal realização.

Este fato não indica que tal perspectiva tenha desaparecido dos discursos e das ações dos governos pós-movimento de 30 mesmo porque, como diria, Fernando de Azevedo,⁶⁶ o movimento tenentista que eclodiu em 1930 significara o ápice dos movimentos de renovação que estavam em curso em todo o país, acabando por funcionar

⁶⁶ AZEVEDO, op.cit.



como elemento aglutinador e catalisador das aspirações da década anterior, desde o levante da Armada de Copacabana à Semana de Arte Moderna em 1922.

No entanto, se partirmos da afirmação de Anísio Teixeira,⁶⁷ de que os princípios da Escola Nova estão inscritos nos fundamentos de uma sociedade democrática, autônoma, científica e livre, como, então, compreendê-la em uma ordem social que se identificava por valores militares e integralistas? De outro modo, a mesma pode servir em um discurso cujo eixo se define pela manutenção de um Estado discricionário e ditatorial?

Por mais que nos pareça polêmica, a resposta a essa questão reside no caráter próprio da modernização brasileira, tardia e sob o auspício da elite dominante. O ambiente do pós-guerra, em nível global, colocara na educação o papel efetivo de redentora dos males da humanidade. Acreditava-se que através dela poder-se-ia construir uma nova civilização, centrada em valores democráticos e científicos. Acrescido a essa mentalidade, havia na sociedade brasileira, o anseio profundo pelo estabelecimento de uma ordem vinculada aos preceitos modernizantes da nova etapa de acumulação capitalista. Talvez a expressão de Nosella e Buffa seja elucidativa para se compreender esse momento,

Grosso modo, trata-se de um grande momento educacional em que se começam a negar formas arcaicas e persistentes do ensino e se propõe uma modernização da administração, dos conteúdos e dos métodos escolares, no esteio, aliás, de um processo de modernização geral da sociedade brasileira.⁶⁸

Contudo, essa modernização não se efetua a partir de uma mentalidade sob a forma do estado de direito. O ambiente para tal realização está imbricado de concepções que se embasam em uma ordem organizativa, porém conservadora e autoritária, que pressupõe a educação também sob a luz mobilizadora e regeneradora dos valores essenciais desgastados nos anos anteriores.

Somando-se a esta realidade, há uma certa ambigüidade nos movimentos de reformas educacionais, introduzidas em nível mundial. O caráter escolanovista parece coadunar-se a diversos regimes políticos como atividade meramente pedagógica, possibilitando assim, embora com grandes divergências, uma certa relação entre a ordem estabelecida e as reformas educacionais a serem introduzidas. Segundo Dermeval Mendes,

⁶⁷ TEIXEIRA, A. **Educação é um direito**. 2ª ed. Rio: Ed. UFRJ, 1996. p.38

⁶⁸ NOSELLA, P., BUFFA, E. **Educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea**. São Paulo, 1991. p. 59

A Escola Nova é, às vezes, ambígua, pois de um lado, encoraja e corporifica os postulados já referidos e, de outro, serve para funcionar em todos os regimes políticos e econômicos, desde que haja a ideologia liberal, como é o caso dos Estados Unidos e de alguns países europeus: a Escola Nova não tem compromisso político explícito, mas não só a Escola Nova, como a maioria das doutrinas pedagógicas nas democracias liberais ocidentais: o truque, a astúcia estipulados pelo Estado Novo, consistem em ocultar a contradição, na Escola Nova, entre a ideologia liberal desses países e o regime fascista brasileiro: pesquisa, criatividade, descoberta etc. Eram manipulados.⁶⁹

Parece-nos, com isso, que terá sido esta ambigüidade a tônica estabelecida entre o ideário escolanovista e a evolução político-econômica do Brasil durante os anos 30 até o Estado Novo e que, de certa forma, servirá de referência aos governos discricionários na Amazônia. De um lado, tem-se uma ordem social ditatorial e integralista, de outro, uma linguagem de modernização educacional, científica e criativa, porém com uma proposta de ação pedagógica desprovida do espírito de resistência que assumia um caráter típico de um veículo de inculcação ideológica, centrado em valores morais e cívicos, de amor à pátria, à família, à religião e à perfeição da raça. Assim, afirma Damasceno:

É preciso que se diga, todavia, que a modernização do ensino não tinha em todos os momentos e lugares a marca da transformação social. No Estado do Pará pareceu-nos ficar patente o forte vínculo que tal processo manteve com a "manutenção da nova ordem" não atingindo em nenhum momento outro campo teórico e político e ideológico que não fosse aquele permitido pelas novas oligarquias encrustradas no poder estadual.⁷⁰

Esta realidade irá confirmar-se em dois momentos importantes da mensagem enviada pelo Major Magalhães Barata à Assembléia Constituinte do Pará, no ano de 1935, no tópico da instrução pública. Num primeiro momento, faz considerações genéricas sobre a aplicação de métodos ativos na formação primária. Posteriormente, refere-se ao programa de radiofonia como elemento importante para a construção moral e cívica da população paraense.

A mensagem expressa:

Com a organização dada ao curso primário em 1931, vem-se operando uma transformação radical do ensino, sob o molde da Escola Ativa, e cujos resultados ótimos estão aí patentes.

Nem podíamos continuar na velha rotina, como se fôssemos gente inculta e incapaz de acompanhar a evolução dos grandes centros intelectuais, onde já

⁶⁹ Apud NOSELLA & BUFFA, op.cit., p. 83

⁷⁰ DAMASCENO, op.cit., p. 48

foram banidos os velhos métodos até então vigentes e iniciados os modernos processos pedagógicos, eficientemente proveitosos.

O curso propedêutico de aperfeiçoamento, criado no ano passado, foi um dos grandes passos para estimular o professorado ao estudo especializado daquela Escola, fazendo de cada preceptor um mestre na acepção da palavra.

Seguindo as linhas do Regulamento do Ensino Primário em vigor, foram estabelecidas as palestras pedagógicas semanais nos grupos e escolas da capital, versando sobre assunto escolhido pelo conferencista, a Diretoria Geral de Educação e Ensino registra, dia a dia, o grande proveito que tem escolhido com essa medida, que teve por escopo animar o estudo e estimular o professor a adquirir os conhecimentos necessários à sua profissão.⁷¹

Continua a mensagem, reafirmando o caráter ideológico e moralizante da política educacional, no Programa de Radiotelefonía:

O povo paraense sempre viveu esquecido dos governos da Primeira Republica. (...) Daí, a minha resolução de instalar, nos bairros mais pobres, aparelhos de radiotelefonía visando o duplo fim de distrair e como antes ficou dito, instruir o nosso povo, a nossa gente humilde para quem o sofrimento, a luta exaustiva é o pão de todo dia.

Com programas organizados dentro dessa diretriz, em virtude de um entendimento com a diretoria patriótica e inteligente do Radio Club, venho tendo a satisfação de realizar aquele desideratum: distrair instruindo as camadas humildes e sofredoras de nossa gente. Proporcionando-lhes, também, um pouco de vida intelectual. Isso em Belém. Para conseguir o mesmo no interior, a pouco e pouco facilito a instalação de poderosas estações como se vem dar em relação à Cametá, a nossa pérola do Tocantins, de gloriosas tradições. (...)

E assim, com o auxílio patriótico da Rádio Club, vou cumprindo o meu propósito de instruir o nosso povo, distraíndo-o, com algumas horas de júbilo, intelectual, e ele bem o merece porque é generoso e ordeiro. Dos programas diários, do mesmo Club, ao lado da parte musical sem constam números portadores de qualquer assunto de utilidade pública, como instrução, saúde, higiene, escotismo, instrução moral e cívica, etc. De outro lado, como elemento complementar dessa diretriz, de instruir e distrair salutarmente, promovo, por intermédio da Prefeitura, sessões cinematográficas ao ar livre em datas de festas cívicas.

No plano dos importantes assumptos da saúde e da instrução, da educação intelectual e moral, avulta o da justiça.⁷²

Esse aspecto de modernização pedagógica, desprovido do conteúdo de resistência, assumido pela Escola Nova no desenrolar da política educacional no Estado do Pará, será reforçado em duas reportagens do jornal "O Estado do Pará", de 1934. A primeira, na

⁷¹ Mensagem apresentada à Assembléia Constituinte do Estado do Pará, em sessão solene de sua instalação, a 04/04/1935, pelo Major do Exército Magalhães Barata. Belém: Off. Graf. do Instituto Dom Macedo Costa, 1935. p.199

⁷² Id., P.231-232

edição do dia 14 de julho, que se referia à visita do interventor ao Grupo Barão do Rio Branco, quando o jornal exprimia o caráter inovador da prática pedagógica adotada pelo referido estabelecimento de ensino:

Antigamente, nessa aula era ministrado o ensino do "a, b, c" e atualmente as crianças recebem instrução pelos métodos da pedagogia moderna, ou sejam lições práticas.

A aula de ontem, por exemplo, foi, referente ao cacau, a sua utilidade e aplicação, estando a vista dos alunos que ouviam com atenção a preleção, o fruto, a folha e o caule do cacaueiro, bem como o chocolate em pó, pães e bom-bons, geléas, doces, etc, explicando a professora a utilidade da árvore, que deve ser protegida por todos, inclusive as crianças, porque produz uma fruta que serve de alimentação ao homem, sendo as diversas fases da preleção orientadas com exibição daqueles elementos, principalmente os produtos originários da fruta do cacaueiro.

Finda a aula, e dois alunos, um menino e uma menina ofertam ao Sr. Major interventor um ramalhete de flores naturais, tendo S. exc. agradecido, beijando a mão dos dois petizes.⁷³

Numa segunda reportagem, o mesmo jornal relata sobre a palestra ministrada pela professora Palmira Lins de Carvalho, uma das principais divulgadoras do pensamento escolanovista no Estado do Pará:

Observou-se o interesse da criança ante sua aprendizagem, tendo diante de si a própria natureza. As crianças aprendem amar as árvores, a sua utilidade, o plantio de vários de nossos frutos e o emprego de cada um.

No próprio folgueto, nos jardins, as crianças têm o seu A,B,C.

Pela divisão de um fruto entre colegas, recebem a noção de contar a fração. Enfim foi uma palestra de grande utilidade, principalmente para todos aqueles que vêm o espírito infantil para educar, pondo-o a par da nossa própria natureza antes de tudo.⁷⁴

Por mais que o ideário escolanovista assumisse um caráter liberal de estado de direito, aspectos essenciais de sua proposta, por não possuírem em sua essência uma negação da ordem sistêmica, serviriam de sustentáculo para o estabelecimento de diretrizes, mesmo que essas não se desenvolvessem dentro de uma realidade tipicamente democrática. Essa ambiguidade de sentidos mostra-se em princípios como a nacionalização do ensino, a organização popular, urbana e rural e a unicidade do sistema, buscada com a reestruturação do ensino primário e secundário. Princípios que, embora possuíssem o conteúdo de uma

⁷³ *Apud* DAMASCENO, op.cit., p. 48-49

⁷⁴ *Apud* DAMASCENO, op.cit., p. 49

sociedade aberta, incorporavam-se ao aspecto modernizante e conservador do período. Eram portanto, na sua forma, apropriados a um discurso cuja concepção baseava-se em uma dimensão totalitária de mundo.

Além disso, a heterogeneidade de formação dos intelectuais envolvidos com o desenvolvimento de uma nova proposta educacional para o Brasil facilitava a incorporação de tais ideais. A própria perspectiva funcionalista presente no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, com uma mentalidade altruísta, de um espírito de cooperação social, forjada na educação, levaria à apropriação de tal concepção segundo os interesses de um governo discricionário.

Assim sendo, foi essa modernização educacional que continuou inerente ao desenrolar das políticas educacionais no Estado do Pará, sob a égide da linguagem escolanovista. A necessidade premente de superar o analfabetismo estrutural vinculava-se à idéia de realização do espírito cívico das massas, efetivada através de uma reforma no sistema de ensino primário, unindo as duas esferas de poder em um sistema único de administração e fiscalização.

Incluem-se, ainda, a adoção de uma mentalidade centrada em princípios criativos, o avanço do ensino rural e a adaptação deste às realidades regionais, o que viria a constituir a tônica das políticas educacionais a serem desenvolvidas pelo governo do Major Magalhães Barata. Esses aspectos são expressos pelo governador na entrevista do dia 10 de janeiro de 1931, ao “Correio da Manhã”:

A minha primeira medida foi fundir o ensino estadual com o municipal, afim de superintender os dois com mais eficiência. Criarei o maior número de escolas possível, tanto quanto me permitirem as abaladas finanças do Estado. Adaptarei o ensino às condições de clima dada a desigualdade deste, na vasta extensão territorial do país, modificando o início e o término das aulas, a fim de obter dos alunos o menor dispêndio de energia na maior soma de trabalho. Ampararei quanto possível os cursos superiores indo até a fundação de uma universidade se para isso me não faltar o apoio imprescindível do governo central.

A garantia do ensino está na simplificação dos programas e na fiscalização severa e prática das escolas. Far-se-á isto, então, porque no Brasil, na sua grandeza, sua estabilidade repousa exclusivamente nas gerações futuras,

*cuja formação deve ser feita atentamente nos puros e são princípios revolucionários.*⁷⁵

Esta mesma linha de raciocínio encontra-se no tópico da instrução pública em sua mensagem à Assembléia Constituinte do Estado, em 1935, confirmando o caráter da assistência do ensino primário e a centralização orgânica na Diretoria Geral de Ensino e a criação do Conselho Estadual de educação. Ainda reafirma a necessidade de expansão do ensino ao interior, com o desenvolvimento da regionalização ou ruralização do ensino, como espécie de salvaguarda do espírito e da segurança cívica do Estado,

Tendo sido observado na pratica e na experiência de três anos que o Regulamento do Ensino Primário de 26 de março de 1931 não correspondia inteiramente à evolução da ciência pedagógica, que momento a momento se aperfeiçoa, aquela Diretoria propôs ao Governo varias modificações no citado código de ensino, para adaptá-lo aos moldes atuais.

Tais propostas foram por min aprovadas e consubstanciaram-se Regulamento baixado com o decreto nº 1.163, de 8 de janeiro do ano passado.

Nele foi estabelecida a fiscalização e orientação do ensino por intermédio de 'Assistências Escolares' que são professores de merecimentos comprovados, escolhidos no seio mesmo do magistério publico, competindo-lhes: visitar grupos e escolas do Estado, publicas e particulares, inspecionando-as minuciosamente; fazer sugestões aos regentes sobre modificações, os métodos e orientações do ensino, de modo dar-lhes necessária uniformidade e eficiência; comunicar à Diretoria do Ensino o resultado das suas observações e sugestões, e cumprir e fazer cumprir o Regulamento do Ensino e as instruções recebidas da Diretoria. Resolvi ainda comissionar no desempenho dos cargos de diretores dos grupos do interior, os professores de maior tirocinio, procurando interessá-los ainda mais nessa obra apostolar, de verdadeira salvação publica, que é a instrução e sobretudo a rural, em Estado como o nosso. Recebera assim o nosso interior mais eficazmente o influxo das idéias modernas no ensino primário, ambientando-o ao nosso programa de racionalização. Os Conselhos Escolares sofreram alguma alteração quanto ao modo de sua constituição e outros concernentes aos serviços que lhe são atribuídos, estando previsto e estabelecido o provimento e a classificação das escolas com todas as minúncias, tornando-se obrigatório o concurso para provimento efetivo no magistério publico primário.

Os serviços de Higiene e Educação Sanitária Escolar passaram a ser subordinados diretamente à Diretoria do Ensino, obedecendo uma nova orientação, mais de acordo com as normas administrativas e os interesses gerais

Varias outras pequenas alterações foram feitas no novo Regulamento ficando agora o Estado beneficiado para moderna organização escolar

⁷⁵ Entrevista de Magalhães Barata, concedida ao "Correio da Manhã" do Rio de Janeiro, e transcrita no "O Estado do Pará" - ed. de 10/01/1931 apud COIMBRA, op.cit., p.307

*primaria, apto aos fins à que se destina e atualizada, quanto possível para acompanhar o ritmo educacional que se opera no país.*⁷⁶

E continua a mesma reflexão no tópico “regionalização ou ruralização do ensino”, enfatizando o caráter patriótico e a reeducação rural, como forma de seu programa de enfrentamento às oligarquias tradicionais,

*Rumo ao interior! – poderia, sem exageros, caracterizar o nosso programa de governo. É que estou profunda e grandemente convencido de se achar no interior a salvação geral do Estado. Por isso não é de estranhar que, ao lado do saneamento dessas regiões, eu me tenha preocupado com a difusão do ensino rural, na esperança de assim contribuir para segurança definitiva dos destinos do Pará. Belém tem sido alvo predileto das administrações e nós mesmos temos lhes dado tudo quanto é possível para torná-la uma cidade limpa, saneada, distinta. Mas esse zelo, esse cuidado, esse amor nós também sentimos pela nossa querida ‘roça’ – fonte do porvir econômico que nos há de proporcionar prosperidade, conforto, paz. E a escola rural será, com o posto médico, a força motriz dessa prosperidade: mas a escola rural de verdade e não escolas cidadinas disfarçadas em rurais. Eis porque temos que primeiro criar o professor rural, de preferencia buscado no próprio meio ambiente, isto é, filho das regiões onde, mais tarde irá construir, a fim de que o ensino ministrado lhe saia do cérebro aquecido pelo coração. Não desejo no interior o professor da cidade, prejudicado pelos hábitos e cosmopolismo dessa. Preferirei mesmo para essa patriótica missão o elemento feminino, muito fácil de fixar-se ate mesmo pelo casamento, do que o homem. Mais ainda: cada região recebera ensino conforme as riquezas naturais de que for dotada, a fim de com inteligência e habilidade, interesse e afeto, - no que é pródigo o coração feminino, desvendar aos olhos das crianças o que há de belo e rico no solo em que nascem lançando assim, aos poucos, os primeiros laços de confiança e amor entre habitante e a terra, ambos até agora criminosos e erradamente esquecidos. Seguindo essa diretriz, criei por decreto n.520, de 26/10/1931, o curso normal rural, que ficou regulamentado pelo mesmo decreto e pelo programa baixado pelo diretor geral de Educação e Ensino, de 02/02 do ano passado.*⁷⁷

Cabe, por outro lado, reconhecer que, na ação de suas políticas educacionais, verifica-se, no final do primeiro governo de Magalhães Barata, um crescimento significativo da educação no Estado. A idéia, por certo, de impulsionar a regeneração social, através da educação moral e cívica, surtira um efeito de ampliação das oportunidades educacionais e, mais que isso, uma recuperação, mesmo que sob uma forte veia ideológica, de valores culturais esquecidos com as administrações anteriores.

⁷⁶ Mensagem apresentada à Assembléia Constituinte do Estado do Pará, em sessão solene de sua instalação, a 04/04/1935, pelo Major do Exército Magalhães Barata. Belém: Off. Graf. do Instituto Dom Macedo Costa, 1935. p.199-200

⁷⁷ Id., p.202

Observa-se, mesmo em condições precárias, o retorno do olhar do Estado sobre os diversos aspectos do desenvolvimento da cultura uma vez que houve, além das medidas de aprimoramento dos serviços públicos educacionais, um reinvestimento na construção de novos estabelecimentos de ensino, a ampliação e recuperação de prédios antigos, a construção de bibliotecas setorializadas para o aprimoramento dos professores e a ampliação dos acervos da Biblioteca e Arquivo Público, com a aquisição de cerca de 2.480 novas obras.

Além disso, houve ainda a criação de museus escolares, com o intuito de aprimorar os conhecimentos geofísicos e de acervos biológicos e antropológicos, para o aperfeiçoamento prático dos conhecimentos dos alunos e também a criação da Revista do Ensino, como forma de publicação da realidade técnica e literária da educação no Estado.

Quanto às instituições de cunho mais geral, como o Instituto Carlos Gomes e o Museu Paraense Emílio Goeldi, observa-se uma certa atenção por parte do governo discricionário. Ao primeiro, reconhecimento e apoio financeiro, após a extinção do Conservatório Carlos Gomes pelos governos anteriores; ao segundo, uma ampla recuperação do espaço físico, além da criação do laboratório de Biologia Veterinária, como forma de apoiar o campo científico da pesquisa animal, além da recuperação financeira da referida instituição.

Assim, dados apresentados na mensagem do Governador à Assembléia Constituinte do Pará, em 1935, mostram que o mesmo gastara com Instrução Pública, em três anos de governo – de 1931 a 1933 – cerca de 12.142:355\$162, em moeda da época. O que, com referência ao percentual da receita arrecadada durante esses três anos, simbolizava gastos em torno de 17% em 1931; 19% em 1932 e uma queda para 18% em 1933. Embora estes índices representem valores monetários diferenciados, pelas oscilações na arrecadação, em relação ao ano de 1930, eles indicam um aumento no valor percentual de investimentos que atingem 68%, em 1931; 91% em 1932 e 77% em 1933.

Esses dados refletem o processo de evolução da educação durante esse período. A mesma mensagem indica ainda que no ensino primário verificava-se

(...) que em 1932 existiam na Estado 608 escolas ou cursos públicos e 100 particulares, enquanto em 1933 esses mesmos números atingiram a 734 e 273 respectivamente. A matrícula geral foi, em 1932, nas escolas do Estado, 47.703 crianças e nas particulares, 5.901; e em 1933, 50.709 e 15.206.

A frequência orçou em 29.306 alunos nas escolas publicas e 3.820 nas particulares em 1932; 32.858 e 10.720, respectivamente, em 1933.⁷⁸

E continua:

*Esses Algarismos significam o desenvolvimento da instrução no Pará, orientada sob novas diretrizes, de abrir escolas onde elas se fazem necessárias a atender as populações em idade escolar, estimulando por todos os meios no ensino das crianças o amor aos livros e a ambição de saber, para se formar, com uma mentalidade robusta, a geração que surge e que será um dos orgulhos do Brasil futuro.*⁷⁹

Para tornar-se mais elucidativo o índice de crescimento do nível de escolarização primária durante esse período, demonstraremos os mapas comparativos da rede pública e privada do ensino, nos anos de 1930 a 1934, com os respectivos dados referentes ao número de escolas, redes de ensino, número de matrículas e frequência por gênero:

MAPA COMPARATIVO DO ENSINO PRIMÁRIO NOS ANOS 1930 A 1934

ANO	PÚBLICAS						PRIVADAS					
	MATRÍCULA			FREQUÊNCIA			MATRÍCULA			FREQUÊNCIA		
	MAS	FEM	TOTAL	MAS	FEM	TOTAL	MAS	FEM	TOTAL	MAS	FEM	TOTAL
1930	-	-	20.543	-	-	13.999	-	-	6.818	-	-	-
1931	23.246	17.863	41.109	19.240	14.832	34.072	1.027	940	1.967	579	423	1.020
1932	25.362	19.667	45.029	17.357	12.820	30.177	2.877	2.413	5.290	2.125	1.695	3.820
1933	26.900	21.680	48.580	17.956	15.161	33.117	14.216	6.512	20.728	5.672	4.388	10.060
1934	29.215	22.656	51.871	20.744	16.478	37.222	14.716	6.812	21.528	7.528	3.964	11.492

NOTA: A matrícula dos anos de 1932 e 1933 é efetiva, isto é, matrícula geral, menos a cancelada durante o ano

FONTE: Mensagem à Assembléia Constituinte do Estado do Interventor Magalhães Barata de 1935.

Esses dados tornam-se importantes porque confirmam o crescimento das oportunidades educacionais durante o governo de Magalhães Barata. Considerando as duas redes de ensino, verifica-se que perfazendo um caminho cumulativo, ou seja, do ano de 1930 a 1931, o número de matrículas cresceu a uma população de 43.076 alunos, com um aumento percentual de 57,4% e uma frequência de 35.074, ou seja, 81%; em 1932, para 50.319 alunos com um aumento de 16,8% e uma frequência de 33.997 alunos, 67,6%; em 1933, para 69.308 alunos, com um aumento de 37,7% e uma frequência de 43.177 alunos,

⁷⁸ Id., p.205

⁷⁹ Id., p.205-206

62,3%; em 1934, para 73.399 alunos, com um aumento de 5,7% e uma frequência de 66,4%.

Contudo, há aspectos curiosos revelados pelos dados observados que podem, de certa forma, servir para facilitar a compreensão do papel do Estado no desenvolvimento das políticas educacionais. Assim, no ano de 1931, do índice geral de matrículas atingido no ensino primário, 41.109 alunos foram matriculados na rede pública de ensino, perfazendo um percentual de 71,2%, o que na prática significava dizer que o Estado abrisse em sua rede de ensino, com referência ao ano anterior, que era de 20.543 alunos, um percentual de vagas de aproximadamente 100%.

Em certo sentido, estes índices representam, nos dizeres de Damasceno,⁸⁰ o papel que assumira a educação como componente estratégico da divulgação ideológica do governo no intuito de ampliar sua influência através do ensino primário, sob o domínio das oligarquias tradicionais, incentivando, assim, o espírito cívico dos setores populares.

Se por um lado esses dados demonstram eficiência em relação à ampliação do número de vagas, isto não se deu de forma contundente na manutenção do índice de frequência da população matriculada. No ano de 1931 este percentual estivera acima da média matriculada, uma vez que dos 43.076 alunos matriculados permaneceram 35.074 alunos, perfazendo um percentual de 81,4%; quanto ao ano de 1932 houve uma diminuição significativa: dos 50.319 alunos matriculados, permaneceram 33.997, simbolizando um percentual de 67,6%. O mesmo aconteceu nos anos seguintes, com um aumento mínimo em 1934, assim, em 1933, dos 69.308, permaneceram 48.714, um percentual de 62,3%; em 1934 dos 73.399 alunos matriculados, permaneceram 48.714 alunos, um percentual de 66,4%.

Estes números são significativos porque, mesmo com o incentivo estratégico à formação primária, sinalizam para a ineficiência sistêmica e de sua prática pedagógica na manutenção do aluno em seu processo formativo. Esse fato, em contrapartida, pode vir demonstrar a perspectiva de descaso das oligarquias dominantes com a educação geral da população.

Quanto ao ensino secundário, não se observa na mensagem uma mudança considerável com relação aos anos anteriores. Além da recuperação de prédios, apoio

⁸⁰ Damasceno, op.cit.

mobiliário e adaptações pedagógicas dos estabelecimentos de ensino, não se encontram grandes novidades. O que podemos destacar são referências esparsas à construção de laboratórios e o fato de, no orfanato Antonio Lemos, mencionar-se a criação do curso de formação de professores para o meio rural como continuidade de sua obra assistencial e de desenvolvimento do ensino no interior. Sobre a Escola Normal, menciona-se a manutenção do número de vagas e a transferência do prédio como forma de adaptação às exigências de uma nova prática pedagógica.

Foram esses os dados apresentados do ensino secundário: em 1929, foram matriculados 520 alunos; em 1930, foram matriculados 654 alunos; com um crescimento do número de alunos matriculados na ordem de 134 alunos; em 1931, o número de matrículas cresceu para 769 alunos, ou seja 115 alunos a mais; em 1932, este número diminuiu para 749, com menos 20 alunos; em 1933, houve novamente uma diminuição para 663 alunos, sendo 86 alunos a menos; e em 1934, uma nova queda para 578 alunos, uma diminuição de 85 alunos. Os dados referentes aos índices de frequência não são expressos na mensagem, o que impede uma análise deste aspecto.

Contudo, esses dados reforçam as características do governo discricionário e o ambiente no qual se desenvolveu sua política educacional, na qual o ensino secundário, além de seu vínculo maior ser com a União, não se constituía um elemento relevante, tanto por ser em essência uma demanda urbana, quanto por não se exigir, no momento político-cultural, uma ação premente do Estado. Os dados revelam, inclusive, essa realidade no ensino normal, em que a diferença dos alunos matriculados em 1930 que era de 515 alunos, caiu em 1934 para 467, um decréscimo de 48 alunos.

Quanto ao ensino universitário, não se observaram também mudanças significativas em relação aos anos anteriores. A mensagem do Governador menciona apenas reformas, adaptações e criação de laboratórios, embora comente sobre a possibilidade de criação de uma universidade, nomeando, inclusive uma comissão preliminar. Porém, destaca a dificuldade tanto financeira como política, principalmente com relação às resistências e movimentos desenvolvidos pelos alunos quanto ao seu governo.

2.4 Conclusão

É verdade que o processo de modernização capitalista que se estabeleceu no país a partir da década de 20 teve influência nos acontecimentos políticos e econômicos da região. Porém, a distância dos grandes centros de decisão e a realidade de uma sociedade de forte influência rural levaram as repercussões dos acontecimentos a assumirem características próprias do processo de desenvolvimento regional. Assim, poderíamos dizer que durante os primeiros anos de governo pós-movimento de 30 não se perceberam mudanças significativas, muito embora tenha havido uma certa reestruturação administrativa no Estado do Pará.

É inegável que, pelo próprio processo de centralização que se desencadeara em nível nacional, a presença do Estado começaria a ser exercida de forma mais efetiva na região. Contudo, nos primeiros anos, esta influência viria a ser sentida muito mais no universo da mentalidade política do que propriamente na ordem econômica. Além disso, o espírito que envolvia o pensamento dos membros do movimento tenentista na Amazônia e/ou no Estado do Pará estava pressuposto na mentalidade do universo de regeneração e superação da estrutura oligárquica anterior. O sentimento era de unidade cívica da nação fundamentada no caráter moral, na formação da raça e no elevado nacionalismo. Essas propostas vinculavam-se às perspectivas da modernização capitalista conservadora que se instalara no país durante esse período, caracterizada por uma forte unidade cívica e de uma efetiva presença do Estado.

A mentalidade presente no discurso do primeiro governador discricionário Magalhães Barata, era de uma forte presença do pensamento integralista e militar. Ao Exército caberia a árdua tarefa de construir o novo espírito de nação e a cidadania esquecida com os desmandos dos anos anteriores de República. Entretanto, a inexistência de um contexto tipicamente urbano e industrial, como nas regiões centrais, e a mentalidade de um estado forte e centralizador que pressupunha a formação militar levariam o governo discricionário a cometer os mesmos erros dos governos anteriores.

O que se pode perceber é que mesmo estabelecendo uma maneira um tanto populista de governar e criando um governo itinerante, indo aos mais recônditos locais do Estado do Pará, o interventor trazia para si todas as responsabilidades sociais,

permanecendo a relação oligárquica e os privilégios políticos a seus correligionários bem como os favorecimentos nas doações de terras e nas administrações dos castanhais.

No âmbito educacional, podemos dizer que as dinâmicas gerais exerceram fortes influências no desenvolvimento das políticas educacionais no Estado do Pará. O aspecto centralizador educacional, com a unidade entre Estado e município, a criação do Conselho Estadual de Educação, a ênfase no Estatuto do Ensino Primário, a ampliação das estruturas escolares, bem como a evolução do ensino rural, demonstrariam a vinculação aos ditames nacionais.

Contudo, a ênfase maior destaca-se no papel que a educação teve nas injunções econômicas, políticas e culturais locais. O ambiente de uma população dispersa nas beiras dos rios e lugarejos isolados e uma forte concentração de renda nos centros e nas mãos de poucos favoreceu uma relação de poder que se identificava com a exclusão das massas e a troca permanente das oligarquias nos governos. Esta relação favoreceu o entendimento das políticas públicas como dádivas assistenciais de grupos que exerciam o poder. Nos dizeres de Magalhães Barata, seria necessária uma forte formação moral e cívica e uma assistência social bem desenvolvida para superar o atraso nas mentalidades das populações existentes.

Nesse sentido, a educação assumiu o caráter ideológico de cunho militar e integralista, no qual seu papel essencial seria a resistência aos antigos grupos dominantes e a formação de uma sociedade regenerada, fundada nos princípios do civismo, do amor à pátria, à família e a Deus. Mais do que isso, do fortalecimento da raça e da unidade cívica e moral da pátria.

Quanto à Escola Nova, verifica-se que esta amoldou-se a uma ordem social que se identificava por valores militares e integralistas, servindo a um discurso cujo eixo se definia pela manutenção de um Estado discricionário e ditatorial. Ou seja, ainda que o desiderato escolanovista partisse do pressuposto da existência de um caráter liberal de estado de direito, sua proposta perdeu o caráter progressista por não apresentar, na essência, um questionamento, uma negação da ordem estabelecida. Ainda que não fosse o objetivo de tal proposta pedagógica, essa sua singularidade acabou por constituir-se em sustentáculo para as diretrizes totalitárias dos governos discricionários no estado.

Já quando se analisa o sistema educacional paraense nesse período, o que se observa um crescimento significativo, considerando que houve uma elevação dos espaços físicos e



do número de matrículas no ensino primário. Em contrapartida, a taxa de permanência variou na faixa de 50%, demonstrando, assim, uma falta de estrutura no ambiente escolar para manter esses alunos na escola. Os demais níveis permaneceram em suas taxas regulares dos anos 20 e em certos casos até diminuíram, o que pode ser explicado pelo sentido social que assumira a educação neste momento. Em uma sociedade de pouca urbanização, o ensino secundário e superior ficariam relegados a segundo plano, embora se reconheça que a responsabilidade maior estaria com a União.

Em suma, a política educacional desenvolvida pelo primeiro governo discricionário, embora sofra reflexos das políticas mais globais do país, reflete profundamente o ambiente da realidade local: a relação oligárquica e o modelo integralista de mundo, presentes nos discursos oficiais do governador, levam-nos a concluir que a educação assume um caráter ideológico, pois é vista por ele como componente fundamental da ação recuperadora dos princípios perdidos na Velha República.



CAPÍTULO III

A EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO PARAENSE DE 1935 E O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ESTADO NOVO

3.1 Introdução

O desenvolvimento das políticas educacionais a partir de 1935 vem a ser, na verdade, a continuidade das mudanças iniciadas nos anos anteriores, tanto sob a influência da dinâmica do processo de modernização nacional quanto a partir das injunções políticas, econômicas e sociais da região Amazônica.

É um momento marcado pelo contínuo estabelecimento de estruturas burocráticas de características modernas nos diversos ramos de atividade da vida da nação. Em todas as áreas estabelecem-se legislações, planejamentos, etc., seja na economia, na política, nas relações de trabalho, ou na educação. Ao mesmo tempo, demonstra-se que o projeto em voga nessa nova fase de acumulação capitalista do país apresenta um caráter modernizador estruturado a partir de relações urbanas industriais porém centrado em uma estrutura política conservadora e autoritária típica de um processo tardio, conduzido sob a égide das elites dominantes, e que culminaria com o desenvolvimento do Estado Novo.

Neste período estabelece-se também, entre o Estado e a Região Amazônica, uma nova dinâmica impulsionada tanto pela perspectiva de centralização interna do planejamento nacional como pelos acontecimentos de cunho internacional motivados pelas transformações econômicas e políticas nas principais nações mundiais. Ou seja, a economia de guerra vem trazer à região a presença efetiva do Estado Nacional, agora acompanhado do capital norte-americano, estabelecendo uma nova etapa na relação da região com as articulações mais amplas do capital global. Isto permite que sua economia experimente um novo impulso, porém em condições desfavoráveis e em uma relação arcaica de trabalho já que, passado o momento de guerra, a região retornaria à sua condição de economia frágil e rarefeita ainda que incorporada ao planejamento nacional.

No âmbito educacional, os princípios norteadores estarão circunscritos, ao mesmo tempo, aos embates teórico-ideológicos entre educadores católicos e liberais pressupostos



nas conferências educacionais que antecederam a constituinte de 1933, bem como à influência da mentalidade autoritária e militar presente nas concepções dos agentes envolvidos nas mudanças em curso no Brasil. Tais princípios irão fundamentar as perspectivas da educação no Estado do Pará, pois estariam presentes tanto nos preceitos da Constituição Paraense de 1935 como na mentalidade dos agentes implementadores das políticas educacionais do estado, que enfatizavam preferencialmente os fundamentos de uma concepção conservadora e militar.

Portanto, ao tomar como referência o período que vai da Constituição Paraense de 1935 ao final do Estado Novo, este capítulo objetiva identificar os reflexos das políticas educacionais nacionais — e seus eixos norteadores — no Estado do Pará, bem como a influência das injunções locais na evolução educacional no estado. Visa ainda a analisar o contexto sociopolítico que a envolve, uma vez que se verifica a presença efetiva do Estado Nacional no desenvolvimento da Região Amazônica. Assim sendo, este estudo será dividido em dois momentos: um primeiro, que estudará a educação na Constituição e seu contexto social, e um segundo, que refletirá as políticas educacionais dos governos durante este período.

3.2 A Constituição Paraense de 1935 e a Educação

3.2.1 O contexto sociopolítico

Os primeiros anos de governo provisório não modificaram profundamente a realidade política e econômica do país. O café ainda era o principal produto comercial, entretanto havia sido iniciado um certo reajuste nas contas públicas, aproximação ao empresário urbano e a utilização de instrumentos modernizadores na administração pública. A face social do Brasil, porém, traduzia-se em um longo processo de conturbação política. A subida de Getúlio Vargas ao poder, mesmo com sua habilidade política, não conseguia pôr fim as resistências oligárquicas e apaziguar por completo as animosidades existentes entre os setores oponentes. Estes fatos refletiam-se tanto na composição das forças de sustentação da Aliança Liberal ao seu governo quanto nas resistências regionais aos

dos setores comerciais. Após um curto período de convivência pacífica até 1932 entre o governo do estado e os setores do comércio, esta realidade seria abalada com a crise gerada pelas altas taxas de impostos cobrados pela Prefeitura da Capital pois, segundo a Associação do Comércio, os diversos encargos cobrados já eram efetivados em outros impostos de cunho estadual e nacional. Este fato levaria a uma intensa campanha contra o prefeito interino, que apesar ter pedido demissão seria mantido no cargo pelo interventor como medida de sua autoridade, gerando, com isso, um forte abalo em suas relações com os setores do comércio e da indústria do estado.

Em 1933, esta realidade seria recrudescida com a negativa do interventor ao memorial apresentado pela Associação Comercial contendo um conjunto de medidas propostas com o intuito de favorecer as atividades do comércio e das indústrias; a não-aceitação levaria à paralisação das atividades comerciais por três dias consecutivos. Segundo Rodrigues,

Em abril eles chegaram a levar os comerciantes a paralisar suas atividades e se configurar aquilo que os jornais da época noticiariam como a greve dos comerciantes, durante os dias 4, 5 e 6 de abril de 1933. Nesse período Magalhães Barata se recusou a negociar com alguns membros do bloco revolucionário que tentaram servir de mediadores. Os impostos foram mantidos; mas, alguns dias mais tarde eles foram reduzidos, numa tentativa clara de superar o conflito. Magalhães Barata, entretanto, perdera terrenos junto ao comércio.¹

Quanto ao aspecto político, apesar do interventor inaugurar uma nova maneira de governar, os métodos autoritários e centralizadores presentes em sua concepção militar e integralista de governo levariam a profundos conflitos. Era claro que as manifestações de resistências no Estado do Pará durante esse período residiam na influência das questões nacionais trazidas principalmente sob os auspícios do levante Constitucionalista de 1932. Contudo o efeito maior provinha das atitudes centralizadoras do governo do estado.

Esta manifestação de desacordo seria demonstrada quando do levante da Armada de Óbidos em consonância com o movimento de São Paulo que, apesar de ser sufocado, receberia forte apoio de estudantes e personalidades civis do estado. A guarnição de Óbidos chegara a controlar vários municípios, porém fora dominada pelas tropas do Exército de

¹ RODRIGUES, op.cit., p. 66

Itacoatiara do Amazonas. O movimento acabaria, no entanto, por estender-se à capital do estado com a sublevação dos estudantes de nível superior.

A violência foi intensa com relação aos estudantes e sua capacidade de resistência, pois eles compunham-se de cerca de duzentas pessoas com quase nenhuma preparação militar, contra a forte guarnição do estado, o que não justificaria tal atitude por parte da interventoria. Os estudantes chegaram a tomar a Central de Polícia, libertando vários membros envolvidos com a conspiração, porém foram dominados e sufocados pelas forças governamentais. Neste embate, destacaram-se na luta os estudantes João Botelho, Solerno Moreira Filho, Eidorfe Moreira e Paulo Cícero, sendo que este foi vitimado em combate, tornando-se símbolo da resistência ao governo revolucionário no Estado do Pará. Segundo Coimbra,

A morte de Paulo Cícero emocionou a opinião pública, e a grande parte da população se revoltou contra o interventor, acusado de usar de extrema violência; pois jugular um movimento que poderia ser vencido facilmente com um pouco mais de calma e prudência. Magalhães Barata fez então publicar na imprensa uma nota do governo responsabilizando os chefes da oposição pela morte do desventurado jovem.²

Portanto, o clima de disputa e interesse que envolvia a realidade nacional perfazia-se então no estado. Era inegável que a interventoria do Major Magalhães Barata caracterizava-se por seu aspecto autoritário e centralizador, ocasionando não somente resistências dos setores depositos, mas também abrindo profundas divisões entre as principais lideranças representativas do Partido Liberal e membros efetivos na condução movimento no estado.

O segundo momento de conflito na dimensão política está circunscrito ao final do governo do Major Magalhães Barata. O ambiente de tensão que herdara do levante constitucionalista levaria o governo provisório de Getúlio Vargas ao estabelecimento de uma nova ordem jurídica, com a adoção, em 1933, de uma Assembléia Nacional Constituinte.

No Estado do Pará, havia um certo anseio por uma nova ordem política. Em decorrência dos anos anteriores, construiu-se um ambiente de contraste entre a realidade político-social estabelecida e os interesses políticos do governador do estado, pois seu

² COIMBRA, op.cit., p. 327

pensamento, mesmo em uma situação que caminhava para uma realidade de reconstitucionalização do país, mostrava-se contrário a essa perspectiva. Em sua mensagem à Assembléia Constituinte do Estado em 1935 este fato mostra-se contundente, pois embora reconhecesse a realidade da nova ordem, defendia a permanência do estado discricionário. Segundo ele,

Foi essa a grande vitória da corrente política contra o idealismo revolucionário dos tenentes, vitória suavizada pela eleição de Getúlio Vargas e pela criação de alguns dispositivos constitucionais, mas à custa do sacrifício total da idéia máter de reconstrução pela base, após longo período ditatorial em que se processasse a nova mentalidade brasileira. Revelou-se, então, aos olhos dos revolucionários militares, a incongruência da aliança com os políticos cujo domínio desejávamos evitar para que a revolução não fizesse a famosa “obra de fachada”. Assim como alguns afirmam, a revolução fracassou, foi porque não teve tempo de modificar a mentalidade do país.³

O momento forte de tensão eclodira durante a instalação da Assembléia Constituinte no Estado, que serviu tanto para a elaboração da nova Carta como para a escolha do próximo governante do Estado.

Na verdade, o que aconteceu em 1935 fora resultado do processo desencadeado durante o primeiro governo de interventoria pós-movimento de 30 no estado. Além das questões econômicas, o acirramento político chegou ao seu ponto máximo. As fraturas sucessivas no bloco de poder e as atitudes autoritárias do interventor levariam a tal realidade.

As dissidências tornaram-se um fato consumado uma vez que personalidades significativas como o tenente Ismaelino de Castro, os irmãos Chermont, o Pe. Leandro Pinheiro e outros acabariam deixando o Partido Liberal e desencantando-se com os rumos tomados pelo movimento revolucionário no Estado do Pará. Além disso, as saídas em 1934 de Abelardo Conduru e José Pingarilho, do governo do Estado, levaram a bancada paraense na Assembléia Constituinte a justificar na imprensa que não havia divergência política entre os membros constituídos e que as saídas dos componentes do partido do governo ter-se-iam dado por razões de cunho administrativo e não por divergência política. Somado a esta realidade, ainda em setembro do mesmo ano, afastaram-se do partido Genaro Pontes e

³ BARATA, Manoel J. Magalhães. **Mensagem à Assembléia Constituinte do Pará** – apresentada em 04/04/1935, Belém: Off. Graf. do Instituto Lauro Sodré, 1935. p.11

Sousa, Abguar Bastos e Acylino Leão, todos deputados federais reeleitos. O motivo residia no desejo do interventor de colocar seu irmão no lugar de um deles sob o argumento de que a vaga pertencia ao partido e não aos respectivos deputados, fato que aumentaria ainda mais o descontentamento interno no bloco revolucionário.

Outros acontecimentos importantes abalaram o cenário político no mesmo ano, dentre eles a greve dos trabalhadores urbanos durante cinco dias e os ataques sucessivos de membros do governo ao jornal de oposição “A Folha do Norte” tornavam o clima constitucional no Estado do Pará em grande efervescência e descontentamento com o governo discricionário.

O que se pode visualizar é que os conflitos gerados nos anos que antecederam a Constituição paraense causaram o rejuvenescimento das características oligárquicas da região, dado que os setores descontentes do Partido Liberal e as antigas oligarquias afastadas vieram a constituir-se nas novas forças componentes de poder no Estado. Na verdade, além da figura preeminente de Magalhães Barata, havia a influência partidária de Abel Chermont, a quem caberia a organização partidária local. Contudo, o temperamento forte de ambos em um ambiente autoritário tornou impossível a convivência pacífica entre eles. Segundo Rodrigues,⁴ os indícios de animosidade entre as maiores lideranças políticas do partido eram fortes, inclusive por causa do cansaço com relação às atitudes autoritárias do interventor que, em consequência disso, acabou isolando-se e incrustando-se em torno de grupos familiares e pessoas bem próximas por parentesco, como era o caso de seu irmão Cel. Mario Barata e de seu cunhado Aníbal Duarte.

Ainda de acordo com a mesma autora, em fins de 1934 poder-se-iam vislumbrar claramente duas facções no seio do Partido Liberal: uma comandada por Abel Chermont e dissidentes e outra pelo bloco de apoio ao governador Magalhães Barata, realidade que iria recrudescer durante a Assembléia Constituinte do Estado no ano seguinte. O que veio a acontecer foi que, durante a eleição dos representantes, o Partido Liberal teve dois terços dos deputados eleitos enquanto o governo conseguiu a maioria dos futuros constituintes, o que garantiria a tranquila reeleição do governador do Estado. Porém, a grave situação gerada pelos mecanismos autoritários de Magalhães Barata iria traduzir-se em forte resistência. Apesar disso, parecia que no início de abril de 1935 havia consenso entre os

⁴ RODRIGUES, op.cit., p. 70

membros do partido quanto à composição estabelecida para eleição do novo governador e aos membros do senado. Segundo Coimbra,

A fórmula estabelecida era de eleger o então interventor para o governo e levar ao Senado os irmãos Mário e Abel Chermont, tudo indicava que isto seria levado a efeito sem maiores entraves. Eleita a mesa da Assembléia foi marcado o dia 4 de abril para a eleição do governador e dos senadores e ninguém contava com os fatos surpreendentes que iriam se desenrolar.⁵

Contudo, nos dias que antecederam à instalação da Assembléia, houve uma forte dissidência no Partido Liberal, criando assim uma unidade entre os setores oposicionistas e os dissidentes do partido, na chamada Frente Única. O clima de tensão e ameaças era tão forte que diversos deputados não compareceram à eleição, levando o interventor a fazer uma convocação ilegal dos suplentes, de forma que suprissem tais ausências. O episódio não se encerraria neste instante e teria seu momento de confronto no dia 05 de abril de 1935.

Esse momento é narrado por Coimbra:

Quando os deputados à Constituinte – protegidos pelo Exército, tendo ao lado o Chefe do Estado-Maior e o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral – chegaram à esquina da Rua João Diogo com a 16 de Novembro, foram atacados de tocaia, a tiros, num inominável desrespeito a tudo que o bom senso, o respeito, e o acatamento à lei aconselhavam.

A tropa federal respondeu ao fogo dos capangas dando lugar a uma intensa e nutrida fuzilaria, que durou cerca de 10 minutos. O resultado da tocaia foi trágico e funesto. Sairam feridos Samuel Mac-Dowell, Souza Castro, Abelardo Conduru, Antônio Martins Júnior, Ildefonso Abreu, Sargento Siqueira Campos do 26º BC que veio a falecer, Franco Martyres ferido levemente, 4 praças da força federal, e vários populares, alguns com gravidade. Dois populares morreram naquele local.

Face à covarde agressão, os Constituintes voltaram para o Quartel General. E, a interventoria de Magalhães Barata, aquele instante, encerrava seus dias numa trágica apoteose de sangue.⁶

Estes acontecimentos repercutiriam negativamente não só no Estado como em nível nacional, levando à intervenção direta do Governo Central através do Major Carneiro de Mendonça, que, sob o peso das armas e da autoridade federal, conseguiu abrandar o ambiente e estabelecer novas eleições. Assim, permaneceram os candidatos eleitos pela nova coligação ao Senado, os dissidentes Abel Chermont e Abelardo Conduru. Quanto ao

⁵ COIMBRA, op.cit., p. 343

⁶ Id., p. 346-347

governo do Estado, saiu o interventor Magalhães Barata, porém foi eleito um novo candidato sob a influência tanto do grupo baratista quanto da Frente Única, que seria José Carneiro da Gama Malcher.

O tempo era de pacificação política levada adiante pelo governo de Getúlio Vargas. O nome do ex-revolucionário civil Mário Chermont, surgido entre hastes das forças de oposição, não se coadunava com as perspectivas do governo central naquele momento, pois o objetivo era da consolidação política de Vargas. Haveria, portanto, uma nova escolha que acabaria em última instância por estar vinculada às perspectivas posteriores de um Estado forte e concentrador. Sucedeu então que o novo governador eleito, Gama Malcher, foi posteriormente indicado como o primeiro interventor do Estado Novo.

3.2.2 A Constituição Paraense de 1935 e o seu enfoque educacional

Foi neste clima que se deu a elaboração da nova Carta Constitucional do Estado. De um lado, sob a influência das mudanças introduzidas na Constituição Nacional e de outro, com a realidade sociopolítica das contingências locais.

É certo que neste ambiente de disputas políticas entre os diversos agentes sociais, a realidade contribuiu para que houvesse inovações na redação do texto constitucional: ele refletia a maior autonomia que recebera o Estado do Pará na Carta Magna, modificava expressões e estabelecia maior competência ao estado como também aos municípios.

Na verdade, a Constituição Paraense de 1935 foi o reflexo da dinâmica das diversas concepções em voga no momento, retratando, sobretudo em seus preceitos constitucionais, os princípios modernizantes liberais e a forte influência moral exercida pela Igreja Católica no processo de modernização conservadora vigente no país.

Estes aspectos não foram diferentes no capítulo referente à educação, pois este, além da influência dos elementos liberalizantes e católicos em confluência com ideais nacionais, demonstrava também a presença das concepções integralistas e militares existentes no pensamento dos agentes implementadores das políticas educacionais no estado e sua forte doutrinação moral. Neste sentido, no Capítulo II da Constituição, o qual versa sobre as atribuições da Assembléia, antigo Congresso, em seu artigo 18º, inciso X, alínea a, reflete a perspectiva do eixo liberal escolanovista presente no embate ideológico nas conferências

nacionais de educação. O aspecto centralizador nacional e a organização do sistema público de ensino estavam implícitos em seus fundamentos. Assim, portanto, rezava a Constituição,

Regular, suprimindo ou completando a legislação federal:

- a) A educação e o ensino público, organizados e mantidos em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela União.⁷

Ainda no artigo 74 do Título II, que versa sobre a “Educação e a Família”, percebe-se novamente a presença da influência das diretrizes pensadas pelos educadores da Escola Nova. Além da reafirmação da centralidade educacional em um sistema único nacional definido pela União, verifica-se o aspecto da organização do sistema Estadual de Ensino, através da criação do Conselho Estadual de Educação, da dotação orçamentária com valores ao estado e aos municípios, bem como, a designação dos recursos financeiros para a criação do fundo estadual de educação,

Art. 74 – Respeitadas as diretrizes traçadas pela União, o Estado organizará e manterá o sistema próprio de educação em todos os graus.

§1º Fica estabelecido um Conselho Estadual de Educação, que a lei regulará.

§2º O Estado aplicará, na manutenção e desenvolvimento do seu sistema educativo, nunca menos de 20%, e os Municípios 10% das rendas resultantes dos impostos.

§3º O fôro das emphyteuses e a renda proveniente da locação de terras devolutas, acrescidos das sobras das dotações orçamentárias, de doações e outros recursos financeiros, constituirão o fundo de educação.⁸

Em contrapartida, havia a influência objetiva do ideário católico como elemento catalisador da perspectiva moral regeneradora presente no momento nacional, refletida na relação definida entre Estado e Igreja como componentes implementadores da política educacional e assistencial na Constituição paraense de 1935. No caput do artigo 75º, esta realidade expressava-se claramente com a liberação ou isenção de impostos de qualquer atividade de cunho confessional e/ou religioso. Da mesma forma que preestabelecia o aspecto de parceria em atividade de ensino ou de cunho assistencial, rezando assim, o artigo,

Art. 75 – É permitida entre o Estado e a Igreja, a colaboração recíproca em prol do interesse coletivo, sendo isentos de quaisquer impostos, estaduais e municipais, os bens imóveis ou móveis destinados ao culto público ou à sua manutenção e a outros fins religiosos, assim também a abras ou instituições de ensino.

⁷ PARÁ. Constituição política do Estado do Pará. Belém: off. Graph. do Inst. Lauro Sodré, 1935.

⁸ Ibid.

educação ou beneficência, para a infância ou as classes necessitadas.⁹

No mesmo sentido, o inciso I do respectivo artigo faculta, no ensino oficial, a execução do ensino religioso como componente moral da formação social dos indivíduos e das instituições no estado. E ainda reforça o aspecto da importância moral religiosa na formação da família, quando no mesmo artigo, em seu parágrafo 2º, incide sobre a definição civil do casamento religioso e sua gratuidade. Assim, então prescreve:

§1º Os Estados e os Municípios facultarão o ensino religioso nos estabelecimentos de ensino primário, secundário, profissional e normal, sempre que houver solicitação, para esse efeito, de metade dos alunos ou, ao menos, de trinta deles, quando a totalidade for superior a sessenta, por intermédio de seus pais ou responsáveis, assim também a assistência religiosa nos estabelecimentos oficiais, civis e militares, quando solicitada.

§2º Serão gratuitos, não somente a celebração do casamento civil e o registro do casamento religioso, mas também o processo de habilitação, inclusive os documentos necessários, ainda que haja verificação de impedimento e oposição, quando o requisitar a autoridade judiciária competente, ou o ministro do culto, em favor de pessoas necessitadas.¹⁰

Da mesma maneira, acrescentava a importância católica no ambiente estadual, quando no artigo 76º referendava a ação religiosa na formação e catequização dos índios,

Art. 76 – O estado auxiliará a catequese dos selvícolas, por missões religiosas, e coibirá a licenciosidade nas ruas e nos espetáculos teatrais, cinematográficos e outros, assim também na imprensa, diária ou periódica, em livros e quaisquer outras publicações.¹¹

E no Título III, que trata da Higiene e da Saúde Pública demonstra o ideário regenerador nacionalista e militar presente no pensamento brasileiro e na mentalidade formativa do primeiro interventor, ao mencionar as matérias obrigatórias nas escolas públicas primárias, refletindo um certo ambiente que versava sobre a identidade nacional do caráter da saúde física e mental das raças:

Art. 78 – São obrigatórios nas escolas públicas primárias cursos de educação física e sanitária englobando nestes noções gerais de higiene que tenham por objetivo a defesa contra doenças endêmicas e males degenerativos.

Parágrafo único. No programa de higiene das Escolas Normais ou institutos congêneres, é obrigatória uma parte sobre

⁹ Ibid.

¹⁰ Ibid.

¹¹ Ibid.

puericultura e outras sobre eugenia, no sentido de propagar princípios que visem ao futuro da raça.¹²

Assim, os aspectos educativos presentes na Constituição Paraense de 1935, além da influência local, tinham sua fundamentação a partir dos princípios traduzidos na complexidade ideológica que formava o ambiente dos anos 30. A efervescência educacional das conferências que refletiam o embate entre católicos e educadores liberais em nível nacional seria contemplada nas definições das políticas educacionais prescritas na constituição do Estado.

Do mesmo modo, o pensamento militar e conservador encontrava-se contemplado na perspectiva nacionalista da mentalidade moral e higiênica a ser incutida no espírito cívico e social da formação da raça paraense. Assim sendo, ela refletia fundamentalmente o sentimento nacional posto na complexidade ideológica presente no processo de modernização capitalista vigente no país, muito embora os conflitos e as mentalidades regionais dessem o toque final das políticas educacionais previstas nos preceitos constitucionais do estado.

3.3 O Estado Novo e a educação: dos discursos oficiais à Constituição Paraense de 1945

3.3.1 – O contexto sociopolítico, econômico e cultural

Apesar de termos experimentado um curto período de expressão democrática de 1934 a 1937, o ambiente social que envolvia esta etapa da evolução econômica do Brasil estava imerso em uma conjuntura que se por um lado favorecia o processo de modernização capitalista, assentado em novas bases econômicas, de outro, possuía uma face social que permitia uma evolução política marcada por traços conservadores e caminhava para a reedificação do estado totalitário. Embora possa parecer contraditório, o avanço para o estabelecimento de relações modernas no país passava pela centralização social na estrutura do Estado como forma de superar os desmandos oligárquicos presentes com a descentralização federativa, levada em curso desde a década anterior e fortalecida pelo levante paulista de 1932.

¹² Ibid.



O ambiente caracterizava-se por um instante de franca instabilidade política, não apenas na estrutura interna do país mas também nos movimentos das nações desenvolvidas, a partir das quais as crises ideológicas e econômicas davam a tônica da realidade mundial. Assim, na Europa o crescimento do capital monopolista e a fragilidade do modelo liberal clássico levavam a profundas divisões nas nações desenvolvidas, não no sentido de bipolaridade entre comunismo e capitalismo, mas no sustentáculo do capital monopolista e o resto do mundo, representado principalmente pela Alemanha e pela Inglaterra, muito embora no aspecto ideológico a revolução Russa de 1917 tenha aberto uma nova possibilidade civilizatória.

À sua vez, o contexto interno constituía-se como uma estrutura frágil, em que os levantes permanentes dos setores sociais favoreciam a instalação de uma ordem social de característica moderna, no entanto, de cunho conservador e totalitário. Criava-se, assim, um ambiente propício para a realização de uma ordem social fechada, em que o levante da Intentona Comunista e o espírito apregoado pela concepção integralista tornavam o momento favorável à instalação do regime discricionário.

Acrescida a estes fatos, a perspectiva que se fazia presente na formação dos militares, com o intuito de dar ao Brasil um modelo de sociedade forjado no seio da caserna, tornar-se-ia patente na realização do Estado Novo. Assim, com o apoio das Forças Armadas, Getúlio Vargas continuou a governar o país, agora com ilimitados privilégios, ou seja, fechou o Congresso, decretou o fim dos partidos políticos e outorgou uma Constituição que dotava o Estado de plenos poderes.

Assim, o estabelecimento do Estado Novo estruturava-se no contexto problemático dos anos trinta. Permanecia-se caminhando na dinâmica de uma realidade cheia de incertezas, porém agora na efetiva presença do Estado como elemento catalisador e interventor social, envolvido com as injunções econômicas, políticas e sociais da realidade interna e externa do país, pois enquanto o mundo estava envolvido no clima de guerra, o Brasil incorporava uma concepção de Estado forte e centralizador que, movido pela necessidade e pelos conflitos sociais, exigia para si um papel não só de regulador das relações entre os indivíduos e o mercado, mas de interventor, dinamizador e implementador de um novo modelo econômico e social.

Esta situação trazia à região amazônica o Estado Nacional definitivamente presente, dando a ela um novo papel na divisão econômica do país, ou seja, como componente de um planejamento mais amplo. Dessa forma, no campo da economia, confirmava-se o novo papel da região como fonte alternativa e vinculada aos interesses estratégicos do Estado e da realidade do mundo exterior.

Por seu turno, a chegada dos anos 40 traria consigo um período histórico centrado em uma economia de guerra que, segundo Pinto, trazia de volta para a Amazônia “(...) o Estado, agora como capataz de um novo parceiro, os Estados Unidos da América. Chegando a mobilizar quase um milhão de pessoas – a esmagadora maioria nordestinos – num exército desconexo que travaria a nada gloriosa ‘Batalha da Borracha.’”¹³ Em certo sentido, a economia da região recebia agora um novo impulso, motivado pela invasão japonesa às plantações de seringa da Malásia. Resultado da impossibilidade de comercialização do produto em função da guerra, este fato trazia novamente à Amazônia, de forma contundente, o capital norte-americano.

Dessa forma, em março de 1942 foi assinado entre o governo do Brasil e dos Estados Unidos da América o acordo de Washington que previa, além da manutenção do monopólio do produto, o financiamento da produção, o desenvolvimento do sistema de transportes, a produção de alimentos, além da colonização e criação de cooperativas, entre outros. Havia ainda a preocupação com o desenvolvimento tecnológico do produto: criou-se então, em 1939, o Instituto Agrônomo do Norte, a primeira instituição de pesquisa da Amazônia. Também foi criado, em julho de 1942, o Banco de Crédito da Borracha — uma instituição financeira com o intuito de incrementar e desenvolver a produção da borracha — formado por quatro diretores: dois brasileiros e dois norte-americanos. Porém, o comando do processo de implementação dessa política de guerra desenvolveu-se sob a autoridade e influência da empresa estrangeira *Rubber Reserve Company*, embora auxiliada pelos órgãos federais aqui instalados.

Na verdade, nessa economia de guerra foram mobilizados milhões de brasileiros em todos os locais do país. Este momento representou um crescimento significativo na economia da região, e na produção da borracha, pois, ao final de 1943, a produção já ultrapassava as 25.000 toneladas; em 1944 chegava a 28.000 toneladas; em 1945 a

¹³ PINTO, op.cit., p. 03



exportação do produto atingia 30.000 toneladas. Segundo Homma, além desse crescimento da economia e da criação do aparato institucional para o atendimento das necessidades bélicas, este fato

(...) mostrava também a preocupação governamental com a região amazônica. Tal preocupação ficou evidenciada no “Discurso do Rio Amazonas”, pronunciado pelo Presidente Vargas, em Manaus em 10 de outubro de 1940. A partir do referido discurso a Amazônia passou a ser encarada como ‘área problema’ em relação aos propósitos de desenvolvimento do país.¹⁴

Portanto, a partir de 1942 ficava evidenciada a nova relação entre o Estado Nacional e a região, seja na perspectiva de Pinto,¹⁵ como “padrasto da região” ou na “forma incipiente”, na concepção de Loureiro.¹⁶ O fato é que o Estado passava a intervir de forma decisiva. Esta presença dar-se-ia de forma quase ininterrupta nos problemas da Amazônia, tanto através dos rearranjos das organizações administrativas dos governos dos estados, territórios e municípios, quanto através do desenvolvimento de problemas econômicos. Havia uma influência também no que se refere à circulação da população local e de indivíduos provenientes das diversas partes do país. Durante o período de 1940 a 1950, o crescimento demográfico da região teve uma taxa média de 2,3% sendo o Acre o estado que mais cresceu: cerca de 43,86%, no mesmo período. Segundo Ianni, “(...) *Também quanto ao ensino, saneamento, saúde, sistema de transportes e comunicação etc. A rigor, cresceu bastante, em termos quantitativo e qualitativo, a presença do poder estatal nos mais distantes lugares*”.¹⁷

Todavia, o que é peculiar no desenvolvimento da região é que a presença do Estado Nacional privilegiava predominantemente setores das oligarquias políticas locais, ou estava mais ligada aos interesses nacionais e estrangeiros em detrimento das necessidades reais da região. Segundo Loureiro,¹⁸ até meados dos anos 50 não se via na região uma ação do Estado que garantisse o desenvolvimento regional com auto-sustentação e que desse aos habitantes uma garantia de cidadania, direitos e redistribuição de renda, principalmente pela inexistência dos serviços básicos que nas ditas sociedades modernas estão a cargo do Estado, como os de estradas, transportes, saúde, saneamento básico, educação, justiça, etc.

¹⁴ HOMMA, op.cit., p. 38

¹⁵ PINTO, op.cit.

¹⁶ LOUREIRO, op.cit.

¹⁷ IANNI, op.cit., p. 59

¹⁸ LOUREIRO, op.cit.

Isto se explica porque durante a “economia de guerra” acreditava-se no novo “boom” do século passado. No entanto, mesmo que a presença do Estado acontecesse agora de forma mais efetiva do que no período anterior, a relação entre trabalho e capital não se modificava: permanecia o privilégio na pauta da estrutura oligárquica, uma vez que, embora nos discursos e nos acordos estivessem previstos o estabelecimento de direitos, a organização do trabalho, o crescimento tecnológico, etc., a relação permanecia sob a base do sistema de aviamento. E ainda pior, sob a égide de uma política de guerra na qual os 25 mil brasileiros recrutados nas diversas partes do país “(...) *nada podiam reclamar. Uma reivindicação que fosse, poderia ser punida, inclusive, com o fuzilamento*”.¹⁹ Esta realidade é reforçada por Loureiro ao afirmar que

(...) quando a partir de 1942, se instala na área uma rede de agências do Banco do Brasil e do Banco de Crédito da Borracha, com vistas a garantir o aumento da produtividade das atividades empresariais e a reter maiores lucros na área, na verdade, a liderança do capital comercial na área não se vê abalada. Os recursos financeiros dos estabelecimentos bancários não se destinavam aos produtores diretos (trabalhadores que produzem) e sim às unidades mais concentradoras do sistema de aviamento (exportadores e comerciantes em geral), de modo que o surgimento dos bancos não provoca alterações relevantes nos processos produtivos e nas relações de produção, limitando-se ao contrário, apenas a facilitar o funcionamento do sistema e a fortalecer um processo de subordinação dos produtores diretos aos empresários do sistema extrativo, porque o banco voltou-se apenas para os empresários (não havia cooperativas de trabalhadores e nem crédito para os pequenos comerciantes). Por outro lado, os empréstimos bancários também não repercutiram mais profunda e diretamente sobre outras atividades porque visavam a dinamizar a produção de alguns poucos produtos básicos, integrantes da pauta de exportação. Basicamente a borracha e a castanha.²⁰

Por outro lado, confirmava-se a expressão de Pinto²¹ sobre o papel do Estado como “padrasto da Amazônia”, pois se foi verdade que a região sofreu novo impulso em sua economia com o retorno do capital norte-americano durante a política de guerra, também não é menos verdade que esta relação deu-se de forma desfavorável para a região, pois as políticas de preço estabelecidas nos acordos de Washington evitaram que a Amazônia recebesse durante a guerra preços mais favoráveis, como os recebidos pelos bolivianos, “(...) *O Brasil fornecia a borracha a 10 cruzeiros o quilo. Pelo produto boliviano, os EUA*

¹⁹ QUINTILIANO, op.cit., p. 199

²⁰ LOUREIRO, op.cit., p. 40

²¹ PINTO, op.cit., 1986.

*pagavam de 80 a 160 cruzeiros.*²² Portanto, o caráter de intervenção não se deu a partir das necessidades da região, mas a partir dos interesses e das perspectivas de soluções de problemas das regiões centrais da economia nacional e/ou como reserva às necessidades internacionais. Entraria em voga, então, o discurso e a visão da Amazônia como área-problema ou como a noção corriqueira da necessidade de “valorização da região”, fato que será referenciado na Constituição de 1946.

Na verdade, a nova dinâmica do papel do Estado como interventor e implementador do processo de industrialização a partir de 30 trazia consigo uma política mais concentradora e nacional em função do processo de desenvolvimento industrial inicial implementado nas regiões sul e sudeste. Motivado, então, por essa realidade e chegado o fim do conflito mundial, ficou patente o fracasso da “Batalha da Borracha” como opção de desenvolvimento agrícola para a região. Em 1946, a borracha nativa era cotada em 17 ou 18 cruzeiros o quilo, enquanto no oriente custava entre 9 e 10 cruzeiros e a sintética variava entre 7 e 8 cruzeiros. De outubro de 1946 a março de 1947, os EUA compraram 500 mil toneladas de borracha nas possessões inglesas e holandesas, a 26 centavos a libra e apenas 7 mil toneladas na Amazônia, a 66 centavos a libra. Chegava então, ao fim, o “esforço de guerra”.²³

Entretanto, foi neste período que o processo de exportação dirigiu-se muito mais ao mercado interno que ao comércio exterior, com a instalação das indústrias de pneumáticos e artefatos da borracha. A Amazônia, então, exporta para o mercado interno cerca de 8,4 mil toneladas em 1945 e 15 mil toneladas em 1946.

Porém, após esse período o Banco da Borracha desenvolveu uma nova política: comprar no mercado externo a matéria-prima e exportar para as regiões sul e sudeste. Era uma forma de manter um certo capital em circulação e estabelecer na Amazônia uma infraestrutura que garantisse seu desenvolvimento. Embora essa operação tenha sido efetivada, dado o caráter dos privilégios oligárquicos, esta política não surtiu grandes benefícios para a região. Da mesma forma, a falta de representatividade política da região junto ao governo central e as condições do comércio evitaram que acontecesse o processo de industrialização. Chegou-se inclusive a ser ventilada, durante o final da década de 40, a

²² Id., p. 04

²³ Ibid.



possibilidade de instalação de indústrias de artefatos, bem como de refinarias de petróleo, mas o mesmo motivo político levou ao descaso a região amazônica.

Dessa forma, diferentemente das regiões sul e sudeste, onde o café consegue ser um produto dinamizador da economia e abre caminho ao desenvolvimento da indústria e a um processo intenso de urbanização exigindo, assim, uma nova relação entre Estado e Sociedade, a Amazônia, dado seu caráter extrativista-vegetal e a crise do seu principal produto, chega ao final da década de 40 como uma região secundária, de economia frágil, população rarefeita e sem uma industrialização capaz de dar-lhe conhecimento político num período profundo de mudanças na economia do país.

Todavia, este momento marcou definitivamente a entrada da Amazônia nos planejamentos nacionais. Com o intuito de garantir o processo de integração, manteve-se a continuidade do monopólio da borracha, com o papel do Banco de Crédito da Borracha como componente mantenedor de compra e crédito do produto. No âmbito político, o curto período de democracia vivido entre os anos de 1934 e 1937 não deixou à região amazônica uma herança de estabilidade política e reaquecimento da economia, mas caracterizou-se por momentos de grandes embates entre democracia e o autoritarismo das oligarquias políticas.

No Estado do Pará, este curto período fora marcado por grandes conflitos entre os envolvidos, ocasionando inclusive a caça aos opositores e à imprensa resistente ao interventor Magalhães Barata. Só para ilustrar, segundo Quintiliano,

A “Folha do Norte”, órgão dirigido por Paulo Maranhão, chegou a ser atacado a bala pela polícia, nessa primeira interventoria de Barata. O jornal resistiu a quinze minutos de cerrado tiroteio, com a ajuda que enviara o comandante naval Benjamin Sodré. Por outro lado, Paulo Maranhão havia cercado o edifício da “Folha do Norte” com uma rede elétrica, impossibilitando a invasão pretendida pelos policiais.

Registre-se, porém, que era, o jornalista, genial na oposição, o governante não era menos, e a seu modo, na defesa de suas convicções.²⁴

O ápice desta realidade chegaria nos conflitos ocorridos no estado durante a eleição dos membros constituintes e da escolha do novo governador em abril de 1935, quando os embates gerados entre os membros eleitos e o interventor acarretariam a intervenção do

²⁴ QUINTILIANO, op.cit., p. 193

Governo Central levando, por conseguinte, o fim do primeiro governo de Magalhães Barata e a eleição de um novo governador para os anos posteriores.

A derrocada do Major Magalhães Barata, mesmo que estivesse circunscrita à resistência do autoritarismo e do retorno do país ao regime democrático, sinalizava implicitamente o jogo oligárquico envolvido na realidade nacional e local sob a influência do movimento paulista de 1932, pois a trajetória imprimida pelo interventor de reeducação das massas e de cooptação dos setores das elites não mais se fazia a contento pelos seus métodos centralizadores de governo. Este fator conduzia à unicidade dos setores descontentes com os rumos do movimento revolucionário e as frações oligárquicas afastadas do poder. Entretanto, mesmo que isto significasse mudança no estafe governamental, iria representar tanto os interesses do poder central do país como da confluência do jogo oligárquico no estado.

A eleição de Gama Malcher como governador do Estado do Pará, embora indicasse mudança na forma, não significava transformações no conteúdo, pois o mesmo não só filiava-se às influências do grupo baratista deposto como também estava vinculado às velhas figuras tradicionais dos anos anteriores a 30. Exemplo disso foi a incorporação ao seu governo de figuras como a de Deodoro de Mendonça, grande latifundiário e dono de castanhais na cidade de Marabá, que, durante sua administração, ocupou vários cargos públicos importantes. De fato, o que está em curso é a troca de poder em mãos de grupos dominantes e não a mudança efetiva de mentalidade, o que se confirmou com sua indicação para os primeiros anos de interventoria no Estado Novo no Pará, de 1937 a 1943. A sua escolha estava circunscrita ao aspecto da unicidade que buscara Getúlio Vargas neste momento. A habilidade política para neutralizar a resistência e estabelecer um pacto de convivência entre o governo revolucionário e os interesses regionais era a imperativa para a continuidade das perspectivas de modernização que foram introduzidas pelo movimento tenentista de 1930.

Os dois anos de regime democrático tiveram, na administração do governador Gama Malcher, um desenvolvimento a contento com os objetivos de pacificação política, adaptando-se aos princípios constitucionais, descentralizando o poder e favorecendo os trabalhos da Constituinte. Na verdade, sua concepção de sociedade não divergia do espírito integralista que envolvia o pensamento político dos setores oligárquicos. Para ele, ao



Estado cabia formar o indivíduo a partir dos valores essenciais da unidade cívica da nação, de amor à pátria, à família e a Deus. A única diferença de seu governo para o anterior foi o aspecto mais maleável de sua personalidade, possibilitando, assim, maior participação dos setores dominantes.

Assim foi que, durante o seu mandato, sob os auspícios da influência de Getúlio Vargas, aconteceu a assinatura do pacto político entre as forças opositoras da União Popular do Pará e do Partido Liberal, que representava os interesses governamentais da União. O documento, de 15 de outubro de 1936, expressava a perspectiva de pacificação que se pretendia neste instante, pois, ao transformar as diretorias gerais em secretarias, permitia uma maior participação e distribuição dos cargos públicos entre as forças oligárquicas oponentes. O conteúdo desse documento revelava não somente o jogo oligárquico no Estado durante este momento como também o papel de pacificador que seria, então exercido pelo governador eleito. Assim expressava o documento,

CONVENÇÃO POLÍTICA ENTRE A UNIÃO POPULAR DO PARÁ E O PARTIDO LIBERAL DO PARÁ, FEITA SOB OS AUSPÍCIOS DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, COM O OBJETIVO DA PACIFICAÇÃO DAS FORÇAS DO ESTADO E FUNCIONAMENTO REGULAR DOS PODERES PÚBLICOS, MEDIANTE O APOIO DO GOVERNADOR JOSÉ CARLOS DA GAMA MALCHER.

As bases do acordo:

A- A primeira vaga do Senado caberá ao Partido Liberal, sendo a eleição do candidato apoiado por ambos os partidos;

B- A mesa da Câmara Municipal de Belém ficará constituída da seguinte forma: a presidência e mais um cargo de secretário caberão ao partido Liberal e a vice-presidência e outro cargo de secretário à União Popular;

C- As presidências das comissões permanentes da Câmara Municipal caberão a ambos os partidos;

D- Na próxima eleição de presidente da mesa da Assembléia Legislativa Estadual, a presidência caberá ao Partido Liberal. A Assembléia Estadual será convocada extraordinariamente para o dia 30 de novembro, a fim de proceder à votação das leis necessárias ao perfeito funcionamento do poderes públicos;

E- As bancadas da União Popular e do Partido Liberal, constituindo a maioria da Assembléia apoiarão, o governo estadual, facilitando-lhe os meios necessários para o exercício da administração e perfeita regularidade dos poderes públicos, votando as medidas propostas pelo governo;

F- As bancadas da união do Popular e do Partido Liberal, constituindo a maioria das Câmaras Municipais em Belém e no interior, apoiarão os prefeitos municipais, facilitando-lhes, igualmente os meios necessários para o exercício do aparelho do município;

G- Nos municípios onde os prefeitos não pertençam aos dois partidos pactuantes, os vereadores agirão de comum acordo, politicamente;

H- O Governo do Estado reintegrará ou aproveitará em cargos equivalentes os funcionários liberais exonerados por motivos de ordem política;

I- A atual Secretaria Geral do Estado desdobrada, para maior facilidade do serviço público, nas seguintes secretarias: - Interior e Justiça; Fazenda; Educação e Cultura; Saúde e Assistência Social; Agricultura e Pecuária; Obras Públicas, Terras e Viação. Destas, caberão ao Partido Liberal as duas Secretarias de Educação e Cultura e Saúde;

J- Ambos os partidos ficarão igualmente com direito de pleitear junto ao Governo nomeações para as vagas que ocorrerem no quadro do funcionalismo público do Estado;

K- Nos lugares onde houve eleito o prefeito ou maioria da Câmara Municipal, o Partido Liberal indicará os funcionários de polícia; os membros do Magistério obedecerão a critérios de idoneidade e competência;

L- No município em que o Partido Liberal tiver pelo menos a maioria na Câmara Municipal, opinará sobre as demissões dos funcionários estaduais ou municipais, salvo caso convincente de culpa;

M- Os líderes dos dois partidos, na Assembléia Legislativa e nas Câmaras Municipais, articularão as respectivas bancadas no sentido de darem execução a presente Convenção no que disser respeito ao estabelecido nas cláusulas "b", "e", "i" e "g", e combinarão previamente as medidas a votar;

N- Um exemplar da presente Convenção, devidamente assinado, pelos representantes dos partidos pactuantes, será entregue ao Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas.²⁵

Desse modo, o pacto assinado demonstrava o aspecto da representatividade dos setores envolvidos e a característica política nos dois primeiros anos de governo de Gama Malcher, reafirmando tanto os interesses colocados sob o aspecto influente do governo central quanto a unicidade oligárquica no Estado do Pará.

A chegada do Estado Novo vem demonstrar a complexidade que simbolizava o instante conjuntural do país e a perspectiva de modernização que se instalara no Brasil desde os anos 30. O ambiente de guerra que havia no planeta, o espírito de superação do modelo econômico em voga e as diversas concepções ideológicas presentes, traduziam o ambiente do fechamento da ordem constitucional.

No Estado do Pará, a realidade social, política e econômica não sofreria grandes transformações, apesar do novo papel que a região Amazônica passava a ter na nova dinâmica introduzida pelo Estado Nacional. O governador Gama Malcher foi nomeado como interventor do estado para os quatro anos seguintes e seu governo transcorreu sem muita conturbação política durante o período mais difícil de cassação de mandatos, fechamento da imprensa e de outros acontecimentos quando da implantação do regime. Porém, demonstrou o caráter centralizador de sua concepção social, já que novamente

²⁵ PARÁ. Secretaria de Estado da Educação. **A educação do Pará: documentário**. Belém: SEDUC, 1987.

centralizou a administração do Estado em uma secretaria geral vinculada ao gabinete do interventor e extinguiu os poderes estabelecidos na Convenção estadual dos grupos partidários de 1936,

O golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 golpeou também a convenção retrotranscrita. O governador Gama Malcher, mantido no cargo como interventor federal, aproveitou o Estado Novo para extinguir as Secretarias de Estado e restabelecer a Secretaria Geral, concentrando nesta todo o controle da máquina administrativa do Estado.²⁶

Conforme afirma Quintiliano,²⁷ seu governo passaria sem muito destaque se não fossem os acontecimentos de cunho mundial e nacional que acabaram por ter fortes reflexos na realidade socioeconômica do estado. A crise que se desencadeara no liberalismo clássico trouxe consigo o crescimento de concepções ideológicas que se colocavam como alternativa ao modelo posto em cheque desde a primeira guerra mundial. O comunismo e o integralismo, pautados na concepção fascista, surgiam como possibilidades civilizatórias deste momento. Além do ambiente propício de renovação que havia sido gerado no país pelo clima de modernização social, essas concepções serviam de elementos estruturadores das mentalidades dos atores responsáveis pelas mudanças que estavam em curso no Brasil.

Portanto, se isto era verdade em nível nacional, não seria diferente na realidade local. O levante integralista de 1938, a participação paraense na Força Expedicionária do Brasil, bem como a economia de guerra atraindo um número significativo de nordestinos para a exploração da borracha, foram acontecimentos que introduziram elementos novos à realidade regional. O levante Integralista, embora não tenha trazido grandes consequências sociais à região, teve reflexos no Estado do Pará, pois havia, por parte da administração do interventor, uma certa aceitação das concepções sociais pensadas por Plínio Salgado. Na verdade, era uma certa perspectiva presente nos primeiros anos do regime do Estado Novo, seja como uma estratégia de dominação seja pelo fato de que muitos governos ocidentais acreditavam na possibilidade de regimes democráticos aliam-se ao nazismo como alternativa de superação da crise gerada pelo liberalismo clássico.

Porém, a influência norte-americana a partir de 1938, em consequência do início da segunda guerra mundial, levou ao governo brasileiro a uma tomada de ação mais

²⁶ Id.

²⁷ QUINTILIANO, op.cit.

contundente com relação às tendências fascistas no Brasil. Isto teve impacto na administração do governador Gama Malcher, pois se até então houvera ele negligenciado as ações integralistas no Estado, passou a partir desse instante a reprová-las e sufocá-las como fizera Getúlio Vargas após a implantação do regime ditatorial.

Assim como o clima de guerra trouxe conseqüências políticas com relação ao movimento integralista, na economia seu reflexo estava na necessidade norte-americana com relação à borracha da Amazônia. Criara-se o slogan “para ganhar a guerra é preciso ganhar a batalha da borracha”. Este fato, embora não trouxesse a transformação econômica da região possibilitando sua entrada na modernização industrial em curso no país, traria um certo alento em sua economia. Segundo Quintiliano,

O objetivo era arrancar 70 mil toneladas de borracha. Mas em 1940 consegui-se, apenas, pouco mais de onze mil. Em 1942, entretanto, os primeiros efeitos da extração em massa se faziam sentir, alcançando-se uma produção superior a vinte mil toneladas. A guerra está servindo para alguma coisa! – exclamariam os seringalistas, olhando, apenas, os resultados imediatos.²⁸

Os anos posteriores a 1942 trariam novamente à cena política do estado o Major Magalhães Barata, em uma conjuntura de certo modo dúbia, pois retomava a interventoria num ambiente em que ainda estava presente a forte perspectiva autoritária do regime implantado e onde, posteriormente, fortalecer-se-ia a perspectiva do processo de reabertura democrática. Na verdade, seu retorno envolvia-se no projeto mais amplo do governo de Getúlio Vargas de estabelecer, a partir da Amazônia, um local estratégico de invasão às Guianas. Assim, mesmo que Gama Malcher estivesse cumprindo sua tarefa essencial de pacificação política, esta missão exigia um pulso forte, de maior confiança do governo central e com uma presença militar efetiva. Para esta tarefa, nada melhor do que o antigo interventor. Neste sentido, o governador foi substituído, assumindo a presidência do Banco da Borracha, e o então Major Magalhães Barata reassumiu o governo do Estado do Pará. Porém, devido à pressão internacional e à instalação de bases norte-americanas, tanto no país como nas Guianas, tal objetivo de Getúlio teve de ser abandonado. Do mesmo modo, além das pressões externas, as manifestações de apoio aos aliados fizeram esvaecer o

²⁸ Id., p. 199

espírito totalitário do governo central, levando-o a caminhar em direção à ordem democrática.

Este período tornou-se importante porque, a partir de então, a Amazônia definitivamente incorporava-se às políticas estratégicas do Estado Nacional. Segundo Pinto,²⁹ desde a queda da borracha, foi neste momento, com a economia de guerra, que o olhar estratégico da ação do Estado interveio para sempre nos destinos dos Estados Amazônicos, criando-se inclusive o Banco da Borracha. Esta realidade confirmar-se-ia no relatório do Interventor ao Presidente da República em 1944, em que dizia, referindo-se à intervenção do Estado e ao processo de repovoamento da Amazônia:

Éramos vítimas de um Estado que fugia a qualquer ingerência na ordem econômica, pelo preconceito de um liberalismo que não admitia essa intervenção, nem mesmo para assegurar a conservação e a sobrevivência, na defesa do patrimônio de nossas próprias riquezas deixadas ao abandono.

Por isto é que estamos certos que um novo íecho – que se poderá denominar com a justeza de Ciclo de Getúlio Vargas – abriu-se para o nosso hinterland, depois que Vossa Excelência traçou o programa de recuperação do Vale Amazônico, que teve a sua primeira expressão no discurso do Amazonas, de 10 de outubro de 1940. O Estado Nacional não podia deixar a margem um dos problemas mais importante da economia brasileira, qual o do aproveitamento do incomparável potencial de riquezas de que somos detentores.³⁰

E acrescenta,

Certamente que não seria possível exigir para os trabalhadores da borracha, na emergência da guerra, que essa imigração provocada atender-se, desde logo a todos os requisitos necessários à fixação do imigrante. Entretanto, cabe-me aqui destacar a orientação e o método que requer o Departamento Nacional de Imigração, sob a direção do Doutor Dario de Vasconcelos, no louvável intuito de realizar um serviço de povoamento do Vale Amazônico, tendo em vista, as nossas condições próprias, com o aproveitamento do trabalhador nordestino por famílias isoladas ou grupos de famílias.³¹

Assim chega-se ao final do Estado Novo com uma realidade amazônica que trazia o Estado Nacional presente, porém com uma estrutura social rarefeita e uma economia frágil como já se demonstrara alhures. Na política estadual, graças à sua habilidade, Magalhães

²⁹ PINTO, op.cit., 1986.

³⁰ BARATA, Joaquim C. Magalhães. **Relatório ao Presidente da República**. Belém, 1944. p.13

³¹ Ibid.

Barata conseguiu eleger seu candidato, tornando-se com que um divisor de águas e sendo, portanto, influente até sua morte nos anos 50. Dizia o ditado popular: “aos amigos de Barata tudo aos inimigos a baioneta”. Este slogan permaneceu então como símbolo do enfrentamento oligárquico presente durante toda a trajetória do movimento de outubro de 1930.

3.3.2 O Estado Novo e a Política Educacional no Estado do Pará.

3.3.2.1 O Governo de Gama Malcher e a Educação

Assim como nos diversos ramos das atividades humanas, a educação refletia o ambiente social existente. No âmbito nacional a efervescência ideológica, que fora a tônica dos debates nos anos preparatórios da Constituição, rarefez-se, permanecendo, portanto, uma concepção elitista de educação, em que através dela poder-se-ia dotar o país de uma nova mentalidade social, centrada no nacionalismo crescente, na identidade de raça e no espírito de um mundo urbano e industrial. Na verdade, o processo de desenvolvimento educacional que se levaria avante durante o Estado Novo refletia a característica que envolvia a modernização capitalista do país de cunho autoritário e conservador, pois o conteúdo das reformas, embora refletissem o pensamento liberal novista, ele estaria circunscrito a mentalidade elitista e ideológica dos setores sociais dominantes, representados principalmente na concepção educacional dos agentes implementadores de tais políticas educacionais a partir do movimento de 1930.

Portanto, essa dinâmica característica da modernização brasileira contribuía para que elementos modernizantes e liberais fossem incorporados à mentalidade social levada em curso pelo regime estadonovista, da mesma forma que não havia impedimento para que aspectos do pensamento católico, integralista e militar estivessem presentes em um mesmo ambiente de reestruturação educacional.

Esta reflexão torna-se importante porque facilita a compreensão do desenvolvimento educacional no Estado do Pará. Mesmo que o ambiente educacional estivesse circunscrito a uma mentalidade de cunho oligárquico e integralista, isto não evitava que a perspectiva pedagógica e metodológica de ensino incorporasse elementos

liberais novistas — de modernização urbana e industrial — nos diversos discursos oficiais dos agentes responsáveis pela implementação das políticas educacionais no Estado. A educação constituía-se, em tais discursos, como componente essencial para a realização do espírito cívico e moral da raça, no entanto a motivação residia nas mudanças em curso impulsionado pelo progresso tecnológico e científico desenvolvido nas grandes nações. Segundo o Governador Gama Malcher,

(...) tendo em consideração a época que o mundo atravessa em que, devido às facilidades de todo o gênero que os meios de transporte proporcionam, pode o pensamento correr, acelerar através dos mares e dos continentes, levando aos lugares mais distantes as modernas concepções de ciência, em todos os ramos da atividade humana. Em questões pedagógicas, então, o progresso tem sido extraordinário.³²

Esta compreensão coadunava-se com o processo de modernização que se desenvolvia no país, do mesmo modo que se estruturava o estado em volta de uma mentalidade social que tinha como pressuposto os princípios do nacionalismo em voga, incorporado na perspectiva de cunho militar e integralista. Se tal perspectiva estava presente como pano de fundo do pensamento social e político, servia então como fundamento para o desenvolvimento das políticas educacionais. À educação seria destinada a função precípua, característica do momento de reedificação do tempo social, constituindo-se em um elemento essencial, capaz de forjar o espírito de cidadania e a unidade cívica do povo paraense. Tanto que, em sua mensagem, o governador realçava esse espírito nacionalista e integralista do seu pensamento, convencido de que somente pela instrução pública poder-se-iam estabelecer dias melhores ao povo brasileiro, dando a ele uma formação cívica contundente, expressa principalmente, no ideal educativo de fortalecimento da dimensão física e moral da criança:

Convencido de que só pela educação e instrução do povo será possível preparar melhores dias para a nossa Pátria, e de que unicamente em combate sem tréguas ao analfabetismo e um desenvolvimento harmônico do físico e da moral da criança poderão contribuir para formação do cidadão plenamente consciente dos seus direitos e das suas obrigações capaz de prestar relevantes serviços à terra que lhe serviu de berço..³³

³² MALCHER, José C. Gama. *Mensagem à Assembléia Legislativa do Pará em 16/07/1936*. Belém: Off. Graf. do Instituto Lauro Sodré, 1936. p.96

³³ Ibid.

O governador continuava reafirmando tais perspectivas quando apontava a necessidade de reestruturação de prédios, de modo a adaptá-los às exigências do ensino, da qualidade higiênica, para desenvolvimento e fortalecimento físico e mental da raça e da evolução do nacionalismo formado no espírito patriótico, bem como de uma formação culta a ser recebida pelo preparo permanente dos professores:

De fato, para que um estabelecimento de ensino possa corresponder a sua finalidade é necessário que o prédio onde funcione preencha todos os requisitos exigidos pela higiene escolar, a fim de evitar a degenerência física da raça. Além disso, é imprescindível que seu corpo docente se já culto, dedicado, animado de um sã patriotismo e tenha à sua disposição um aparelhamento escolar completo, de maneira a permitir que o ensino ministrado seja essencialmente prático, intuitivo e atraente, a fim de despertar o interesse do aluno pela escola, atualmente encarado com um prolongamento do lar.³⁴

O que fica patente no discurso do governador é a idéia de formação da identidade da raça paraense, posta através da mentalidade militar e conservadora, pois nela estaria inculcado o aspecto essencial que assumiria a formação de uma cultura higiênica e fortemente física na educação. A saúde, a educação e a agricultura eram componentes fundamentais para a tarefa de consolidação do novo espírito social a ser integrado na cultura nacional e amazônica,

Realmente, a instrução pública, assim como a saúde pública e o amparo à agricultura têm sido a nossa preocupação máxima. Cuidar do presente, preparando o porvir, é o lema do qual não nos temos afastado.³⁵

E mais adiante, em sua mensagem continuaria reafirmando o mesmo espírito:

Constituindo a Educação Física uma das sólidas bases do desenvolvimento harmonioso da raça, a nossa atuação estará sempre voltada para tão magno problema, procurando por todos os meios solucioná-lo vantajosamente, espalhando entre a população o amor pela cultura física e empenhando-a no desejo de alcançar, assim, seu máximo desenvolvimento e perfeição.³⁶

Esta compreensão o conduzia a uma ação concreta no sentido de dar ao estado uma política educacional voltada para este aspecto formativo da cultura e da identidade de raça, ou seja, centrada na dimensão do aspecto físico,

³⁴ Id., p.96-97

³⁵ Id., p.96

³⁶ Id., p.99

Para atingir nosso objetivo, contratamos professoras especializadas, tendo feito curso no departamento de Educação Física nesta capital.

No interior já os principais Grupos Escolares foram dotados de ensino de educação física. Nesta seção também existe um grupo de orientadoras responsáveis pela direção do ensino.³⁷

Este mesmo direcionamento receberia o seu olhar para o interior e a agricultura, além do seu aspecto econômico, e traria a credibilidade regeneradora que residia na transformação da mentalidade com a formação cívica e na permanência do homem no campo, que ele assim exprimia:

Considerando que um dos mais importantes problemas econômicos do Brasil é o da agricultura, julgamos necessária a criação de escolas rurais, destinadas a dar a populações do interior uma instrução sólida, porém compatível com o meio, orientando-as para cultura racional e intensiva da terra, despertando-lhes o amor e o carinho pelos campos brasileiros, fontes inesgotáveis da riqueza do país, tão mal compreendidas pelas populações rurais, incultas e doentias, que mal orientadas sonham sempre em trocá-los pela capital.³⁸

Na verdade, o ideal educacional não diferia dos anos anteriores. Permanecia centrado nos princípios redentores sociais da modernização autoritária na qual incorporava elementos de uma prática pedagógica cujo destaque residia no referencial da Escola Nova, desprovida de seu conteúdo progressista, mas como uma atividade metodológica capaz de inculcar nos alunos os valores essenciais da unidade cívica e de uma civilização do progresso e da ciência. Essa ação educativa “essencialmente prática e atraente” a que se referia o governador, apresentava-se como elemento inculcador do espírito de nação e de instrução dos alunos às inovações metodológicas, tornando o ensino envolvente e criativo, capaz de despertar o desejo para o aprendizado dos conhecimentos científicos introduzidos por esta etapa do progresso humano. Assim, então ele afirmava:

A Escola Nova, revolucionando completamente os métodos de ensino, com o fito de torná-lo mais acessível à inteligência infantil, trouxe como consequência a ampliação do aparelhamento didático, tornando-o cada vez mais dispendioso.

O atual desenvolvimento da ciência educacional exige não só instalações perfeitas para o preparo intelectual do aluno, como também uma sã assistência moral e bem orientada educação física.³⁹

³⁷ Ibid.

³⁸ Id., p.98

³⁹ Id., p.96

E nesse sentido ele acrescentava:

É por isso que, procurando corresponder à confiança pública, temos em vista dotar o Estado de estabelecimentos modelares, a serem construídos de acordo com os preceitos da pedagogia moderna. Estes prédios escolares, com capacidade para 200 alunos cada um, serão edificados de preferências nos populosos bairros suburbanos da capital, habitados em sua maioria pela laboriosa classe operária.⁴⁰

Um outro aspecto importante na compreensão das políticas educacionais durante esse período reside na evolução do ensino primário, uma vez que a educação das massas constituía-se no instrumento capaz de renovação da mentalidade social. Na verdade, o ímpeto nacionalista e conservador dos discursos oficiais sucedeu ter sua ressonância no sentido de que a educação primária servia para a superação do domínio oligárquico anterior. Esta mentalidade, que fora forte no pensamento educacional de Magalhães Barata, continuava presente na mentalidade de Gama Malcher. A ele cabia a tarefa de levar em frente aquilo que o governo anterior não conseguira, que era dar uma efetiva instrução educativa às massas populares. Tornou-se, assim, a educação primária uma das principais metas de seu governo, ou seja, como componente renovador e regenerador da minoridade social. Isto era demonstrado no sentido que a ação educativa assumia em seu discurso:

A questão mais grave e mais palpitante é certamente a do ensino primário, pois constitui o alicerce sobre o qual se há de construir o momento grandioso do futuro.

Apesar dos desejos das administrações passadas de renovar e desenvolver este problema, não tinha sido o assunto convenientemente solicitado, o que se fazendo agora com a remodelação do ensino e a criação do quadro de professores primários, justificada pelo extraordinário aumento de matrículas em todas as casas de ensino, que ascendeu, no primeiro semestre do corrente ano, ao número apreciável de 61.784, enquanto que em 1935 60.169 e em 1934 apenas 57.342.⁴¹

Este sentido continuava presente ao levar-se em frente a perspectiva de dar uma nova estrutura ao sistema de ensino no Estado, reorganizando a antiga Diretoria de Educação e Ensino Público em Diretoria Geral de Educação e Cultura, buscando ampliar o raio de ação da referida diretoria. Segundo o Diretor de Ensino deste período, Oswaldo

⁴⁰ Id., p.97

⁴¹ Ibid.

Orino, ele levava a contento sua ação quando deu a esta diretoria o referido reconhecimento:

1- Deu à antiga diretoria de Educação e Ensino Público uma organização mais ampla, sob a denominação de Diretoria Geral de Educação e Cultura, pondo sob sua orientação outros que concorrem diretamente para que seja obedecido o dispositivo constitucional;

2- Retirou do porão em que funcionava a sede da Diretoria, adaptando-a em um prédio novo, amplo e higiênico, dotado de excelentes acomodações para os diferentes serviços de portaria, protocolo, expediente, contabilidade, estatística, inspeção escolar e gabinete do diretor geral. Antigamente, tudo isso funcionava em proximidade, impedindo materialmente o trabalho dos próprios funcionários. Hoje, em instalações separadas, é outro o rendimento do serviço, não sendo, embora, uma instalação definitiva, pode-se dizer que D.G.E.C. do Pará é hoje a repartição, no gênero, melhor instalada no Norte do país; com biblioteca para o professorado público, que funcionará em uma sala especial da sede da D.G.E.C. não se precisa salientar o alcance desta criação, que visa por o magistério do Pará em contato com todas as obras úteis publicadas em matéria de ensino (...).⁴²

Do mesmo modo, procurava dar ao desenvolvimento do ensino primário as regulamentações que eram ocasionadas pelas legislações nacionais, seguindo os implementos que favoreciam as adaptações às realidades estaduais, tanto de ordem de funcionamento quanto de conteúdo, como na metodologia, seguindo, assim, o espírito da escola ativa:

Estabelecemos um horário compatível com as exigências climáticas do norte, bem diversas do sul, tornando mais agradáveis tanto para os alunos, como para o professorado, as horas de labuta diária. Desenvolvemos e radicamos os serviços de testes. Restabelecemos o uso do ditado, tão necessário para assegurar ao aluno o manejo acertado da sua língua. Ampliamos a prática das redações e incentivamos o torneio de leitura, dando aos jovens oportunidades de, com segurança firmarem-se nas sutilezas da interpretação do pensamento e perfeita direção do português. Para manter em ordem e em dia importante serviço, criamos um corpo de orientadores de ensino, composto de membros do professorado, comissionados nesse cargo.⁴³

Ademais, no que se refere ao ensino primário, observa-se um crescimento importante no índice de matrículas e de oportunidades de vagas, com a criação de novos estabelecimentos e escolas, tanto na capital como, e principalmente, no interior, com a criação das escolas isoladas. Nesse sentido, ele afirmava:

⁴² PARÁ. Secretaria de Estado da Educação. **A educação do Pará; documentário**. Belém: SEDUC, 1987.

⁴³ MALCHER, José C. Gama. **Mensagem à Assembléia Legislativa do Pará em 16/07/1936**. Belém: Off. Graf. do Instituto Lauro Sodré, 1936. p.98

O governo, cumprindo rigorosamente a sábia determinação do art.62 do decreto n: 1.650, de 1 de abril de 1935, que autoriza a criação de escolas em qualquer localidade onde houver mais de 20 crianças de um ou outro sexo, em idade escolar, em um ano de administração criou 3 grupos escolares, 36 escolas isoladas de 1ª entrância, 13 de 2ª, 3 nas zonas suburbanas da capital e 214 escolas auxiliares no interior. O resultado benéfico desses novos estabelecimentos foi ter a matrícula no interior aumentado consideravelmente este ano, atingindo a cifra de 50.046, contra 46.918 em 1935 e 45.046 em 1934.⁴⁴

Por outro lado, o antigo problema do índice de evasão estava colocado, porém, com índices bem menores com relação aos anos anteriores. Do número de alunos matriculados no ano de 1936, que foi de 61.784, permaneceram freqüentando 54.706, com um índice de evasão de 7.078, num percentual que equivaleria a aproximadamente 11,46%. Assim, se considerarmos pelo percentual houve uma diminuição considerável deste índice, no entanto, se levarmos em conta a quantidade de alunos, ainda seria um número significativo. O que demonstra uma fragilidade na permanência do aluno no sistema educacional. Já quando estudamos esta realidade relacionada aos sexos, o número de evasão seria maior no masculino, dos 33.976 saíram 4.503 alunos, um percentual de 13,25%; com relação ao sexo feminino o índice diminuiria consideravelmente, das 25.233 alunas matriculadas evadiram-se 1.575, o que significava um percentual de 5,8%. Isto pode ser confirmado pelo quadro estatístico apresentado no ano de 1936.

MAPPA comparativo da matrícula e da frequência media dos estabelecimentos de ensino publicos estaduaes nos annos de 1934 a 1936.

LOCALI- ADES	EM 1934					
	MATRICULA GERAL			FREQUENCIA MEDIA		
	MASC.	FEMININO	TOTAL	MASC.	FEMININO	TOTAL
CAPITAL	6.300	5.996	12.296	3.630	4.065	7.695
INTERIOR	25.802	19.244	45.046	15.960	12.331	28.291
TOTAL	32.102	25.240	57.342	19540	16.396	35.986
LOCALI- DADES	EM 1935					
	MATRICULA GERAL			FREQUENCIA MEDIA		
	MASC.	FEMININO	TOTAL	MASC.	FEMININO	TOTAL
CAPITAL	6.668	6.583	13.251	5.392	4.304	9.696

⁴⁴ Id., p.97



INTERIOR	26.492	20.426	46.918	23.618	14.877	38.495
TOTAL	33.160	27.009	60.169	29.010	19.181	48.191
EM 31 DE MAIO DE 1936						
LOCALI- DADES	MATRICULA GERAL			FREQUENCIA MEDIA		
	MASC.	FEMININO	TOTAL	MASC.	FEMININO	TOTAL
CAPITAL	5.793	5.945	11.738	4.169	4.416	8.585
INTERIOR	28.183	21.863	50.046	25.304	20.817	46.121
TOTAL	33.976	26.808	61.784	29.473	25.233	54.706

NOTA: Os dados relativos ao ano de 1936 correspondem apenas ao período de 15 de janeiro a 31 de maio.

FONTE: Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Pará pelo Governador Gama Malcher⁴⁵

Quanto aos demais níveis de ensino, repetem-se as mesmas reflexões dos governos anteriores, como a simples ampliação de prédios, construção de laboratórios, etc. Trata-se, porém, de atitudes sempre muito evasivas, próprias de um período em que a característica da formação residia na evolução do ensino primário. Assim, permanecia a mentalidade integralista dos anos interiores, pois a educação continuava a possuir a função regeneradora e moral da ordem cívica, dando-se ênfase ao ensino primário como forma de elevação cultural das massas, em especial das populações dispersas do interior.

O governador Gama Malcher ficou à frente do governo do estado até janeiro de 1943, quando então saiu para assumir a presidência do Banco de Crédito da Borracha. Seu lugar foi ocupado na interventoria do Estado pelo Major Magalhães Barata que pela segunda vez iria assumir a administração do governo do Pará.

3.3.2.2 O Segundo Governo do Major Magalhães Barata e a Educação

É um período importante, tanto do ponto de vista da história nacional quanto a partir do processo de desenvolvimento econômico, político e social da região Amazônica. Em primeiro lugar, porque marcava um estágio de transição no processo de modernização capitalista no Brasil, com uma clara evidência de crescimento urbano-industrial e uma crescente elevação de demandas antes inexistentes, que exigiam do Estado Nacional uma

⁴⁵ Id., p.101

reestruturação política e administrativa. Em segundo lugar, porque esta realidade global dava à Amazônia um novo papel na articulação mais ampla do processo de desenvolvimento capitalista mundial. Deixava de ser o paraíso verde, na linguagem de Humbolt, e caminharia como fonte de reservas alternativas às necessidades gerais das nações imperialistas.

Esta realidade, porém, não demonstrou transformações significativas à realidade socioeconômica da região uma vez que os velhos problemas permaneciam: o caráter de dispersão da população e o empobrecimento crescente, motivado pela ocupação desordenada, eram a tônica dos anos 40. No relatório encaminhado pelo Governador Magalhães Barata ao Presidente da República em 1944, ficava patente tal realidade, assim, ele dizia:

O povoamento do vale amazônico, como dos vales adjacentes do Tocantins e outros caudais que confluem para a formação do grande delta, processou-se por uma penetração desordenada, fora de qualquer método sistemático de colonização, com tendência para grandes latifúndios. Pequenos núcleos de população esparsos, no isolamento de espaços que a floresta preenche. Só o rio é fator de unidade nesse arquipélago de ilhas econômicas...⁴⁶

E, portanto, somente um replanejamento do processo de ocupação, levando em conta a especificidade das características naturais da Amazônia, poderia recuperar sua estrutura social e econômica. No mesmo sentido, ele aprofundava a crítica tendo em vista a crise gerada após o período apogístico da borracha, cuja forma de produção não levava à fixação do homem nas terras amazônidas. Assim, ele continuava:

(...) depois da primeira década deste século, deu em consequência o êxodo dos trabalhadores dos seringais e o abandono deste. O seringueiro nordestino, que, em regra, deixava sua família na gleba nativa, não era um colono radicado ao seringal. Quando secou a fonte que alimentava as esperanças que o tinham impelido à aventura da selva, voltou à sua terra de origem, sozinho como tinha vindo. O despovoamento era o resultado da falta de organização da economia extrativa da borracha, deixada ao livre jogo dos agentes e fatores de exploração, sem planificação ou controle.⁴⁷

⁴⁶ BARATA, Joaquim C. Magalhães Barata. Relatório ao Presidente da República, Pará – 1944. Belém: 1944: p. 12

⁴⁷ Id., p. 13

O que se observa a partir de tal contexto é o aprofundamento da diminuição populacional e a permanência da fragilidade econômica, em que somente uma política voltada para tal realidade poderia recuperar o estágio anterior da vida amazônica. Assim o Governador continuava:

O recenseamento de 1940 assinalou uma grave diminuição de nossa população. Estamos assim, com uma deplorável redução no valor potencial humano, como fator de trabalho na produção da riqueza, agravada ainda mais pela desnutrição de nosso trabalhador, quer da cidade, do campo ou da floresta, que vive num constante regime de carência econômica. Temos de dar um paradeiro a esse processo, de uma população que já afirmou na história da economia nacional a sua capacidade de sobreviver e produzir escala ascendente.⁴⁸

E ele acrescentava ainda, sobre a perspectiva que poderia vir a ter uma política de recuperação da Amazônia:

A defesa da população tem que ser feita, para a preservação do seu desenvolvimento e a elevação do seu padrão de vida, pela saúde e pela produção econômica. Os problemas da produção e da saúde são, assim, conexos e devem ser considerados em primeiro lugar na estruturação de um plano de governo que tenha por fim melhorar as condições biológicas e sociais do homem e a valorização da terra, na qual vive em tão difíceis condições de adaptação.⁴⁹

No âmbito educacional, embora o sentido das políticas públicas estivesse circunscrito à dinâmica da realidade local, começava-se a observar uma maior influência das políticas educacionais gerais do Estado Nacional. O conteúdo essencial da mentalidade educacional no discurso oficial continuava a ser, em essência, a concepção da linguagem militar e integralista, entretanto, notava-se uma perspectiva que já se aproximava do processo de modernização em curso no país, porém procurando encontrar um desenvolvimento que se coadunasse com a realidade local.

A característica própria do ambiente geográfico natural e a necessidade de recuperação econômica da região demonstravam ser a ênfase que norteava as políticas públicas a serem desenvolvidas pelo governo paraense. No discurso oficial, havia a compreensão do contraste entre a exuberância da dimensão física da região e a realidade degradante da economia. Porém, segundo o governador, a falta de compreensão dos

⁴⁸ Id., p.14

⁴⁹ Ibid.

analistas da região sobre estas duas dimensões — a dimensão física e a econômica da região — levaria a preconceitos e a incompreensões por parte de estudiosos e sociólogos, que não conseguiam interpretar as especificidades da região. Nesse sentido, somente uma política voltada para tal realidade seria capaz de resgatar o espírito amazônico e definir as possibilidades da região. Assim ele se posicionava:

Há um contraste flagrante entre a grandeza e a exuberância do meio e a situação de insuficiência econômica em que vive o homem por estas terras marginais dos grandes rios que formam o sistema amazônico e de floresta sem fim. Não é pequeno o número dos pessimistas que atribuem a um clima desfavorável a causa da estagnação em que tem ficado o acervo mais pomposo do patrimônio nacional... Desse preconceito não fugiu Euclides da Cunha. Para ele o homem é um intruso que chega antes da terra ter realizado a sua formação cósmica e terá de ser absorvido irrecorivelmente pelos fatores geográficos... Não é de hoje objeto de dúvida em antropogeografia que essa ocupação depende das faculdades de adaptação que possa ter o homem desenvolver na conquista da terra e no aproveitamento das riquezas destas. Em qualquer clima ou latitude.⁵⁰

E completava essa reflexão quando, ainda em seu relatório, discutia, no tópico sobre a economia, o conteúdo que deveria fundamentar as ações a serem tomadas pelo Estado com vistas a superar as dificuldades enfrentadas pela população: *“Compreendi que era preciso antes de tudo atacar os problemas fundamentais que atendem essencialmente com as condições primárias de vida, para dar a essa massa uma maior capacidade de produção e de resistência”*.⁵¹

Ademais, retornaria sua perspectiva no campo educacional a assumir a característica influente de sua mentalidade militar e integralista que fora tônica durante sua primeira fase na interventoria do estado. Para ele, o objetivo da educação seria de exercer a função premente de superação da menoridade social. A ela cabia incutir na sociedade o sentimento moral e cívico da nação. Com este intuito, ele reafirmava o sentido simbólico que teria a educação em seu governo, dando ênfase, principalmente, ao ensino primário, ou seja, à alfabetização das massas, através da qual dar-lhes-ia a possibilidade de superar seu estágio de fragilidade educacional, elevando sua capacidade cultural:

Era um imperativo da revolução elevar o nível intelectual e moral das populações, notadamente pela alfabetização da grande massa e sua educação, o que se tornaria possível por um

⁵⁰ Id., p.15

⁵¹ Id., p.14

movimento intenso em prol da difusão das letras primárias e pela moralidade do ensino em todos os graus. Como fator educativo, a escola deve suprir as insuficiências do lar na formação moral das crianças.⁵²

E reafirmava o sentido nacionalista e integralista presente em sua mentalidade quando definia o espírito de missão que deveria assumir o professor neste processo de educação das massas. Assim, caberia ao governo envidar esforços para dotar o estado de um corpo de professores que fosse capaz executar tal tarefa inadiável: *“Por isso é que o governo precisa desenvolver aqui um esforço maior para elevar o índice de alfabetização e cultura popular, e contar com um corpo de professores dedicado que tenham a compreensão do problema como de um postulado cívico.”*⁵³

Para isto, era necessária não apenas a boa vontade, mas uma política efetiva de formação dos professores com o intuito de desenvolver através deles o espírito de integração da sociedade, pois o ensino primário constituía, em seu pensamento, o alicerce essencial que possibilitaria o desenvolvimento da cultura geral e o aproveitamento singular das inteligências juvenis incorporando nesta formação, principalmente, as especificidades da realidade e da cultura regional. Assim, portanto, ele expressava:

Dá a necessidade da preparação dos professores que vão realizar essa nobre função de integração social. Entre nós, o ensino primário, que visa não só a alfabetização como ainda o desenvolvimento da cultura geral, com aproveitamento das singulares faculdades de inteligência e vivacidade das nossas gerações infantis, tem aspectos peculiares, que tornam mais difícil e menos eficiente que, em regra, nas demais regiões de nosso país, devido a circunstâncias geográficas e à dispersão da população pela nossa extensa área territorial.⁵⁴

Por outro lado, permaneceria o relatório de 1944 a subscrever as preocupações presentes na concepção do governador sobre a função que teria a educação. Na verdade, o sentido continuava o mesmo, ou seja, concentrava-se na evolução do ensino primário e na necessidade de incorporá-lo à dinâmica da realidade local. Contudo, reafirmava a perspectiva que fora a tônica desses anos, isto é, de direcioná-lo rumo ao interior.

Com este objetivo, e tendo em vista as dificuldades que se impunham à realidade física do interior, seria necessário implantar uma política de criação de pequenos internatos

⁵² Id., p.161

⁵³ Ibid.

⁵⁴ Ibid.

nas sedes dos municípios, que permitiriam não só suprir as necessidades das localidades mais distantes como também fomentaria a formação de uma cultura própria, voltada para as realidades locais. De certo modo, esse espírito representa a perspectiva, colocada pelo interventor, de superar a menoridade social das populações e de resistir às influências dos grupos oligárquicos opositores a sua forma de administrar. Além do que, a sua maneira de governar o fazia aproximar-se das populações mais distantes.

A educação completaria a perspectiva estratégica de sua missão redentora, pois se por um lado ele aproximava o governo da população, estabelecendo a característica itinerante, ao mesmo tempo, reedificava o tempo social, superando o estágio de dominação social através de sua obra educativa. Do mesmo modo, evitaria o êxodo rural, estabelecendo a valorização do interior com políticas efetivas de apoio. Assim, ele expressava:

É preciso, antes de tudo, cuidar do interior, em que as condições de vida são mais precárias, principalmente porque essa tendência que se verifica entre nós, de atração de nossas populações rurais pelas cidades, em prejuízo do campo, deve ser neutralizadas pelo desenvolvimento local das zonas afastadas de produção, a começar pela educação das crianças. Não tem sido outra a minha orientação nas constantes viagens aos municípios do interior, para a inspeção administrativa e levar ao homem que trabalha a terra o estímulo e a assistência do governo.⁵⁵

E completando a sua obra de formação do interior, ele buscava vincular essa atividade à Escola ativa, estabelecendo cursos de formação e um sistema que favorecia o acompanhamento de orientadores oriundos da própria realidade local sendo, então, executada essa formação sob a orientação e supervisão da Diretoria Geral do Estado. Assim, ele acrescentava:

(...) onde a reforma de 26 de março de 1931 introduziu novos processos pedagógicos nos moldes da escola ativa, fiz inaugurar o curso de orientadoras para as professoras do interior, sob a supervisão do Diretor Geral do Departamento. Essas preceptoras especializadas ficam imbuídas não só de fazer o serviço de orientação nos estabelecimentos em que servem, como também nas escolas públicas localizadas dentro da área dos respectivos municípios.⁵⁶

⁵⁵ Id., p.162

⁵⁶ Id., p.164

Seguindo a mesma linha de pensamento, o cunho da proposta metodológica permanecia circunscrito à concepção da escola nova, em que se buscava não apenas o aspecto pedagógico, mas também o sentido da reestruturação do ensino sob os moldes das reformas introduzidas a partir de 1930, estabelecendo normas, preceitos e orientações que conformar-se-iam com a legislação mencionada anteriormente. Assim, diz ele:

Procurei dar ao ensino primário do Estado um cunho pedagógico uniforme, criando um curso de orientação do ensino, com o fim de assegurar essa unificação de métodos e normas docentes, em harmonia com os ensinamentos da pedagogia moderna e preparar o professorado que vai exercer os misteres no interior do Estado.⁵⁷

Esta ação levava, segundo o relatório, a uma evolução considerável do ensino primário no Estado. Em 1943, a partir dos dados apresentados, o curso primário passou a ser ministrado, na capital, em cerca de 16 grupos escolares e 4 escolas reunidas. No interior, era ministrado em 30 grupos escolares, 4 escolas reunidas e 45 escolas nas sedes dos municípios. Acrescentavam-se a este número, 650 escolas isoladas que funcionavam tanto na capital como no interior, incluindo também escolas noturnas.

Por outro lado, o antigo problema do índice de evasão permaneceria, agora com índices bem maiores com relação aos anos de governo de Gama Malcher. Dos alunos matriculados no ano de 1943, que foram em número de 65.942, permaneceriam freqüentando apenas 48.996, com um índice de evasão de 16.946 alunos, num percentual que equivale a 25,7%. Assim, se considerarmos tanto o percentual quanto o total de alunos evadidos, perceberemos que houve um crescimento significativo nestes índices. Quando estudamos esta realidade relacionada aos sexos, o número de evasão seria um pouco maior no masculino: dos 38.194 alunos matriculados, saíram 9.372, um percentual de 24,5%; com relação ao sexo feminino, o índice não seria tão diferente: das 33.948 alunas matriculadas evadiram-se 7.569, o que em termos percentuais significava aproximadamente 24%. Esses números demonstram uma fragilidade considerável do sistema de ensino paraense da época. Além disso, o relatório reconhecia a carência de professores normalistas e um grande número de professores leigos na rede de ensino, principalmente no interior. Segundo a justificativa apresentada, este fato acontecia

⁵⁷ Id., p.162

motivado, especialmente, pela resistência dos professores diplomados em direcionar-se para tal realidade. Infelizmente, afirmava o governador, não havia nos professores um espírito cívico e um sentimento de sacerdócio e sacrifícios, por parte dos que abraçavam o magistério, resistindo assim ao exercício de tão nobre causa, qual fosse a de direcionar-se à formação das massas dispersas no meio rural.

Estes dados servem para reforçar a afirmação anterior de que, apesar dos discursos de fortalecimento da educação, isto não se constitui de fato em realidade palpável pois continuava a fragilidade do sistema educacional de ensino estruturado em uma realidade oligárquica e autoritária.

Para completar o sentido objetivo que teve a educação neste período, reafirmando a mentalidade conservadora e militar do governo, o mesmo relatório, mencionava o papel essencial que teria o cântico orfeônico e a educação física e higiênica para a formação da raça forte paraense. Para cada um deles haveria o incentivo, com a formação de professores para propagar tais aspectos formativos nas escolas, fossem elas na capital ou no interior. A educação física foi criada em 1943 pelo decreto lei nº. 4.313, de 04 de maio. O Serviço de Educação Física, com o intuito de ir além da parte clínica especializada, era responsável também por supervisionar e difundir a cultura física em todo o estado.

Porém, há um aspecto importante a ser enfatizado no relatório de 1944, e que de certo modo representa a influência direta dos ditames educacionais nacionais e da política industrial desenvolvida pelo Governo de Getúlio: o destaque à educação profissional.

A polêmica desenvolvida entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho findou por ter ecos na realidade incipiente do processo de industrialização da região amazônica. Mesmo porque, uma formação voltada para os aspectos gerais do desenvolvimento econômico já surgira nos anos anteriores impulsionada pela política de guerra, em que fora criado o Instituto Agrônomo do Norte com a intenção de desenvolver pesquisas e aprofundar a compreensão científica sobre a produção da Borracha.

O mesmo aconteceria agora com a realidade da preparação profissional, muito embora tivesse por limite a realidade da estrutura industrial do Estado, pois havia a tentativa de regulá-la conforme as legislações nacionais, porém o que aparece claramente no referido relatório é a menção circunscrita exclusivamente aos estabelecimentos oficiais do governo. Ou seja, haveria a definição de conteúdo curricular, cargas horárias, ampliação

e reajustamento de prédios, etc., porém existia uma carência no que diz respeito às relações das organizações industriais e o processo de formação da mão-de-obra para o trabalho. Nesse sentido, surge a novidade característica do momento de modernização capitalista por que passava o país: era a criação do SENAI (Serviço Nacional da Indústria) e do SESI (Serviço Social da Indústria), organizações de cunho misto, porém sob a responsabilidade da indústria, que se encarregariam das demandas mais imediatas do mercado de trabalho. Isto, portanto estava ausente do que propunha o referido relatório.

Contudo, era verdade que desde a década de 20 já se mencionava tal questão nas políticas educacionais do estado, porém apenas como componente das políticas assistenciais dos governos discricionários. Muito embora esse conteúdo não tivesse desaparecido, neste instante ele demonstraria um avanço, passando a assumir um caráter mais geral, próximo ao novo estágio vivido de evolução econômica nacional. Assim, então, expressaria o governador em seu o relatório:

Tenho em vista desenvolver nosso ensino profissional de acordo com a legislação federal sobre este momentoso assunto, que tanto interessa à produção nacional e à industrialização de nossas matérias-primas. Com uma exata e realista compreensão do problema, a Constituição de 1937 dá como dever da Nação, dos Estados e Municípios, assegurar a instrução profissional, adequada às faculdades, aptidões e tendências vocacionais, a infância e a juventude a que faltarem recursos suficientes à educação em instituição particular. É um imperativo constitucional, a que o Estado não deve fugir. Entre nós esse ensino já era uma tradição, que não pode ser interrompida.⁵⁸

E continuaria definindo a estruturação de tal sistema de ensino:

Tenho em estudo a reforma do Instituto Lauro Sodré, como instituição modelar desse ensino no Estado, dentro do espírito da Constituição e da Legislação Federal, guardadas as linhas gerais seguintes:

- a) organização e regime do ensino profissional, com prévia aprovação do Conselho Nacional de Educação;
- b) curso artesanal, abrangendo disciplina de cultura geral e cultura técnica, bem assim as práticas educativas de que trata o artigo 26 do decreto-lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942;
- c) os trabalhos curriculares compreenderão aulas, bem como exercícios e exames escolares;
- d) matrícula acessível somente aos candidatos que tiverem 12 anos e curso primário.

O curso profissional abrangerá as seguintes secções, que serão instaladas à proporção que for sendo possível: a) trabalhos

⁵⁸ Id., p.166

em metais; b) indústria mecânica; c) eletrotécnica; d) indústria de construção; e) artes e ofício geral, e f) secção gráfica.⁵⁹

Ademais, o relatório faz referência ao ensino rural, ao ensino secundário e ao superior, porém com conteúdos gerais, que serviriam apenas para reafirmar o caráter das políticas desenvolvidas na Amazônia neste período. Ou seja, de ênfase ideológica, sob o caráter de um ensino primário globalizante e de cunho cívico e moral.

Ainda refletindo o caráter autoritário do momento, o Governador Magalhães Barata decretou, em outubro de 1945, a primeira Constituição outorgada da história paraense. Ao longo de seu texto, esta Constituição vai limitar a convivência democrática e a liberdade de expressão parlamentar. Isto poder ser percebido no artigo 10º e reforçado em seu parágrafo único quando diz:

Só perante a Assembléia responderão os Deputados pelas opiniões e votos que emitirem no exercício de suas funções; não estarão, porém, isentos de responsabilidade civil e criminal por difamação, calúnia injúria, ultraje à moral pública ou provocação pública ao crime.

Parágrafo Único: Em caso de manifestação contrária à existência ou independência da Nação ou incitamento à subversão violenta da ordem pública ou social, pode a Assembléia por maioria de votos, declarar vago o lugar do Deputado autor da manifestação ou incitamento.⁶⁰

No que concerne à questão educacional, diferentemente da Constituição anterior, não se dedica um título específico sobre o tema, omitindo-se qualquer referência à educação e ao ensino público. Há somente uma citação acerca do ensino religioso no artigo 70:

O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias, na forma da Constituição Federal.⁶¹

Essa referência solitária expressa a ideologia presente no governo local como aquela que ratificaria as diretrizes nacionais que entendiam a educação como instrumento de manutenção da ordem e inculcadora de ideais morais e disciplinadores. Era vista, enfim,

⁵⁹ Ibid.

⁶⁰ PARÁ. Constituição política do Estado do Pará. Belém: off. Graph. do Inst. Lauro Sodré, 1945.

⁶¹ Ibid.

como um elemento de legitimação de concepções que reforçassem o autoritarismo e a centralização exercida pelo poder do governo local. Em resumo, podemos dizer que embora neste período as dinâmicas globais tenham exercido uma maior influência no desenvolvimento das políticas educacionais no Estado, a ênfase ainda reside na égide das injunções econômicas, políticas e socioculturais locais.

3.4 Conclusão

Conclui-se, portanto, que este período que vai da Constituição Paraense de 1935 ao final do Estado Novo, em essência não trouxe mudanças significativas à realidade amazônica, uma vez que seus estados continuaram pobres, a economia permaneceu em uma estrutura frágil e a população rarefeita dispersa à beira dos rios e interiores com forte dificuldade de comunicação. Contudo, marcou uma nova fase nas relações entre o Estado Nacional e a região, pois definitivamente ela deixou de ser uma mera fonte de reserva extrativista e passou a ser incorporada ao planejamento nacional, agora como área-problema que precisaria ser ocupada.

O ambiente de uma população dispersa e uma forte concentração de renda nos centros e nas mãos de poucos favorecia uma relação de poder que se identificava pela exclusão das massas e a troca permanente das oligarquias nos governos, fatos esses que influenciaram não somente na elaboração da Constituição Paraense de 1935, como conduziram à deposição do Major Magalhães barata e à afirmação do pacto partidário estabelecido entre as forças oponentes no estado em outubro de 1936.

Contudo, mesmo num clima de disputas políticas entre os diversos agentes sociais, a realidade contribuiu para que houvesse inovações na redação do texto constitucional: ele refletia a maior autonomia que recebera o estado na Carta Magna, modificava expressões e estabelecia maior competência aos estados e também aos municípios.

As legislações nacionais, embora tenham sido incorporadas às contingências sociais do estado, determinaram o cunho das políticas locais inscritas na Constituição Paraense de 1935, pois os preceitos educacionais desta eram reflexo do embate ideológico presente nos momentos que antecederam a Carta Magna de 1934. Por essa razão, expressam tanto o cunho liberalizante do ideário novista quanto a influência do pensamento católico, ao

mesmo tempo sofrem influência da mentalidade presente no pensamento dos agentes responsáveis pela política educacional no estado. Deste modo, tanto ficava definido o sentido laico do ensino e a dotação orçamentária, entre outros, como também preestabelecia-se o caráter facultativo do ensino religioso e a moral católica influente na sociedade.

Na linguagem dos agentes implementadores, a educação assumiu o caráter ideológico de cunho conservador e integralista, embora seu conteúdo estivesse prescrito no ideário da Escola Nova, em que seu papel essencial seria o de formar uma sociedade regenerada, fundada nos princípios do civismo, do amor à pátria, à família e a Deus. Mais do que isso, do fortalecimento da raça e da unidade cívica e moral da nação.

O sentido do desenvolvimento dos níveis de ensino primário, rural e profissional circunscrevia-se à realização do discurso centralizador e integralista como forma de superar a menoridade social. Houve um aumento das oportunidades educacionais, porém limitadas pela fragilidade do sistema de ensino para manter o aluno na escola, o que se revelou através de um alto índice de evasão escolar. O mesmo aconteceu com a ação pedagógica da Escola Nova que, embora possuísse em sua essência o caráter de estado de direito, pressupunha uma ação metodológica desprovida do cunho progressista e mantenedor de uma modernização que se centrava na evolução científica e industrial, porém numa ordem social conservadora e totalitária.

A chegada do Estado Novo não mudou a essência da mentalidade educacional presente nos discursos oficiais do Estado do Pará, porém demonstrava uma maior aproximação com o caráter modernizante e industrial em voga no país, pois buscava aproximar-se da realidade local sob o argumento das necessidades do desenvolvimento econômico e cultural da região. Ao mesmo tempo, o caráter assumido pelo ensino profissionalizante superava parcialmente o sentido assistencial e imprimia o sentido racional do mercado de trabalho.

Contudo, observa-se a permanência da mentalidade militar e nacionalista no discurso oficial, em que a educação assume o papel de criadora de uma cultura moral de cunho higiênico e cívico. Além disso, na Constituição Paraense de 1945, esta perspectiva veio a ser reforçada principalmente pelo caráter autoritário que estava expresso em sua

concepção social, com a ausência de qualquer menção sobre o desenvolvimento da educação no estado.

Em síntese, o desenvolvimento das políticas educacionais no Estado do Pará durante este período fundamenta-se no processo de modernização conservadora em curso no país e sua complexidade ideológica, porém a ênfase reside nas contingências da realidade local, em que o fundamento último está no cunho ideológico integralista e militar presente, principalmente, na mentalidade dos agentes responsáveis pela implementação dessas políticas no estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que a positividade deste trabalho reside no fato de que o mesmo favoreceu a compreensão dos reflexos das políticas educacionais gerais na região amazônica, num período importante da história econômica, política e educacional do país, tomando como referência o Estado do Pará nos anos de 1930 a 1945.

O escopo essencial do trabalho está no entendimento de como os princípios norteadores da educação nacional estão incorporados à realidade local, prescrita nas legislações constitucionais e nas mentalidades dos discursos dos agentes implementadores das políticas educacionais no estado e ainda perceber qual o sentido simbólico-ideológico assumido por tais políticas, sob a influência das injunções econômicas e político-sociais das contingências regionais.

Isto nos levou ao estudo da evolução histórica brasileira, a fim de compreender qual a concepção modernizadora que norteava as transformações em curso no Brasil e como isto refletia nas reformas educacionais durante esse período. Esta ação tornou-se importante por favorecer o entendimento da problemática apresentada pelo trabalho, pois de posse do arcabouço teórico geral, foi possível compreender o sentido social assumido pelas políticas educacionais na realidade local.

Era inegável que a partir de 30 o país entrara em uma nova fase de acumulação capitalista estruturada em um processo de modernização cujo fundamento residia em valores urbanos e industriais, porém, com características sociopolíticas autoritárias e conservadoras. Este contexto serviu não só de suporte para as mudanças administrativas, como fundamentou de maneira especial os princípios norteadores das diretrizes implementadas nas legislações educacionais introduzidas no Brasil a partir de 1930 até 1945.

O ambiente que se configura é de uma profunda efervescência teórico-ideológica, a partir do que as várias correntes de pensamento viam na educação o elemento eficaz para dotar o país de uma nova mentalidade de valores morais e inovadores sociais. Na verdade, o movimento de 30 constituiu-se como elemento catalisador das demandas em curso desde a década anterior, havendo, de certo modo, uma ampliação dos espaços sociais de

participação, tanto na cultura, na política, como na educação, entretanto tais demandas estavam circunscritas às características específicas de uma realidade político-social elitista e autoritária, na qual o discurso liberal modernizante acabaria funcionando como fundamento das mudanças autoritárias e centralizadoras postas em práticas pelo Estado Nacional neste momento.

Assim, a essência das reformas educacionais introduzidas fundamentava-se nos valores liberais do ideário da Escola Nova, mesmo que nestes estivesse presente a influência direta dos setores sociais envolvidos no processo em curso, como os militares, os católicos, os integralistas, etc. Isto se explica tanto pela perspectiva modernizadora do momento quanto pelo envolvimento dos educadores liberais implementando políticas em uma estrutura autoritária e conservadora, porém centrada na mentalidade de um mundo urbano e industrial.

Este ambiente modernizador que envolvia a cultura nacional refletiu objetivamente na realidade histórica da Amazônia, tanto no que diz respeito aos aspectos políticos e econômicos, quanto naquilo que se refere ao desenvolvimento das políticas educacionais durante esse período. Na verdade, este momento marca efetivamente a incorporação da Amazônia ao planejamento nacional. A nova mentalidade administrativa que se instalara no governo central a partir de 1930, embora não mudasse consideravelmente a face econômica, trouxe definitivamente a presença das políticas públicas para a região, principalmente a partir do Estado Novo com o clima de guerra que envolvia as principais nações do Planeta. Quanto ao aspecto político, embora se observasse a presença objetiva dos valores modernizantes nacionais, percebe-se que o ambiente de uma sociedade com característica rural influenciou sobremaneira na incorporação dos princípios traduzidos pelo movimento tenentista na região.

O que se nota é que os agentes responsáveis pela implementação das ações político-administrativas no estado estavam não só envolvidos com as contingências das injunções locais, como as suas concepções de sociedade foram forjadas nas casernas militares, ou sofriam influências do pensamento integralista de Plínio Salgado, fato que ficara patente nos discursos dos governadores paraenses desse período.

Por conta disso, sucedeu que esta realidade veio refletir-se no âmbito educacional, pois apesar da presença dos princípios educacionais nacionais, a ênfase dos discursos

governamentais estava na afirmação de que a educação era um elemento estratégico de superação dos domínios oligárquicos adversários, assumindo, portanto, um conteúdo ideológico e moralizador que se pautava numa dimensão conservadora e militar. Assim, a implementação das políticas educacionais passava essencialmente pelo discurso de uma formação moral, higiênica e de fortalecimento da raça pura paraense, numa mensagem construída no caráter cívico e nacionalista.

Esse discurso sobre a educação no Estado do Pará refletia o aspecto modernizante e conservador dos princípios nacionais quando incorporava como fundamento das práticas pedagógicas o ideário da escola nova, porém desprovido de seu conteúdo social progressista, caracterizando-se como uma simples atividade pedagógica; uma ação prática e criativa, contudo vinculada ao projeto de expansão oligárquica presente nas mensagens e discursos oficiais. Apesar desse ambiente conservador, observa-se nos preceitos educacionais da Constituição Paraense de 1935 uma maior influência dos conflitos teórico-ideológicos das conferências de educação dos anos 30 em todo o Brasil uma vez que o conteúdo da educação estava inerente aos princípios liberais novistas e católicos, mesmo que se observassem elementos militares na moral social. Isto se explica pelo clima gerado pelo levante paulista de 1932 e pelo conflito ocasionado durante as eleições para a Assembléia Constituinte do Estado, que acabaria contribuindo para que houvesse avanços nas determinações educacionais na nova Constituição do estado.

Contudo, mesmo que se observem os limites impostos pela cultura autoritária na educação da região, podem-se verificar avanços com relação aos anos anteriores a 1930, pois verifica-se o início de estruturação do sistema educacional de ensino, com a criação do Conselho Estadual de Educação e a execução de uma política educacional voltada para o meio rural e a busca de implementar um ensino com características regionais.

A mesma perspectiva estava relacionada ao ensino primário, no qual se pôde observar um crescimento do final dos anos 20 ao fim do Estado Novo de aproximadamente 300% no número de matrículas, principalmente nas escolas públicas. Ainda assim, havia uma imagem negativa do sistema de ensino devido à sua fragilidade em não conseguir superar as taxas de evasão escolar que, em alguns anos desse período, atingiriam um índice de aproximadamente 50% dos alunos matriculados. Quanto aos demais níveis de ensino — secundário e superior — não se verificaram mudanças com relação à década de 20. Os

índices variavam na mesma média, ora maiores ora menores, e as menções nas mensagens governamentais não passavam de observações sobre reestruturação de prédios e compras de equipamentos, nada, portanto, que simbolizasse as mudanças postas pelas reformas educacionais nacionais nesse período.

Em síntese, pode-se afirmar que o desenvolvimento das políticas educacionais na Amazônia durante esse período, embora esteja incorporado ao complexo paradoxo da modernização capitalista conservadora em curso no país, tem seu sentido último inerente às contingências das injunções econômicas, políticas e sociais da região, fundamentadas, principalmente, nos valores de uma concepção conservadora e militar própria de uma estrutura social arcaica e de característica rural, muito embora, o seu conteúdo estivesse pressuposto no ideário da Escola Nova porém desprovido de seu cunho progressista e democratizante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 2ª. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1959.
- _____. *A Educação Entre Dois Mundos: problemas, perspectivas e alternativas*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.
- BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. *A sociedade em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- CÂNDIDO, Antônio. *A Educação pela noite e o dia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

FONTES DE PESQUISA

MEC-SG. **Plano setorial de educação e cultura: 1972-1974**. Brasília, 1971 – Biblioteca e Arquivo Público do Pará

MENSAGEM à Assembléia Constituinte do Estado do Pará. Apresentada em 4 de abril de 1935, pelo Interventor Federal, Major Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. Belém: Officina Graphica do Instituto D. Macedo Costa, 1935.

MENSAGEM à Assembléia Legislativa do Estado do Pará. Apresentada em 7 de setembro de 1930, pelo Governador Eurico de Freitas Valle. Belém: Officinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1930.

_____. Apresentada em 16 de julho de 1936 pelo Governador José Carneiro de Gama Malcher. Belém: Officinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1936 – Biblioteca e Arquivo Público do Pará.

PARÁ. **Constituição política do Estado do Pará – 1935**. Belém: Officina Graphica do Instituto D. Macedo Costa, 1935.

_____. **Constituição política do estado do Pará – 1945**. Belém [s.n.], 1945.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **A educação do Pará; documentário**. Belém: SEDUC, 1987.

RELATÓRIO ao Presidente da República apresentado pelo Interventor Federal, Cel. Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. Pará: 1944.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 3^a. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

_____. **A Educação Entre Dois Mundos: problemas, perspectivas e orientações**. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 5^a ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

CÂNDIDO, Antônio. **A Educação pela noite e outros ensaios**. 2^a ed. São Paulo: Ática, 1989.

- CARDOSO, Fernando H. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.
- CARDOSO, Fernando H., MÜLLER, Geraldo. **Amazônia, expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense/Cebrap, 1977.
- CARDOSO, Míriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento: Brasil: JK – JQ**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARVALHO, José M. **Desenvolvimento de la Ciudadanía en Brasil**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- COIMBRA, Creso. **A revolução de 30 no Pará: análise, crítica e interpretação da história**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1981.
- COMTE, August. **Curso de filosofia positiva**. 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- COSTA, Francisco de Assis. **Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos**. Belém: Paper NAEA, 1998, v. 94.
- CUNHA, Luís Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- CURI, Carlos A. Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 1978.
- DAMASCENO, Alberto. **A 2ª república e a educação no Pará. Um primeiro olhar sobre o projeto dominante**. Belém: UFPa. — Centro de Educação, 1993.
- DAMASCENO, Alberto, SANTOS, Émina. **A educação nas constituições paraenses: um estudo introdutório**. Belém: Gráfica e Editora Universitária da UFPa, 1997.
- EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: ABEU, 1988.
- FAORO, Raymundo. **Existe um pesnamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.
- FÁVERO, Osmar (org.). **A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

- HOMMA, Alfredo K. O. **Extrativismo vegetal. Amazônia: limites e possibilidades.** Brasília: EMBRAPA/SPI/CPAAO, 1993.
- HORTA, José S. Baía. **Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1988.
- _____. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil: 1930/1945.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- LEVINE, Robert M. **O Regime de Vargas: os anos críticos 1934-1938.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia: estado, homem, natureza.** Belém: Cejup, 1992.
- _____. *A história social e econômica da Amazônia.* In: PARÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais.** Belém: IDESP, 1989.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARX, Karl, ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira. A Escola Nova..** São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. (org.) **Centenário de Lourenço Filho: 1897-1997.** Londrina/Marília/Rio de Janeiro: ed. da UEL/UNESP/ABE, 1997.
- NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. **Educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea.** São Paulo: Cortez, 1991.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- PINTO, Lúcio Flávio. **O estado nacional: padrasto da Amazônia.** Belém: IDESP, 1986.
v. 56 (Estudos Paraenses)
- PÉCAUT, Daniel. **Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação.** São Paulo: Atica, 1990.
- QUINTILIANO, Aylton. **Grão-Pará: resenha histórica. 1616/1963.** Belém: Imprensa Universitária do Pará, 1963.

- REIS, Arthur Cezar F. **Síntese da história do Pará, Belém, Amazônia.** Edições Culturais Ltda, 1972.
- REIS, Fábio W., O'DONNEL, Guillermo. **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas.** São Paulo: Vertia, 1988.
- RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da educação brasileira: a organização escolar.** 14^a ed. Campinas: Autores Associados, 1985.
- RODRIGUES, Denise de S. Simões. **Pará/1935: um estudo sobre liderança e conflito.** Rio de Janeiro: JUPERJ (Dissertação de Mestrado), 1979.
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930 – 1973.** 14^a ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- SANTOS, Roberto A. O. **História econômica da Amazônia 1800/1920.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SILVA, Aluísio T. Marques. **A política de desenvolvimento regional para a Amazônia.** Estudos Paraenses. Belém: IDESP, 1986. v. 56 (Estudos Paraenses)
- SCHWARTZMAN, Simon, BOMENI, Helena, COSTA, Vanda. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/EDUSP, 1984.
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** 5^a ed. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 1994.
- _____. **Educação é um direito.** 2^a ed. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 1996.
- _____. **Educação para a democracia: introdução à administração educacional.** 2^a ed. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 1997.
- VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato.** 2^a ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.
- WEBBER, Max. **Metodologia das ciências sociais.** Parte I. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- WEREBE, Maria J. Garcia. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil.** 2^a ed. São Paulo: Cia. Européia do Livro, 1966.
- XAVIER, Maria Elizabete S. Prado. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino.** Campinas: Papirus, 1990.

